

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES – HC
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA DE PESQUISA – CULTURA, PODER E IDENTIDADES

PEDRO HENRIQUE COSTA PESSOA

**DO GETULISMO AO QUEREMISMO: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA
PARAÍBA (1942-1945)**

CAMPINA GRANDE, PB

2021

PEDRO HENRIQUE COSTA PESSOA

**DO GETULISMO AO QUEREMISMO: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA
PARAÍBA (1942-1945)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: Cultura, poder e identidades.

Orientador: Prof. José Luciano de Queiroz Aires

Campina Grande
Setembro - 2021

P475d Pessoa, Pedro Henrique Costa.
Do Getulismo ao Queremismo: transição democrática na Paraíba (1942-1945) / Pedro Henrique Costa Pessoa. – Campina Grande, 2021.
127 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires".
Referências.

1. Queremismo. 2. Trabalhadores. 3. Era Vargas. 4. História Social. I. Souza Júnior, José Pereira de. II. Santos, João Marcos Leitão. III. Título.

CDU 329"1942-1945"(813.3)(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MARIA ANTONIA DE SOUSA CRB 15/398

PEDRO HENRIQUE COSTA PESSOA

**DO GETULISMO AO QUEREMISMO: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA
PARAÍBA (1942-1945)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa
Cultura, Poder e Identidades como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Campina Grande , 30 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires
UFCG

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
UFPB


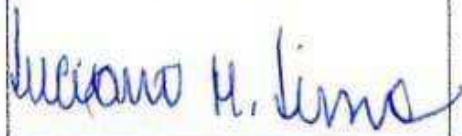

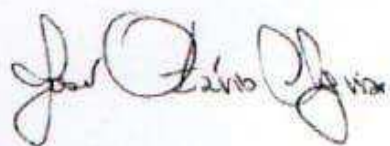
Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
UFCG


UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 14h (quatorze) do dia 30 (trinta) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Pedro Henrique Costa Pessoa**, intitulada: **Do Getulismo ao Queremismo: Transição Democrática na Paraíba (1942- 1945)**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: José Luciano de Queiroz Aires (Orientador), Luciano Mendonça de Lima (Examinador Interno), Tiago Bernardon de Oliveira (Examinador Externo). Assinam também a presente Ata o Coordenador do Programa Prof. Dr. José Otávio Aguiar e o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A banca considera a relevância, a originalidade e a pertinência política e historio gráfica do trabalho. Considera também um texto bem escrito e bem fundamentado teoricamente, além de construído e respaldado em um corpus documental considerável.

Lista de Presença

Orientador	José Luciano de Queiroz Aires	
Examinador Interno	Luciano Mendonça de Lima	
Examinador Externo	Tiago Bernardon de Oliveira	
Coordenador do PPGH	José Otávio Aguiar	

AGRADECIMENTOS

- Aos funcionários das seguintes instituições: Fundação casa de José Américo, Biblioteca Átila Almeida, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Núcleo de Pesquisa e extensão em História Local (NUPEHL/UEPB) e, em especial, ao empenho das funcionárias do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) e Arquivo Nacional (AN) para a disponibilização das fontes;
- Aos meus familiares, por de alguma forma terem me feito chegar até aqui;
- À Rayan e Claudiana, pela amizade e pelas inúmeras vezes que me ouviram, me deram conselhos e me ajudaram a construir essa narrativa;
- À Rafaela, que não mediu esforços e atravessou o país ao meu lado, me ajudando a digitalizar parte do material que compõe essa dissertação. Por sempre ter acreditado em mim, além de ter dividido comigo todas as etapas desta realização pessoal, desde a graduação. Sem Rafaela, as páginas a seguir estariam todas em branco. A você, sêssa, minha eterna gratidão;
- Ao meu orientador José Luciano de Queiroz Aires, pela liberdade e confiança depositadas a mim, assim como pela leitura atenta e as colaborações para a versão final do texto;
- Aos professores Bruno Gaudêncio e Iordan Queiroz, pelas inúmeras contribuições ao longo da graduação que despertaram em mim o enorme desejo de seguir uma carreira acadêmica;
- Aos professores Tiago Bernardon de Oliveira e Luciano Mendonça de Lima, pelas valiosas contribuições que ofertaram na participação do Exame de Qualificação;
- À Maria Helena Farias, a minha professora do ensino médio que alimentou em mim o desejo de me tornar historiador;
- À CAPES, pelo financiamento da pesquisa;
- À Orixá, que no silêncio das madrugadas me fez grande.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo compreender as relações sociais que possibilitaram o surgimento do Movimento Queremista na Paraíba em fins da ditadura do Estado Novo (1944-1945). Partimos do pressuposto de que a adesão ao projeto política de Getúlio Vargas não se deu por meio dos aparelhos ideológicos de propaganda, mas sim através das transformações ocorridas desde 1930, que possibilitaram o surgimento de leis trabalhistas e garantias sociais, onde o fim do Estado Novo passou a representar uma ameaça às conquistas da classe trabalhadora oriundas da Era Vargas. Teoricamente o trabalho está alinhado no campo da História Social com interface na História Política, com o uso de conceitos como *bonapartismo*, *trabalhismo* e *experiência*, respectivamente forjado por autores como Felipe Demier, Angela de Castro Gomes e Edward Palmer Thompson. Metodologicamente, nos valem das contribuições de Carlo Ginzburg com o *paradigma indiciário*. As fontes utilizadas nessa pesquisa são resultado do cotejamento entre relatos orais, escritos, iconográficos, além dos jornais, cordéis e as inúmeras solicitações de paraibanos enviado à presidência da república.

Palavras-Chave: Queremismo; Trabalhadores; Era Vargas; História Social.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the social relations that enabled the emergence of the Queremista Movement in Paraíba at the end of the Estado Novo dictatorship (1944-1945). We assume that the adherence to Getúlio Vargas' political project did not take place through the ideological propaganda apparatus, but through the transformations that took place since 1930, which enabled the emergence of labor laws and social guarantees, where the end of the Estado Novo came to represent a threat to the gains of the working class arising from the Vargas era. Theoretically, the work is aligned in the field of Social History with an interface in Political History, with the use of concepts such as Bonapartism, Labor and Experience, respectively forged by authors such as Felipe Demier, Angela de Castro Gomes and Edward Palmer Thompson. Methodologically, we made use of the contributions of Carlo Ginzburg with the evidential paradigm. The sources used in this research are the result of collating oral, written, iconographic reports, in addition to newspapers, cordéis and the numerous requests from Paraíba sent to the presidency of the republic.

Keywords: Keremism; Workers; It was Vargas; Social History.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Pilha de pastas contendo solicitações

Imagem 2: Carta endereçada à presidência

Imagem 3: Detalhes da resposta da solicitação

Imagem 4: Cardápio do restaurante

Imagem 5: “Anexo segue também uma fotografia recente do meu estabelecimento vendo-se a minha família (esposa e filhos) e uma parte dos meus operários”

Imagem 6: “Para que V.Excia. veja o que é a fabrica de pás junto dois retratos em prensa em funcionamento, para que se faça uma ideia do que ela é”

Imagem 7: Trabalhadores olham atentos para a fotografia enquanto trabalham na fábrica de pás Imagem 8: Assinaturas dos operários da fábrica de pá

Imagem 9: Oração enviada ao palácio do Catete

Imagem 10: Foto da missivista anexada à homenagem

Imagem 11 – “8 de maio de 1945. Marcha do povo campinense, liderado por sua juventude em comemoração à vitória dos Exércitos Aliados na Segunda Guerra Mundial”

Imagem 14 – Fotografia recortada do Jornal A União, 21 de agosto de 1945

Imagem 15: Manifestação no centro de Campina Grande

Imagem 16: Uma tarde queremista nas ruas de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1,1	TRABALHADORES E ESTADO NOVO NO BRASIL: UM DEBATE HISTÓRICO E HISTORIOGRÁFICO	14
1.2	O QUEREMISMO NA HISTORIOGRAFIA	25
2	UMA VIA DE MÃO DUPLA: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO NOVO E CLASSE TRABALHADORA NA PARAÍBA (1944-1945)	35
2.1	A FACE BURGUESA DO VARGUISMO	43
2.2	ESTADO NOVO: DA OPRESSÃO AO DECLÍNIO	50
2.3	EXPLORAÇÃO, CONFLITOS E ANSEIOS	61
3	O QUEREMISMO EM CENA: O CAMINHO ATÉ ÀS ELEIÇÕES	91
3.1	DISPUTA E SILENCIAMENTO: OS GRUPOS SITUACIONISTAS NA PARAÍBA (1945)	103
3.2	O FIM DO QUEREMISMO: A DEPOSIÇÃO DE GETÚLIO VARGAS E AS ELEIÇÕES EM 2 DE DEZEMBRO	118
	4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	5- FONTES	135
	6 REFERÊNCIAS	136

1 -INTRODUÇÃO

Ao indagar-se sobre a História, o historiador Marc Bloch¹ questionara que "uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor. Em particular, como não experimentar com mais força esse sentimento em relação à história, ainda mais claramente predestinada, acredita-se, a trabalhar em benefício do homem na medida em que tem o próprio homem e seus atos como material?" (BLOCH, 2001, p.45) Assim, o trabalho que segue é fruto de uma pesquisa que busca não somente responder às problemáticas do passado, mas, sobretudo, relacioná-las com o presente.

O Brasil de 2020 fora atravessado por uma pandemia de escala global que, de acordo com as mais variadas fontes, apresentam um país cada vez mais desigual — seja nos aspectos econômicos ou sociais. Enquanto o país atravessa a marca dos quinhentos e noventa mil mortos e mais de vinte e um milhões de infectados pelo vírus Sars-Cov-2², os números das condições materiais de vida são dramáticos: a insegurança alimentar atingiu 10,3 milhões de pessoas no país³, enquanto o desemprego é o maior já registrado - são 14,3% de pessoas inativas no mercado de trabalho⁴ - e uma média de 57% da população assumindo o medo do futuro do país. Do outro lado, há uma ínfima parcela da população que segue lucrando, pois durante a pandemia houve um aumento de trinta e quatro bilhões na fortuna dos bilionários do Brasil⁵. A crise que o Brasil atravessa deixa marcas em todas as regiões e na Paraíba não poderia ser diferente: só em 2020 os números de postos de trabalho fechados passam dos quinze mil e outros quinhentos mil paraibanos foram impedidos de sair de suas casas na busca de uma oportunidade de emprego.

Essa dissertação pretende contribuir com a historiografia na medida em que busca identificar como se deu o processo de transição democrática na Paraíba, em meio a um cenário nacional conturbado e marcado pela disputa entre diversos grupos

¹ Marc Léopold Benjamim Bloch (Lyon, 6 de julho de 1886 — Saint-Didier-de-Formans, 16 de junho de 1944) foi um historiador francês e um dos fundadores da Escola dos Annales. Atuou diretamente na resistência contra o nazifascismo durante a década de 1940, mas pela origem judia acabou sendo capturado pela Gestapo e fuzilado em 16 de junho de 1944.

² <https://covid.saude.gov.br/>

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>

⁴ <https://noticias.r7.com/economia/desemprego-na-pandemia-atinge-o-maior-nivel-com-137-mi-sem-servico-18092020>

⁵ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/27/relatorio-oxfam-desigualdade-pandemia.htm>

políticos na perspectiva nacional e, especificamente no caso da Paraíba, os grupos oligárquicos que a compunham durante o ano de 1945. Para isso, estabelecemos aqui três objetivos principais: ressignificar o Estado Novo, tecendo uma crítica à historiografia saudosista que o cerca; identificar a relação da classe trabalhadora paraibana com o Estado Novo a partir das suas relações interpessoais; e, por último, construir uma narrativa que identifique o movimento queremista na Paraíba. Em suma, pretendemos pensar os medos, anseios, expectativas e, sobretudo, a ação dos "de baixo" na Paraíba em 1945, ano que marca o processo de redemocratização do país pós ditadura do Estado Novo.

Escrever uma dissertação que busque localizar a ação e o pensamento dos trabalhadores e atores políticos na Paraíba da década de quarenta (1944- 1945) é, antes de tudo, um desafio. Aqui, em específico, analisaremos o chamado "Movimento Queremista", um grupo de adeptos da continuidade de Getúlio Vargas à frente da presidência do país em meio ao conturbado processo de redemocratização do Brasil que ganha força a partir de 1942 – em resposta ao apoio do Brasil aos EUA na Segunda Guerra Mundial – na tentativa de pôr um fim na ditadura do Estado Novo que fora imposta por Getúlio Vargas em 1937 (com o apoio de grupos da sociedade, sobretudo às Forças Armadas do Brasil). Analisar o Movimento Queremista na Paraíba somente detém sentido se o fizermos a partir de um olhar que correlacione o *macro* e o *micro*, impossibilitando qualquer análise que separe a Paraíba do restante do Brasil, pois os acontecimentos nos estados e regiões vizinhas exerceram influência nos acontecimentos locais, considerando ainda que a recíproca é verdadeira, pois eventos da política paraibana já empreenderam no Brasil transformações significativas, como é caso da chamada "Revolução de 30".

Admitir a influência dos acontecimentos em outros lugares do Brasil não retira a responsabilidade em realizarmos uma escrita atenta às especificidades existentes na Paraíba durante a aparição do movimento que reivindicava a continuidade de Getúlio Vargas. Escrever a partir das especificidades nos permite destacar os limites de um estado ainda agropastoril, com um ritmo de vida bem mais modesto do que os grandes centros do Brasil. Ao mesmo tempo, significa a tentativa de trazer à tona um tema do passado ainda não explorado na historiografia paraibana.

Em nossa pesquisa, fundamentada em abordagens da história a partir de um

viés marxista, nos apoiaremos em autores como Felipe Demier para pensarmos o período varguista sob um *Estado Bonapartista*, sendo ainda possível também pensar através dos estudos culturais ingleses e as publicações da *New Left Review*⁶, possibilitando também a influência de autores como Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, autores que contribuíram à historiografia a partir de um olhar dos “*de baixo*”, em uma relação onde “o simbólico e o subjetivo aparecem articulados com a experiência de classes e as estruturas sociais e econômicas, portanto, materiais.” (THOMPSON, 1987, p.68)

Assim, o objeto de pesquisa aqui proposto ainda representa um espaço ainda não preenchido por pesquisas acadêmicas sobre o *queremismo*. Ao tratarmos especificamente o conceito de *queremismo*, acompanharemos o diálogo proposto por Queler (2015) ao conferir ao conceito uma reviravolta; isto é, antes usado de maneira pejorativa por adversários políticos, o grupo que “queria Getúlio” se apossou do apelido e “passou a ser tratado por muitos como uma expressão que refletia o orgulho e a autoestima dos trabalhadores brasileiros em busca de maior participação política” (p.21). Portanto, não é incomum encontrar na imprensa um movimento que traduza “queremismo” como algo ruim, ao passo que o nosso uso do termo se refere aos defensores da continuidade de Getúlio Vargas na presidência.

Além dos teóricos já citados que serão utilizados na pesquisa, metodologicamente, usaremos as contribuições de Ginzburg (1989), a partir do texto “*raízes: sinais de um paradigma indiciário*” onde nos propõe uma ótima lição

⁶ A *New Left Review* é uma revista acadêmica política fundada em 1960 no Reino Unido, a partir da fusão de dois outros periódicos - o *New Reasoner*, *The Universities* e *Left Review*. As duas últimas cresceram durante a crise de Suez, em 1956, e adotavam uma perspectiva marxista, rejeitando a ortodoxia “revisionista”, predominante no Partido Trabalhista inglês. A *New Left Review* constituiu-se na porta-voz da linha de frente da *New Left* (Nova Esquerda) na Grã-Bretanha. O nome “*New Left*” provém de um texto escrito em 1960 pelo sociólogo americano Charles Wright Mills - “*Open letter to the New Left*” (“Carta aberta à Nova Esquerda”), no qual acusava a *Old Left* (“Velha Esquerda”), tanto comunista como reformista, assim como os liberais radicais de traírem os ideais de liberdade e justiça. Mills se dizia um marxista, um homem que trabalhava dentro da tradição da Teoria da Alienação do Jovem Marx, e provocou grande impacto entre os jovens intelectuais. A revista foi inicialmente dirigida por Stuart Hall, substituído em 1962 por Perry Anderson, que expandiu o foco da revista para os debates dentro do chamado Marxismo Ocidental. Atualmente a *NLR* dedica seus principais artigos aos Estados Unidos, China, Japão, Europa, Grã-Bretanha, Indonésia, Cuba, Iraque, México, Índia e Palestina. A revista tem concentrado suas análises nas áreas de literatura e cinema, crítica cultural e vanguarda, economia global e no ativismo pós-Seattle, 1999 - quando houve a primeira grande mobilização do movimento anti-globalização (a Batalha de Seattle), a qual resultou no cancelamento da cerimônia de abertura da reunião da OMC.

para acharmos os quemistas paraibanos, sujeitos convidados ao silêncio pelos grupos dominantes, mas que tornarão à História a partir de agora. Ao escrever sobre o caçador, o autor aponta que “[...] teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”. (p.152)

Se é certo que o caçador precisa agachar-se à lama para escutar as pistas da presa, a metáfora é válida para o exercício da escrita da história, pois para alcançar as pessoas comuns, somente nos debruçando sobre os arquivos e percebendo os detalhes mais imperceptíveis que permitem a tentativa de problematizar um dado passado, muitas vezes angariando fontes que a priori se mostram despreziosas, mas que o exercício de cotejamento as revelam indispensáveis à pesquisa.

Um segundo desafio ao falarmos do Movimento Quemista é a dificuldade de encontrar esse grupos minoritários nas páginas de jornais, na literatura sobre o Estado Novo, ou mesmo em fotografias da época. Ainda sem televisão, os periódicos e o rádio eram os principais meios de comunicação da década de quarenta, exercendo sobre a sociedade uma enorme influência. Por isso, jornais como A União (jornal estatal da Paraíba), A Folha da Manhã (imprensa carioca), Diário de Pernambuco (jornal com sede em Recife, porém com alcance em todo o Nordeste), além de outros, serão de grande valia para nos auxiliar a encontrar os indícios e as pistas.

Para além dos jornais, E.P Thompson já nos mostrou que é possível a tentativa resgatar os “*de baixo*” com diversos tipos de fonte e, por isso, estatísticas produzidas pelo Estado, cordéis e músicas escritas na época, entrevistas de políticos, além de cartas dos mais diversos segmentos da sociedade direcionadas à Getúlio Vargas, serão também analisadas e farão parte deste trabalho.

Para que esse trabalho pudesse ser escrito, foram consultados diversos arquivos: *Fundação Casa de José Américo, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), Fundação do Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), Arquivo Átila Almeida (UEPB), Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – (NDHIR/UFPB)*, todos localizados na Paraíba. Somam-se a estes, três outros arquivos que foram de suma importância: *Arquivo Nacional, o Centro de Documentação e Pesquisa (CPDOC/FGV), ambos localizados no Rio de Janeiro, além do arquivo virtual da*

Hemeroteca Digital.

Ainda sem uma consulta às fontes, um problema parecia central: Como seu deu o Movimento Queremista na Paraíba? No entanto, a difícil localização das fontes acerca do tema e a ausência de material que pudesse servir de consulta para o trabalho, logo alterou a questão a ser respondida. A questão passou a ser, portanto: afinal, é possível identificar um Movimento Queremista na Paraíba? Havendo, quais suas características e suas limitações? Quais suas expectativas? Qual seu fim? Há razões suficientes para ter existido? São esses questionamentos que esse trabalho pretende responder nas páginas a seguir.

1.1 - TRABALHADORES E ESTADO NOVO NO BRASIL: UM DEBATE HISTÓRICO E HISTORIOGRÁFICO

[...] E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não
.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte

Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução. [...] ⁷

O trecho do poema escrito por Vinicius de Moraes no ano de 1956 evoca, para o autor, uma tomada de consciência do operário urbano que durante muito tempo

⁷ MORAES, Vinicius de. O operário em construção. In: Poemas brasileiros sobre trabalhadores. Belo Horizonte. FALE/UFMG. 2011.

tivera se mantido “alienado” diante do dia a dia marcado pela exploração nas relações de trabalho. É o despertar do trabalhador. No entanto, o poema escrito em meados da década de 1950 explicita outras tônicas da política nacional do período: as tensões nacionais decorrentes do recém-suicídio do então presidente Getúlio Vargas dois anos antes e, além disso, as novas problematizações acerca da participação das massas populares na política nacional, expressas também através de um grupo de intelectuais que buscava, entre outras coisas, compreender esse novo ator político.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2001), o ano de 1952 marca o surgimento de um grupo de intelectuais⁸ paulistas e cariocas responsáveis pela criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Um dos primeiros trabalhos lançados pelo grupo se chamava “*O que é Ademarismo?*”⁹ buscando realizar uma problematização em torno de um conceito chave da política nacional: o *populismo*.

Assim, esses autores pretenderam exercer “um papel de vanguarda esclarecida que, produzindo uma nova visão de mundo, abasteceria projetos políticos capazes de solucionar problemas estratégicos” (GOMES, 2001, p.22). Nesse sentido, para tal grupo, a solução dos problemas do Brasil perpassava pela superação do populismo, caracterizado em três frentes: 1) o populismo enquanto um fenômeno de política de massas, vinculado a proletarização dos trabalhadores, que ainda “sem consciência”, agiam como uma massa homogênea, necessitando, obviamente, da sua emancipação para liberta-se desse mal; 2) o populismo seria fruto da conformidade das classes dominantes do país que durante uma crise de representatividade gerada pela Revolução de 1930, precisou conquistar apoio político das massas emergentes; 3) por último, a cereja do bolo do populismo, “o surgimento de um líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder”. (GOMES, 2001, p.25).

Assim, essa primeira interpretação do populismo no Brasil teve seu pensamento posto em xeque quando outro grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) resolveu debruçar-se sobre o tema. Destaca-se o professor Francisco Weffort¹⁰, professor de ciência política da instituição durante a década de

⁸ Nomes como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe formaram o chamado Grupo de Itatiaia.

⁹ Em alusão ao então governador de São Paulo, Ademar Pereira Barros.

¹⁰ Cientista político brasileiro, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e também chegou ocupou o posto de ministro da Cultura durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-

1960.

Se anteriormente a palavra populismo servia para adjetivar negativamente ações políticas, a partir de então a análise modifica-se para um caráter científico do olhar intelectual. Assim, os populistas deixam de ser os políticos que enganavam o povo com promessas não cumpridas ou os que angariavam votos através de um falso discurso. É a passagem do termo do senso comum à ciência. O *populismo* torna-se, portanto, um conceito, uma chave interpretativa de um passado.

Segundo Francisco Weffort no clássico *O populismo na política brasileira (1978)*, o nosso populismo é fruto de uma longa transformação da sociedade advinda das mudanças das relações de produção. Portanto, o impacto da crise econômica do capitalismo proveniente da grande depressão em 1929, acaba afetando o Brasil de maneira contundente. Esse abalo ocorrido nas oligarquias ligada à agricultura – sobretudo ao café no sudeste e sul do país – veio acompanhado de uma crise do controle do poder social pelas classes dominantes, que uma vez perdendo seu prestígio no então modelo de capitalismo liberal-oligárquico, foram obrigadas a incluir outros atores na cena política nacional (WEFFORT, 1978, p.49).

Assim, estava inaugurado no Brasil um *Estado de compromisso* entre os setores da classe dominante, com uma incorporação das massas populares à política brasileira de uma maneira moderada pela própria classe dominante. É importante frisar que as concepções liberais acerca do período até então apontavam uma massa sem qualquer tipo de consciência de classe, ligados à política somente pela inexperiência, caídos de paraquedas no cenário nacional emergente.

Para combater tal ponto de vista, Francisco Weffort aponta que

O condicionamento da emergência política das classes populares pelo Estado também sofre a interação de fatores ligados ao próprio comportamento popular. Seria ingênuo supor que, somente para atender às necessidades do seu jogo interno, o Estado estivesse “inventado” uma nova força social. Uma noção como esta não tem nenhum apoio histórico, não obstante possa parecer real quando a análise da emergência da classe popular se realiza apenas do ponto de vista da classe dominante e de sua crise interna (WEFFORT, 1978, p.71).

Sobre os apontamentos do autor no que tange a participação da classe trabalhadora, afastando-se das concepções liberais – as quais depreciavam a capacidade de ação da classe trabalhadora – Francisco Weffort, por mais de uma vez,

1998). Com vasta publicação ao longo da carreira, pode-se ainda citar os títulos: *Por que democracia?* (1984), *Qual Democracia* (1992) e *Formação do pensamento político brasileiro* (2006) como sendo suas obras mais destacadas.

parece apontar as condições históricas para justificar que

O populismo como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 30 (WEFFORT, 1978, p.61).

Segundo o autor, o *populismo* no Brasil foi presente e atuante de maneira direta entre os anos de 1930 e 1964, tendo vários representantes, entre eles Getúlio Vargas, Ademar de Barros e João Goulart. A ruptura da chamada República Liberal com a Revolução de 1930 inaugurou no Brasil novas práticas políticas, através do populismo o autor defende que as massas foram colocadas no centro do jogo político, porém, o modelo assumiu “diversas facetas e estas foram frequentemente contraditórias” (WEFFORT, 1980, p.61). O *populismo* marca a inauguração de uma época marcada pela intensificação das relações entre classes dominantes, o Estado e os populares, sendo o Estado o mediador das relações entre os outros dois através da figura carismática de Getúlio Vargas, líder que já anunciava suas pretensões antes mesmo da Revolução ter acontecido como pode ser observado na sua fala

se nosso protecionismo (refere-se ao protecionismo por parte do Estado) favore aos industriais em favor da fortuna particular impõe-se também o dever de ajudar ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem na enfermidade como na velhice. (WEFFORT apud OLYMPIO, 1980, p.66)

Na medida em que Getúlio Vargas assume o poder e inaugura uma agenda voltada às massas, esse *populismo* é visto como "um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também uma expressão das suas insatisfações" (WEFFORT, 1980, p.62). É válido dizer ainda que embora o cientista político tenha apontado sobre a ideia de manipulação do Estado em relação aos trabalhadores, ele aponta ainda que “a manipulação nunca foi absoluta” (WEFFORT, 1980, p.62).

As contribuições propostas por Francisco Weffort serviram de base para que outros autores pudessem ora concordar, ora se opor ao autor, mas a proposta legada de que o populismo pode ser caracterizado como *Estado de compromisso* ou *Estado de massas* foram alvos de crítica por parte de historiadores durante a década de 1980, tema que será tratado a seguir. Esse conceito inspirado na tradição gramsciana de Estado bonapartista, isto é, caracterizado pela ausência de

hegemonia da classe dominante, será trabalhado no segundo capítulo neste trabalho, levando em consideração a importante análise do período getulista proposta por Felipe Demier¹¹ na sua tese de doutoramento.

Outro autor contemporâneo a Francisco Weffort é Octávio Ianni, intelectual responsável por também formular ideias acerca do *populismo* enquanto fenômeno social brasileiro durante o período que vai de 1930 a 1964. Entre outros textos, o autor publicou a obra *O colapso do populismo no Brasil (1968)*, quatro anos após o golpe militar que colocaria um fim na curta experiência de democracia ocorrida entre os anos de 1945 e 1964.

Segundo Octávio Ianni, “é no século XX que o povo brasileiro surge, sobretudo após a 1º guerra” (IANNI, 1968, p.13). Ao fazer uma análise sobre a década de 1920 no Brasil, o autor aponta que o tenentismo¹² já formara as bases do que viria o processo de transformação que o Brasil iria mergulhar, isso por que, de maneira direta, o movimento formou-se com base nas seguintes condições: urbanização, crescimento da classe média e as contradições entre as estruturas crescentes. Portanto, “as lutas políticas travadas a partir de 1922 estão relacionadas com a necessidade de constituir-se um sistema cultural e institucional adequado à civilização urbano-industrial em formação.” (IANNI, 1968, p.16).

Essa nova face da sociedade brasileira industrializada terá a participação de países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, porém, seu ápice de investimento estrangeiro entre os anos de 1942-1949 ocorre a partir da hegemonia do capital estadunidense, isso significa dizer que “a história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis hegemônicos.” (IANNI, 1968, p.23).

Essa divisão de etapas do processo de industrialização analisado por Octávio Ianni fora dividido em três fases: 1) Estado intervencionista para a burguesia cafeicultora através da depreciação da moeda brasileira; 2) expansão dos setores industriais por Getúlio Vargas a partir de 1930, constituindo um modelo de

¹¹ DEMIER, Felipe. O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica. Editora Mauad. 2013. Rio de Janeiro.

¹² O tenentismo foi um movimento político-militar, baseado em uma série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro (tenentes), de camadas médias urbanas, que estavam insatisfeitos com o governo da República Oligárquica no início da década de 1920 no Brasil.

“substituição de importações”; 3) o terceiro modelo seria o “desenvolvimento associado”, ou seja, uma mistura entre a inserção do capital estrangeiro e o investimento nacional, ocorrido a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra mundial. O autor aponta duas constatações em relação ao nosso processo de industrialização, são elas: a escolha da “região Centro-Sul como núcleo hegemônico da economia nacional” e “a formação de movimentos massa, como estruturas políticas e ideológicas de sustentação do poder político orientado para o desenvolvimento industrial.” (IANNI, 1968, p.27-35).

Segundo Octávio Ianni, a política de massas foi um dos componentes fundamentais do modelo “getuliano” de desenvolvimento econômico. Esse modelo é

A Combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante do Getulismo. Essa combinação efetiva e tática de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor de serviços. Em concomitância, criam-se instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder. Na verdade, criam-se as condições de luta para uma participação maior no produto. Em plano mais largo, trata-se de uma combinação de forças destinada a ampliar e acelerar os rompimentos com a sociedade tradicional e os setores externos predominantes. Em verdade, foi com base no nacionalismo-desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas – em que se envolvem civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários – que se verificara a interiorização de alguns centros de decisão importantes para a formulação da política econômica. *A crescente participação do Estado na economia é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma consequência desse programa de nacionalização das decisões.* (IANNI, 1968, p.56)

Ao tratar acerca do papel dos trabalhadores durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o autor parece depreciar a ação dos trabalhadores, sobretudo, os sindicalizados, considerando-os como pelegos¹³. Sobre a relação entre o governo e os sindicatos, deixa claro que “os sindicatos e seus dirigentes reduzem-se a instrumentos de manobras políticas às vezes totalmente alheias aos interesses dos assalariados.” (IANNI, 1968, p.56).

¹³ Termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados “de fachada” ou “de carimbo”, entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não. Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais, que têm acesso direto ao Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra.

O tipo de análise que reduz os sindicatos ao peleguismo demonstrou-se insuficiente para pensar as questões importantes do período porque traz consigo a incapacidade de pensar o papel de repressão imposto pelo Estado aos sindicatos e aos trabalhadores durante a década de 1930 através da violência, ou durante a década de 1940 de maneira ideológica. De maneira geral, é a incapacidade de pensar a classe trabalhadora a partir dela própria, sobretudo, nas suas próprias contradições.¹⁴

É a partir da insatisfação perante as explicações já postas para o período que surgem durante o final da década de 1970 e o início dos anos oitenta, novas abordagens para o tema, questionamentos que buscaram um “esforço mais sistemático no sentido de elencar as questões teóricas e histórica que, nesta abordagem crítica, ele obscurecia.” (GOMES, 2001, p.43).

Esse novo modelo disposto a pensar o *populismo* enquanto fenômeno social no Brasil talvez tivera seu maior expoente na coleção organizada pelo historiador Jorge Ferreira, intitulada *O populismo e sua história: debate e crítica*; com edição lançada em 2001. A coletânea reúne textos importantes que caracterizam um novo olhar para o populismo no Brasil. Não é o caso de esmiuçarmos um a um os textos que foram escritos na coletânea, mas vale a tentativa de esboço do pensamento geral dos autores, em especial, Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis Filho e Ângela de Castro Gomes, que vêm influenciando parte significativa dos trabalhos acerca dos trabalhadores do Brasil nas últimas três décadas.

Ao introduzir a obra, Jorge Ferreira aponta que

O populismo, como categoria explicativa, teve a função de responder a uma pergunta inquietante: por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar os líderes trabalhistas e votar no PTB? (FERREIRA, 2001, p.8).

Nesse sentido, sem citar os trabalhos, o autor aponta que os primeiros esforços de compreensão acerca do populismo partiram da perspectiva de uma elite liberal que contrariada com a perda de poder na Revolução de 30 e assustadas com

¹⁴ É importante lembrar que o fato de as análises dos autores estarem inseridas na década de 1960, dificultam qualquer tipo de abordagem de matriz thompsoniana, por exemplo, tendo em vista que expansão no Brasil só acontece entre as décadas de 1970 e 1980, influenciando historiadores de uma geração mais próxima às abordagens contemporâneas. No entanto, não é o caso de jogá-los na lata do lixo da história, muito pelo contrário, foram valiosas contribuições para a compreensão do fenômeno no país e, como todo trabalho, são passíveis de crítica quanto aos limites conclusivos das pesquisas.

o avanço do movimento queremista – tema que norteará este trabalho –

Passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros fatores, sugerindo uma relação destituída de reciprocidade: o Estado, com Vargas, surgia como todo-poderoso, capaz de influenciar as mentes das pessoas; a sociedade – os trabalhadores em particular –, amedrontada com a polícia e confundida pela propaganda política estatal do DIP¹⁵, era transformada em massa de manobra e, portanto, vitimizada (FERREIRA, 2001, p.9).

Para Jorge Ferreira, “a responsabilidade dessa versão do populismo são conhecidos até hoje, tanto nas apostilas de nível médio quanto na bibliografia especializada” (FERREIRA, 2001, p.81). Essa narrativa de acesso aos direitos sociais pela classe trabalhadora em detrimento dos direitos políticos eleva os trabalhadores às condições de submissão. E, segundo o historiador, Francisco Weffort tivera sido um dos responsáveis por esse tipo de difusão do imaginário populista, pois, segundo ele, embora haja por parte deste último autor uma crítica ao modelo de pensamento liberal, “em outros momentos contrariando suas próprias críticas à concepção liberal, o texto permite leituras bem diferentes.” (FERREIRA, 2001.p.82).

Ao embasar tal afirmação, Jorge Ferreira bebe do próprio texto de Francisco Weffort, *O populismo na política Brasileira (1978)*, e usa trechos em que o autor defende que em 1930 aparece “o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos”¹⁶. Bem como outro trecho em que os trabalhadores “não passam de ‘massa de manobra’”¹⁷ e, por fim, ao caracterizar o Estado brasileiro “nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder o projeto de Estado; abandona-se a ele, entrega-se à

¹⁵ O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Mas sua origem remontava a um período anterior. Em 1931 foi criado o Departamento Oficial de Publicidade, e em 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Já no Estado Novo, no início de 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que finalmente deu lugar ao DIP. O DIP possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país. Sobre isso ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>

¹⁶ WEFFORT, Francisco Correia. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p.51.

¹⁷ Idem, p.58.

sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio”.¹⁸

Ainda estabelecendo uma crítica ao que chamou de “segunda geração do populismo”, Jorge Ferreira aponta que têm em comum

Uma maneira de abordar as relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora. Como em uma via de mão única, de cima para baixo, à luz do enfoque opressor e oprimido, o Estado, todo-poderoso, pela violência física e ideológica, domina e subjuga a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo, desse modo, uma relação destituída de interação e interlocução entre as partes. (FERREIRA, 2011, p.94)

Chegada a vez de analisar por uma perspectiva diferente, os anos de 1980 foram marcados pela inserção de diferentes autores no seio do debate da classe trabalhadora, aos quais podemos citar Carlos Ginzburg, Roger Chartier, Michael Foucault, entre outros. Para o autor, de maneira resumida, “as análises negam que as classes dominantes tenham o monopólio da produção de ideias” (FERREIRA, 2001, p.97). Ainda segundo ele

O “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica, e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de ser basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p.88)

Sobre a crítica realizada por Jorge Ferreira ao sociólogo marxista supracitado, é importante ressaltar que fora alvo de questionamentos por parte outros estudiosos como é o caso do historiador Felipe Demier no artigo: *Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo*¹⁹, bem como do também historiador Henrique de Bem Lignani com o seguinte trabalho: *Populismo, revisões e revisionismos: a compreensão das relações entre Estado e Classe trabalhadora no Brasil 1930-1964*²⁰.

Segundo Henrique de Bem Lignani, causa estranheza os levantamentos apontados por Jorge Ferreira na citação anterior serem postos pelo autor como

¹⁸ Idem, p.41.

¹⁹ DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. , p. 125-156.

²⁰ LIGNANI, Henrique de Bem. Populismo, revisões e revisionismos: a compreensão das relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil de 1930-1964. Revista Convergência Crítica. Dossiê: Histórias e Boemia, n.12, 2018.

contrapontos ao pensamento de Francisco Weffort, pois segundo ele “já estava presente na análise de Weffort, produzida mais de três décadas antes.” (LIGNANI, 2018, p.165). Outras críticas posta pelo autor é a ideia de que Jorge Ferreira “chega ao ponto de atribuir a esses autores²¹ noções de ‘manipulação de massas’ das quais não fizeram uso” (LIGNANI, 2018, p.166).

Felipe Demier vai além; no artigo citado acima, de maneira irônica ele aponta os historiadores Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis Filho e Ângela de Castro Gomes como sendo expoentes de uma *corrente revisionista fluminense*, onde segundo ele

Com o fito de combater a ideia da “manipulação das massas” propugnada por Weffort e Ianni, os revisionistas esgrimiram, assim, o argumento de que se as massas populares apoiaram, por várias vezes, as lideranças políticas do regime varguista, foi única e exclusivamente porque elas assim o quiseram ou, continuando o silogismo antidialético, foi porque os chefes trabalhistas e afins eram, de fato, representantes das vontades populares mais intensamente sentidas. Apresentado como uma simples opção racional dos trabalhadores brasileiros, o engenhoso trabalhismo construído por Vargas, Marcondes Filho e cia., fundamental na estrutura populista de dominação política sobre os trabalhadores, foi simplesmente positivado pela historiografia revisionista (DEMIER, 2014, p.226).

Em último sentido, o historiador marxista finaliza sua crítica aos historiadores fluminenses como sendo idealizadores de um tipo de história que refletem muito mais suas próprias convicções particulares, do que a análise crítica do período trabalhado. Nas palavras do autor, é uma tentativa de “promover uma positivação das formas populistas de dominação de classe” (DEMIER, 2014, p.226).

É importante ressaltar que embora Felipe Demier aponte Ângela de Castro Gomes como uma revisionista do período histórico, convém pensar que a sua tese de doutoramento intitulada *A Invenção do Trabalhismo* e defendida no ano de 1988 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) representa importante avanço nas análises acerca do Estado Novo e da sua relação com a classe trabalhadora.

Desse modo, a narrativa constituída pela autora pretende superar o conceito de *populismo* através de um novo olhar: *o trabalhismo*. A autora explicita a questão central da obra:

O que se pretende nesse texto é estudar o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político. Isto implica lidar com a questão da construção do conceito de cidadania e, mais particularmente,

²¹ Francisco Weffort e Octávio Ianni.

com a questão da extensão de cidadania aos setores populares (GOMES, 1988, p.23).

A pretensão do texto perpassa pela necessidade da negação da cooptação da classe trabalhadora pelo Estado na sua forma absoluta, pois “ser cooptado excluía assim uma relação de troca, esvaziando o sujeito da cooptação de qualquer poder [...] e transformando em objeto que é, por definição, incapaz de negociação” (GOMES, 2001, p.47).

Logo, a preocupação do texto não era um aprofundamento teórico sobre o tema – bastante realizado pelos estudiosos das gerações anteriores – mas sim

Assumindo uma perspectiva interdisciplinar, produzir uma interpretação histórica alternativa, fundada em pesquisa empírica mais demorada e iluminada pelas novas contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora (GOMES, 2001, p.45)

O advento do conceito de *trabalismo* como conceito capaz de explicar as relações da classe trabalhadora com o Estado se dá pela dificuldade de “utilização do conceito de populismo, que, como foi visto, remetia à ideia de manipulação política, ainda que se reconheçam todas as suas ambiguidades” (GOMES, 2001, p.46).

O reconhecimento dessas ambiguidades pretende preencher a lacuna deixada pelos estudiosos anteriores que na chave interpretativa em relação ao Estado e a classe trabalhadora, sobretudo, no período getulista, deixaram de enxergar o trabalhador como sujeito que age e modifica sua realidade e, por isso, na sua relação com o Estado “significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas políticas-ideológicas um do outro, como de relê-las” (GOMES, 2001, p.46).

Por fim, há o conceito de *pacto* em substituição ao modelo de “cooptação” proposto anteriormente; nesse tipo de interpretação teórica lançado pela autora

Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados, como todas as análises anteriores reconhecem com intensidades variadas, bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos das suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não de redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencádea-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo permanente de re-construção (GOMES, 2001, p.48).

As contribuições da autora neste trabalho serão de grande valia à medida que expõe como há uma narrativa ideológica proposta pelo Estado Novo, com início em 1937 e fortalecimento em 1942 ao qual a autora demoninará “*Ideologia de Outorga*”. Tornaremos a tratar sobre o conceito de maneira aprofundada no terceiro capítulo, relacionando-o com as fontes que serão analisadas.

1.2 - TRABALHADORES E QUEREMISMO NA HISTORIOGRAFIA

Ainda na esteira das críticas formuladas por Felipe Demier aos trabalhos desenvolvidos no campo que o autor considera *revisionista*, algumas questões o inquietam quanto à maneira que são abordadas às questões relacionadas aos trabalhadores durante o período getulista. Segundo o autor, há omissão desses autores em buscar respostas para perguntas que parecem pertinentes sobre o tema:

Por um viés historiográfico social-democrata, as lutas impulsionadas pelos trabalhadores brasileiros por dentro da ordem capitalista de então, a ordem populista, são, por essa corrente, demasiadamente valorizadas, tal como as lideranças sindicais e políticas que estiveram à frente delas, e em nenhum momento têm lugar em seus trabalhos indagações históricas como: por que a classe trabalhadora brasileira não foi capaz de travar um sólido embate contra a dominação populista? Por que sua plataforma política se encontrou em grande parte limitada ao horizonte nacional reformista? (DEMIER, 2014, p.217).

Segundo Marcelo Badaró Mattos, a classe trabalhadora no Brasil se formou a partir de inúmeras referências políticas e organizações, tais quais o socialismo, o anarquismo, o cooperativismo, o cristianismo social e o comunismo; todas essas propostas existindo paralelamente fizeram com que houvesse um engajamento por parte dos trabalhadores que iam assimilando as ideias conforme suas próprias realidades (MATTOS, 2003, p.8).

Nesse jogo de interesses, há também os interesses do patronato coexistindo com os dos trabalhadores. Anseios antagônicos que inauguram o século XX. Ainda segundo o autor, as demandas dos trabalhadores baseavam-se em

(...) salários maiores, jornadas menores e condições de trabalho melhores [...] Reivindicações que se destacavam até porque, a não ser por algumas poucas regras legais limitando o trabalho de menores (em geral descumpridas), inexistia legislação trabalhista, tal qual entendemos hoje essa expressão (MATTOS, 2003, p.9).

Era o início também da luta por direitos sociais no Brasil, tendo em vista todas as transformações que a sociedade brasileira vinha enfrentando com a emergência do caráter urbano-industrial, ponto já discutido com as análises de Francisco Weffort

e Octávio Ianni. Se a década de 1930 é marcada pela forte intervenção do Estado na realidade dos trabalhadores, anteriormente algumas garantias como “seguridade social, auxílios-doença, pensões para viúvas e aposentadorias, só existiam a partir de caixas assistências montadas pelos próprios trabalhadores e, portanto, bastante limitadas” (MATTOS, 2003, p.9).

Nesse momento, a intervenção do Estado resume-se à repressão policial exercida contra o movimento organizado dos trabalhadores – seja qual fosse a vertente, mas em especial a anarquista durante as décadas de 1910 e 1920 – e na garantia de uma oferta de mão de obra abundante, sobretudo, de trabalhadores estrangeiros, negligenciando a participação dos brasileiros no trabalho e garantindo os interesses da burguesia industrial que cada vez mais se solidificava.

Assim, apontar uma classe trabalhadora emergente apenas a partir de 1930 é reduzir o debate do trabalho no Brasil ao início do período varguista, algo que parece incongruente. Se a década de trinta não inaugura a classe trabalhadora, merece destaque, pois altera a relação do Estado para com os trabalhadores. Ao tornar-se “economicamente mais interventor e politicamente mais centralizador [...] tendeu a caminhar no sentido de uma conformação francamente autoritária” (MATTOS, 2003, p.11).

Antes de adentrarmos à fundo nos governos provisórios de Getúlio Vargas – a saber, (1930-1934) (1937-1945) – e seus desdobramentos para a política nacional e paraibana, é importante ressaltar que alguns historiadores já analisaram o período em questão e, portanto, em menor ou maior medida, nos ajudarão na construção deste texto.

Algumas dessas obras tornaram-se clássicos da historiografia paraibana e sem que seja necessário explicar em detalhes seus trabalhos, vale lembrá-los, como é o caso de *Poder e intervenção estatal na Paraíba: 1930-1940*, escrito pela historiadora Martha Falcão (1999) que busca fazer uma análise da primeira década varguista a partir dos próprios interventores que o então presidente escolheu para o estado.

Outro trabalho importante sobre as questões políticas que possibilitam uma compreensão da Paraíba até o ano de 1930 é *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar* escrito por Linda Lewin (1993)

investigando a máquina oligárquica controlada por Eptácio Pessoa durante até a chamada “Revolução de 30”.

Um outro trabalho dentro da perspectiva política é de José Luciano Queiroz Aires, Tese intitulada *Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)* buscando enfatizar como há um caráter teatral nos governos comandados pelos interventores indicados por Getúlio Vargas ao posto de líder do executivo na Paraíba, como foram Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo. O autor lança mão do conceito de *teatrocracia* para enfatizar o caráter dissimulado e ideológico explorado pelos então líderes na busca de capital político.

Entre os estudos clássicos da historiografia paraibana está a obra *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*, da historiadora Eliete de Queiróz Gurjão (1994), que pretende expor como há o surgimento de grupos familiares após o fim da escravidão que surgem na Paraíba e detém um poder amparado no período chamado de República Velha. O ápice das oligarquias se encontra na sua ligação com o Estado e sua exploração na busca de legitimidade frente os populares, bem como sua decadência consiste no processo de redemocratização e, entre outros motivos, ressurgimento do voto, reestabelecendo novos modelos de sustentação dos grupos oligárquicos.

Outros dois trabalhos que servirão de análise para pensarmos o fim do Estado Novo e conseqüente seus desdobramentos nas cidades paraibanas são respectivamente o da historiadora Monique Cittadino (1998) intitulado *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba 1945-1964*, assim como *Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da história de Campina Grande 1945-1953* escrito pelo historiador Josué Sylvestre.

É preciso dizer que na historiografia paraibana ainda não existem trabalhos que versem sobre o Movimento Queremista na Paraíba. Embora em algumas dissertações e teses sobre os trabalhadores ganhem notoriedade, tal manifestação de trabalhadores para a permanência de Getúlio Vargas à frente da presidência da república ainda não foi investigado.

Assim, o objeto de pesquisa aqui proposto ainda representa um espaço ainda não preenchido por pesquisas acadêmicas sobre o queremismo. A recente historiografia nacional que buscou trabalhar sobre o queremismo tratou de discutir

aspectos distintos. São trabalhos sobre a política externa (Cf. CASTRO, 2015), sobre os trabalhadores e cidadania (Cf. MACEDO, 2008), ou sobre o movimento em determinadas regiões como é o caso do Rio Grande do Sul (Cf. ALBERNAZ, 2006), dentre outros.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que uma visita aos jornais do ano de 1945 realizada por qualquer historiador desavisado poderá causar-lhe estranheza no trato com as fontes. Isso porquê, o próprio termo “queremismo” não surgiu e foi utilizado da maneira como a historiografia se apoderou posteriormente. De acordo com Jefferson José Queler (2016) no artigo intitulado *Os sentidos do Queremismo: disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945*, “é possível indicar como tal conceito, longe de possuir um sentido neutro e fixo, foi então instrumento central da luta política” (QUELER, 2016, p.2)

As disputas políticas no Brasil em 1945 mais uma vez colocam no seio do debate as opiniões dos diferentes grupos políticos que o integravam. Ainda de acordo com autor

As páginas de diversos veículos da imprensa indicam que ele surgiu como um neologismo e, em etapa posterior, foi ressignificado numerosas vezes, seja para desmobilizar os novos sujeitos que adentravam a arena política, seja para conferir-lhes unidade nas lutas em defesa de seus interesses (QUELER, 2016, p.2).

Assim, no surgimento do movimento, o termo “queremismo” era, na verdade, usado pejorativamente pelas elites liberais que, atônitas, ainda atribuindo o movimento a uma possível armação de Getúlio Vargas – questão que divide opiniões na própria historiografia – propagavam na imprensa esse pensamento. Assim

vozes da imprensa liberal, diante de multidões esparsas e pouco articuladas entre si que clamavam pela permanência de Vargas na presidência, procuraram construir linguisticamente um inimigo político coeso, o queremismo. Artifício destinado a desqualificar tais manifestações, o termo foi, porém, paulatinamente incorporado de forma positiva pelos sujeitos que delas participavam. Jornais oficiosos e, por vezes, os próprios periódicos empenhados em suprimir a participação popular divulgavam posicionamentos simpáticos ao então presidente. Em muitos deles, o referido conceito emergia como elemento privilegiado da luta política, objetivando concretizar um movimento social em escala nacional. (QUELER, 2016, p.2)

A propagação negativa parece ter surtido efeito contrário, pois as ruas do Rio de Janeiro logo ecoaram as manifestações pró continuidade do ditador à frente da presidência da república. É importante ressaltar que as manifestações e comícios

“contaram com o suporte do Ministério do Trabalho; o ministro Alexandre Marcondes Filho ofereceu-lhes apoio tácito. Empresários financiaram tais movimentos, com destaque para Hugo Borghi.” (QUELER, 2016, p.3)

Dessa forma, se o início do uso do conceito marca a tentativa da construção de um inimigo político apontando que “essa construção linguística supunha a existência de um fenômeno incivilizado, ameaçador, despido de consciência política, empenhado tão-somente em perpetuar a ditadura do Estado Novo” (QUELER, 2016, p.18); logo, o termo parece ter sido ressignificado pelos oradores das manifestações getulistas e até mesmo da campanha do então candidato à presidência em 1945, Eurico Gaspar Dutra, buscando tirar proveito da relação entre o então candidato à presidência e Getúlio Vargas.

O autor utiliza-se de larga pesquisa documental em jornais da imprensa carioca para mostrar como os trabalhadores se posicionaram diante das disputas em torno desse termo, tomando-os para si e se enxergando enquanto tal. Ser quemista, por inúmeros motivos, se tornou motivo de luta política pois

Percebendo seu potencial unificador, eles trataram de inverter seus significados desabonadores e transformá-lo em símbolo de identificação política e de valorização dos trabalhadores. Estes, embalados pela percepção de que haviam obtido ganhos durante o governo do primeiro, convergiram em larga medida em torno um movimento nacional, especialmente no segundo semestre de 1945. Ao servirem-se do referido termo para nomeá-lo, escolheram travar a luta política no âmbito de formulação conceitual voltada a diminuir o valor de seu grupo social. E, de certa forma, inverteram os termos da equação, dado que a transformaram justamente em veículo de seu renovado autovalor na sociedade, expresso em suas intenções de escolher seus representantes. Portanto, a noção de quemismo, nessa nova acepção, foi instrumento de defesa da participação política institucional daqueles sujeitos (QUELER, 2016, p.22).

Defender uma participação política consciente dos trabalhadores enquanto classe parece ter sido uma tônica dos trabalhos entre os historiadores nas últimas três décadas, sobretudo, a partir da influência do historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson²². Independentemente da corrente de pensamento (seja marxista ou revisionista, como pretende pensar alguns críticos das últimas gerações de historiadores), E.P Thompson modificou a maneira de como localizar na história o

²² Edward Palmer Thompson foi um orientador marxista com ampla bibliografia vinculada às questões dos trabalhadores. Sua obra vem inspirando trabalhos sobre sindicalismo, partidos políticos, movimentos sociais, escravidão, campesinato, motins, entre outros. O historiador inglês é responsável por rebater a concepção liberal instituída pelos intelectuais da Inglaterra no século XIX de que o processo de solidificação da indústria e do capitalismo tivera ocorrido de maneira harmônica e contributiva entre trabalhadores e patrões.

pensamento, a ação, os anseios e as conquistas da classe trabalhadora²³.

Na obra que talvez tenha sido a mais importante do autor, E.P Thompson escreve *A Formação da classe operária inglesa*²⁴ em 1963. Um trabalho que ultrapassou os limites postos pelo próprio edital ao qual havia sido submetido, ganhando tons de pioneirismo na maneira de abordar trabalhadores na História. No seu caso, mais precisamente os trabalhadores da Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX.

As lições teórico-metodológicas propostas por E.P Thompson são valiosíssimas. Enxergamos o Movimento Queremista como sendo uma tentativa dos trabalhadores não de adorar Getúlio Vargas em um momento de lamentação pela perda “do grande líder nacional”, mas sim, um momento de dura escolha para os trabalhadores: persistir com um ditador e ter sua condição de vida, no mínimo, não prejudicada? Ou apoiar um projeto de nação que não dialoga de modo algum com os trabalhadores? Essa parecia ser a escolha do momento, uma escolha pautada na noção de classe que é, portanto, histórica. Uma relação estabelecida por contextos reais que se apresentavam durante o ano de 1945. Assim, os trabalhadores paraibanos expressavam os valores de uma *classe* e esta, por sua vez,

[...] acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência da classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 2019, p.10)

Estabelecendo uma crítica em relação a noção de classe propagada por um marxismo vulgar, E.P Thompson aponta que a *consciência de classe* é fruto das relações de saber impostas pelos intelectuais e, portanto, mais atrapalha do que ajuda na compreensão dos estudos sobre trabalhadores, pois “se lembrar que a

²³ É importante frisarmos que a corrente revisionista e a historiografia brasileira da década de 1990 buscou colocar E.P. Thompson como um autor da História Cultural, algo que não pretendemos fazer pois o autor sempre se colocou enquanto marxista e, portanto, ligado ao horizonte revolucionário. A respeito ver: Vainfas, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In Cardoso, Ciro & Vainfas, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 155.

²⁴ É preciso lembrar que o termo em inglês significa “The Making of the English Working Class”, onde a tradução literal seria “o fazer-se da classe operária inglesa”, porém o termo não soaria bem na tradução para a obra. A crítica sobre o termo “formação” consiste da ideia de algo que já está pronto e acabado, enquanto o termo “fazer-se” parece exprimir uma contínua realização.

classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira” (THOMPSON, 2019. p.11).

É preciso examinar a história de cada lugar, atento às especificidades de cada local, senão o historiador está fadado a colocar uma teoria sobre uma prática e aí determinar não uma narrativa verossímil do passado, mas os seus próprios interesses particulares sobre o tema. Por tratar-se de uma relação diretamente ligada ao passado e, portanto, às condições materiais de vida, E.P Thompson alerta que

Se detemos a história aí num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e suas instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é sua única definição. (THOMPSON, 2019, p.12)

Até aqui, expusemos o leque de conceitos que serão abordados neste trabalho. Se tratando de um debate teórico, esperamos que tenha servido para situar o leitor que este é um trabalho sobre História Política que pretende uma interface com a História Social, buscando pensar como os trabalhadores da Paraíba agiram e recepcionaram o Movimento Queremista na Paraíba. A questão que norteará o segundo capítulo será: É possível identificar um queremismo paraibano? Se sim, como ele se expressa e quais seus desdobramentos?

Depois disso, portanto, pretendemos que o terceiro capítulo deste trabalho dê conta de responder outra importante questão: como, entre os anos de 1944-1945, o Estado brasileiro mediou as relações com a classe trabalhadora e com a burguesia? Quais eram os anseios dos trabalhadores paraibanos, seus *horizontes de expectativas* e em que medida tinham suas necessidades atendidas pela ditadura do Estado Novo? Se houve um movimento queremista na Paraíba, ele se justifica pela sua própria relação histórica, ou seja, pela relação da classe trabalhadora com Getúlio Vargas, ou, em último caso, com seu projeto de poder.

E.P Thompson aponta que o intuito da sua obra é “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão ‘utópico” (THOMPSON, 2019, p.14). Parfraseando o autor me permito pensar que este trabalho pretende remir o pobre usineiro, o trabalhador das fábricas, os enfermos paraibanos, os desempregados e, por fim, os adeptos do Movimento Queremista.

Esta dissertação estará dividida em três capítulos, onde o primeiro deles pretende expor um debate teórico/metodológico acerca dos conceitos que trabalharemos ao decorrer do texto, a saber: *queremismo*, *getulismo*, *populismo*, *trabalhismo*. Tal debate consiste na necessidade de nos localizarmos historiograficamente e apontarmos os caminhos da pesquisa, além da interpretação que adotaremos acerca do Estado Novo.

O segundo capítulo será uma análise da relação da classe trabalhadora paraibana com Getúlio Vargas – ainda à frente da Presidência da República – no período entre 1944 e 1945. Para realizarmos essa análise, utilizaremos correspondências que pessoas das mais diversas classes sociais utilizavam para se comunicar com Getúlio Vargas através da Secretaria Geral da Presidência da República, um canal de comunicação subordinado ao então Gabinete Civil, onde questões do mais diversos tipos eram tratadas em uma relação “direta” entre cidadão e presidente; ao tratarmos dessas solicitações, buscamos preservar na íntegra a solicitação, inclusive do ponto de vista ortográfico e gramatical, O intuito desse capítulo será identificar como essas relações foram mediadas pelo Estado Novo a partir de um debate direto com o *trabalhismo* e a ideologia do regime, buscando identificar em que medida justifica a ação de um Movimento Queremista.

No último capítulo, adentramos às disputas eleitorais, oligárquicas, partidárias e jornalísticas durante o ano de 1945, buscando identificar as ações concretas para a permanência de Getúlio Vargas à frente da Presidência da República e seus desdobramentos, mas também os conflitos que permearam a cena política paraibana até às eleições daquele ano. O objetivo principal desse capítulo é identificar nas fontes um possível movimento quememista e buscar entendê-lo a partir de um olhar de conflito entre as classes sociais existentes.

CAPÍTULO II

UMA VIA DE MÃO DUPLA: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO NOVO E CLASSE TRABALHADORA NA PARAÍBA (1944-1945)

As pessoas que vivenciaram efetivamente o Movimento Queremista já não estão mais entre nós. As vozes do rádio, que tanto marcou época, se armazenam somente na memória do ouvinte; as fotografias, embora estivessem ganhando espaço, não era uma ferramenta tão assídua na década de 1940 na utilização de trabalhadores, sobretudo, quando se trata de localizar os “*visto de baixo*”.

Portanto, o caminho parecia afunilar-se, até o contato com um livro publicado pelo historiador Jorge Ferreira (1997) chamado *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. No texto, o autor comenta que

as dificuldades para conhecermos as ideias e vivências dos populares na época de Vargas foram superadas em parte pela existência, no Arquivo Nacional, de um expressivo conjunto de cartas e de processos administrativos, onde as pessoas tiveram a oportunidade de se manifestar e deixar registradas suas experiências" (FERREIRA, 1997, p.23).

Em todo trabalho do autor, aparece apenas uma comunicação de um paraibano com a presidência da república, tratava-se de um pedido de emprego por um pessoense chamado Luiz Paiva, em 1938, solicitação essa que não obteve resposta.²⁵

A curiosidade despertada pela leitura do trabalho nos fez imaginar que outras correspondências de paraibanos e pessoas comuns pudessem estar no Arquivo Nacional, embora já tivessem se passado vinte e três anos da pesquisa do autor.

As fontes que serão trabalhadas nesse capítulo foram consultadas pessoalmente no *Arquivo Nacional*. Para que não fôssemos às cegas, foram realizadas consultas prévias junto aos funcionários do local e de maneira digital através do *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Pudemos constatar que havia ali uma rica possibilidade de localizar essas pessoas ditas comuns e estabelecer problematizações acerca das suas relações com o Estado Novo.

Assim, entre os meses de dezembro 2019 e janeiro de 2020, foram realizadas exatamente seis visitas ao local, possibilitando-nos manuseá-las e digitalizá-las para análise que será feita a seguir.

²⁵ Idem, p.30

O ato de escrever ao líder do executivo não é em si uma prática inovadora e estabelecida somente durante o período de Getúlio Vargas, mas é durante seu governo que esse tipo de comunicação é efetivamente transformado em um processo burocrático, de maneira organizada e articulando-se com seus ministérios e interventores.

Todas as correspondências que aqui serão analisadas ficaram sob a responsabilidade da Secretária Geral da Presidência da República, órgão que já existia antes de Getúlio Vargas assumir o poder, mas que passou por significativas transformações após sua chegada. Tais correspondências significaram um importante meio de comunicação entre o governo e as demais frações da população brasileira.

De acordo com Luiz Vergara²⁶, ocorrida a tomada de poder por parte da Aliança Liberal²⁷ em 1930, ao chegarem ao Palácio do Catete logo perceberam a precariedade a qual estavam submetidas algumas funções do governo. Segundo ele, só havia um único funcionário para os serviços da presidência e “por incrível que pareça, não encontramos na Presidência da República qualquer coisa que parecesse organização de serviço. Foi preciso improvisar tudo.” (VERGARA, 1960, p.62).

Ainda sobre a organização desse arquivo no período pré Getúlio Vargas, Vergara aponta que

O expediente dos Ministérios chegava e voltava depois do despachado e não ficava registrado nem em livros especiais, nem fichários, coisas que não eram usadas, diziam-nos, desde os primeiros Presidentes da República. Os memoriais ou requerimentos apresentados diretamente ao Chefe do Governo recebiam anotação incompleta e sumária num livro comum, escrito sem o mínimo de cuidado. Num ambiente de tamanha desorganização o trabalho se dificultava e rendia pouco. Quando o presidente precisava de alguma informação sobre processos e papéis submetidos a seus despachos, tínhamos de reclamá-la dos Ministérios, que também não primavam pela eficiência de organização, de modo que tudo se tornava moroso e insatisfatório. (VERGARA, 1960, p.62-63)

Coube a Luiz Vergara a liderança do processo de construção de uma máquina

²⁶ Em julho de 1936 Luís Vergara substituiu Artur Guimarães de Araújo Jorge (1935-1936) como secretário da Presidência da República, cargo equivalente à atual chefia do Gabinete Civil, onde permaneceu até 1945.

²⁷ Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. A respeito ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/AliancaLiberal>

burocrática que atendesse as demandas que não parava de subir. As correspondências tinham diversas formas: telegramas, solicitações, homenagens e quase sempre partiam de pessoas que não tinham vínculo com o governo, embora alguns políticos — como é o caso de o então interventor Ruy Carneiro²⁸ e Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque²⁹ — mantivessem contato através desse meio também.

Segundo Jorge Ferreira, durante sua pesquisa ele pôde constatar que haviam “3.483 caixas, que cobrem a trajetória da SPR³⁰ de 1930 a 1965. Como até agora só está organizado o período que estende de 1930 a 1945, sera esta a temporalidade de estudo.” (FERREIRA, 1997, p.73).

Ainda segundo o levantamento do autor, é possível identificar que entre os anos de 1930 e 1945, há uma variação da maneira como essa comunicação ocorre. Até a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República, os números são irrisórios, havendo um aumento gradual dessa comunicação com o passar dos anos. Segundo o autor, duas constatações são claras:

A primeira é de que até 1929 suas funções eram irrisórias se comparadas às do período posterior, o que demonstra uma reorganização técnica e uma nova postura político-administrativa, com a finalidade de dar da crescente correspondência que lá chegava. A segunda é de que o auge de suas atividades deu-se durante a vigência do Estado Novo, quando o número de caixas atingiu o dobro dos períodos anterior e posterior. (FERREIRA, 1997, p.74)

Para os anos de 1944 e 1945, temporalidade que marca o declínio do Estado Novo até o seu fim, chegaram apenas 35 e 28 caixas, respectivamente³¹. É difícil precisar quanta documentação cabia em cada caixa, mas é possível que a quantidade seja altíssima, tendo em vista que somente as pastas consultadas por nós dão conta de pelo menos 500 correspondências entre paraibanos e a Presidência da República.

É necessário justificar o período trabalhado neste trabalho. Por o intuito inicial

²⁸ Ruy Carneiro (Pombal, 20 de agosto de 1906 — Brasília, 20 de julho de 1977) foi um político paraibano nomeado interventor entre os anos de 1940-1945 até a queda do Estado Novo. Exerceu ainda o cargo de Senador da República pelo PSD entre os anos de 1950 e 1976.

²⁹ Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 22 de junho de 1911, filho de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Luísa Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Atuou como servidor público durante boa parte da vida, tendo exercido ainda o cargo de senador da república no ano de 1951, coincidentemente o ano de sua morte.

³⁰ Secretária da Presidência da República.

³¹ Idem, p.73.

da pesquisa ser a busca por vestígios de organização de um Movimento Queremista na Paraíba, a ida ao Arquivo Nacional nos trouxe uma feliz coincidência: só estão disponíveis para acesso os processos finalizados entre os anos de 1944-1945 através do SIAN. Mesmo pessoalmente, não houve justificativa por parte dos funcionários sobre qual o motivo da ausência do restante do material.

Sobre o material que recolhemos, cabe ressaltar que ao todo eram 578 referências sobre a Paraíba. Cada comunicação que nós solicitamos equivale a um número próprio que identifica tal correspondência. Muitas delas foram extraviadas com o passar do tempo, outras tantas vieram com número trocado por correspondências de outros lugares do Brasil, além daquelas em que se tratava na verdade da cidade de “Paraíba do Sul” no estado de Paraná, podendo causar uma certa confusão.

Imagem 1: Pilha de pastas contendo as solicitações.



Fonte: Arquivo Nacional

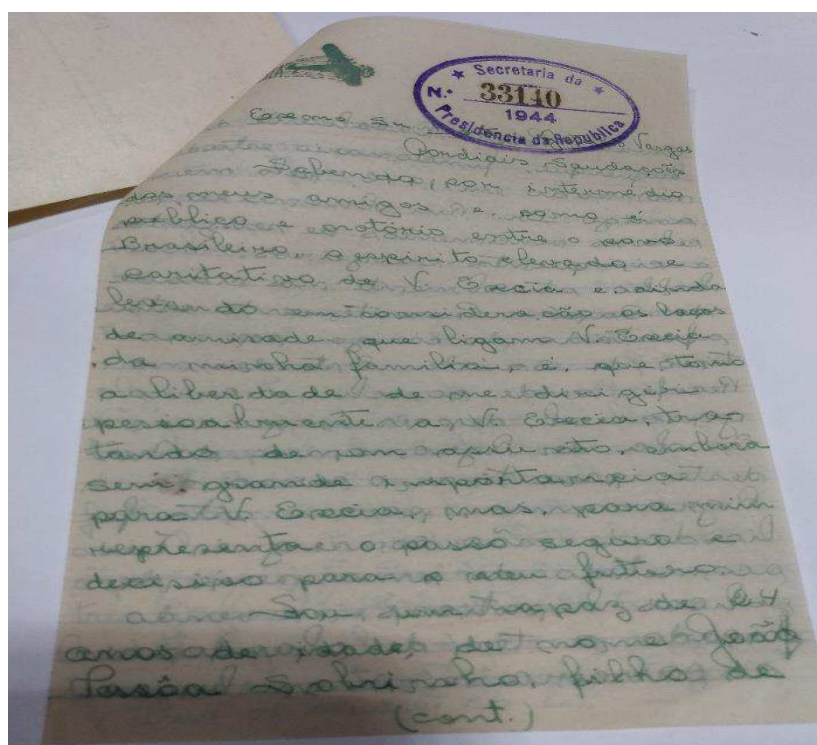
Todo o material recolhido consta nessas pastas da fotografia acima. Fomos tendo acesso ao material paulatinamente já que há um limite diário para a consulta. Nessas pastas os processos estão divididos por números, e dentro de cada pasta como essa existem correspondências de todo lugar do Brasil, cabendo ao historiador

a missão de localizar, analisar e guardá-las novamente. Em alguns casos era possível perceber que haviam várias correspondências da Paraíba juntas em uma mesma pasta, quase sempre quando eram respondidas na mesma data pelos ministérios.

Nesse material foi possível identificar solicitações aos seguintes ministérios: Aeronáutica, Agricultura, Educação, Saúde Pública, Guerra, Marinha, Relações Exteriores e, em especial, os dois últimos: Viação e Obras Públicas e Trabalho, Comércio e Indústria. Algumas solicitações e respostas acabam assumindo um certo grau de repetição que faz com que nós busquemos selecionar de maneira qualitativa as que aparecerão neste trabalho.

Quando João Pessoa Sobrinho pensou em escrever a Getúlio Vargas, o fez de maneira singela, de certo que pegou o primeiro lápis que havia em sua volta e em trinta e cinco linhas de uma folha com material pouco resistente buscou obter da Presidência da República um cargo de fiscal de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, na cidade de João Pessoa.

Imagem 2: Carta endereçada à presidência



Fonte: Arquivo Nacional

A carta escrita por João Pessoa Sobrinho endereçada diretamente à

Secretária da Presidência da República foi recebida para análise no dia 21/09/1944.

Na carta, o jovem diz o seguinte:

Exmo Sr, Doutor Getúlio Vargas

Cordiais saudações

Sabendo, por intermédio dos meus amigos e como é publico e notório entre o povo Brasileiro, o espirito elevado e caritativo de V.Excia e, ainda levando em consideração os laços de amizade que ligam V.excia da minha familia, é que tomo a liberdade de me dirigir pessoalmente d V.excia, tratando de um assunto, embora sem grande importancia para V.excia mas, para mim representa o passo seguro e decisivo para o meu futuro.

Sou um rapaz de 24 anos de idade, de nome João Pessôa Sobrinho, filho de

(cont.)

Dr Marques dos reis, para uma dessas vagas como candidato de V.Excia. Seria para mim grande satisfação, abrindo-se na minha vida novo horizonte cheio de surpresa e felicidade, no caso de minha nomeação para aquele cargo.

Desejando V.excia melhores informações a meu respeito, poderar dirigir-se aos meus tios General José Pessôa e Cel Aristarcho Pessoa

Aqui, Exmo. Dr. Getúlio Vargas, termo confiante no amparo que V.excia dará a minha pretensão

Subscrevo-me atenciosamente

João Pessôa Sobrinho

Endereço: Bôa Vista

Est. da Paraiba do Norte³²

Ao lermos a carta, é possível identificarmos três elementos importantes da narrativa escolhida pelo jovem: 1) o endeusamento da figura de Getúlio Vargas como um ser humano “caritativo” e de espirito “elevado” 2) a insistência na relação familiar entre os Pessôa e o governo de Getúlio Vargas através dos tios José Pessoa³³ e Aristarcho Pessôa³⁴ e, por último, uma total consciência do *status* social que ele já

³² SPR - 33140/1945.

³³ José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Cabaceiras (PB) no dia 12 de setembro de 1885, filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Assentou praça em 1903 no 2º Batalhão de Infantaria em Recife, seguindo depois para a Escola Preparatória e de Tática em Realengo (RJ). Transferiu-se em 1909 para a Escola Militar de Porto Alegre, de onde saiu aspirante-a-oficial. Participou da Revolução de 1930. Após um breve período como comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, José Pessoa assumiu, ainda em 1930, o comando da Escola Militar do Realengo. Eleito presidente do Clube Militar em maio de 1944, assumiu o cargo em junho e nele permaneceu até junho de 1946. Adido militar em Londres de 1946 a 1947, retornou ao Brasil e, em abril de 1948, participou da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen). Em torno do órgão se articularam de modo amplo estudantes, jornalistas, militares, professores e homens públicos, e em pouco tempo o centro se tornou o núcleo de uma campanha de mobilização da opinião pública em favor de uma solução nacionalista para a questão do petróleo. A Campanha do Petróleo como ficou conhecida, desembocou no estabelecimento do monopólio estatal em 1953 e na conseqüente criação da Petrobras em 1954. A respeito ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/jose_pessoa

³⁴ Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 4 de agosto de 1879, filho de Cândido Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Sobrinho de Eptácio da Silva Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922; Em 15 de dezembro de 1930, Aristarco foi nomeado comandante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, sendo promovido a coronel em maio de 1931. Permaneceu à frente dessa corporação durante quase 15 anos, até 31 de outubro de 1945. Faleceu em 1949. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuquerque-aristarco-pessoa-cavalcanti-de>

possuía. De acordo com a carta de admissão, João Pessoa Sobrinho já era Fiscal de Rendas do Estado, angariando, na verdade, não um emprego, mas uma promoção de cargo. A resposta não demorou, apenas um mês após seu envio, uma carta com um selo do Banco do Brasil na parte superior esquerda continha o seguinte aviso:

Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1944
Exmo. Sr. Dr. José de Queiroz Lima
M.D. Diretor da Secretária da Presidência da República
Venho Devolver a carta, procolada nesta Secretária sob nº 33140/44, em que o Sr. João Pessoa Sobrinho solicita ao Exmo. Sr. Presidente da República a sua nomeação para o cargo de Fiscal de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial dêste Banco, em João Pessoa, Estado da Paraíba.
Manda-me o Sr. Presidente do Banco informar que não dispõe, no momento, de nenhuma vaga do cargo pretendido.
Atenciosas saudações
Manoel Bezerra de Oliveira Lima³⁵

Quando foi convidado a apresentar a biografia de João Pessoa em texto escrito por Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a quem Getúlio Vargas fora íntimo, o então presidente escreveu que “o nome de João Pessoa é hoje objeto de culto cívico nacional – destino histórico compartilhado pelo povo paraibano” e poeticamente concluiu que às vezes, para a vitória de um certo ideal “nem sempre é preciso matar: basta, às vezes, que saiba morrer.” (ALBUQUERQUE, 1979, p.16)

Embora tivesse demonstrado afeto, o pedido de João Pessoa Sobrinho fora rejeitado sem maiores delongas. A frustração do jovem que se mostrava tão confiante com o apelo feito ao presidente da república revela uma face paradoxal do regime varguista. Afinal, se uma pessoa com herança política e uma capacidade de articulação através de familiares do alto escalão do governo não é capaz ter suas necessidades atendida, quem as tiveram?

Em primeiro lugar é preciso dizer que a Secretaria da Presidência da República foi um órgão estabelecido para um duplo viés: agir como um modelo de triagem das solicitações que seriam encaminhadas aos ministérios e, ao mesmo tempo, mediar uma relação entre Estado e população que, como veremos, ultrapassa os limites de uma hierarquia econômica, política e social. Ainda que a resposta pudesse ser negativa, a maioria absoluta dos pedidos costumava ser respondida.

Os critérios estabelecidos para o atendimento ou não das demandas revelam que os pareceres levavam em consideração a legislação vigente – a saber, a própria

³⁵ SPR - 33140/1945.

legislação do Estado Novo – que houvera sido constituída a partir 1930 e passava por reformulações sempre que necessário. No entanto, o discurso jurídico das respostas aos populares por vezes era substituído por decisões de cunho arbitrário, expressão da face autoritária do Estado Novo.

Um caso em que podemos perceber tal manifestação baseada em arcabouço jurídico é o de Manuel Eugenio Barbalho, residente em João Pessoa e que entrou em contato no penúltimo dia do ano de 1943 na esperança de ter seu emprego garantido através da interferência de Getúlio Vargas. A correspondência designada ao Ministério de Viação e Obras Públicas foi recebida pelo Departamento de Correios e Telegráfos e continha a seguinte solicitação

João Pessoa, 30 de dezembro de 1943, Excelentíssimo Senhor Doutor
Getúlio Vargas
Dignissimo Presidente da República

De posse de sua missiva data de 27 de maio de 1942 e assinada pelo Sr. Dr. Oficial de Gabinete de Vossa Excelência, venho por intermédio da presente, não somente acusar o seu recebimento, como ainda afirma a vossa excelência que me submeti no concurso de auxiliar de trafégo e tendo sido aprovado conforme certificado existente em meu poder, e pucliação do Diário Oficial de 25 de setembro do expirante ano.

Em face do que assim alego resolvi apelar para o alto espirito humanitário e justiceito de Vossa Excelencia, confiando plenamente no seu bondo coração que Vossa Excelênia atendera ao meu justo pedido tirando-me da situação antustiosa em que me acho, esperando que Vossa Excelência se dignara de consegui a minha admisão para o cargo a cujo concurso fui submetido e classificado. Aceito não só para o território pariabano como para qualquer recanto de nossa Patria.

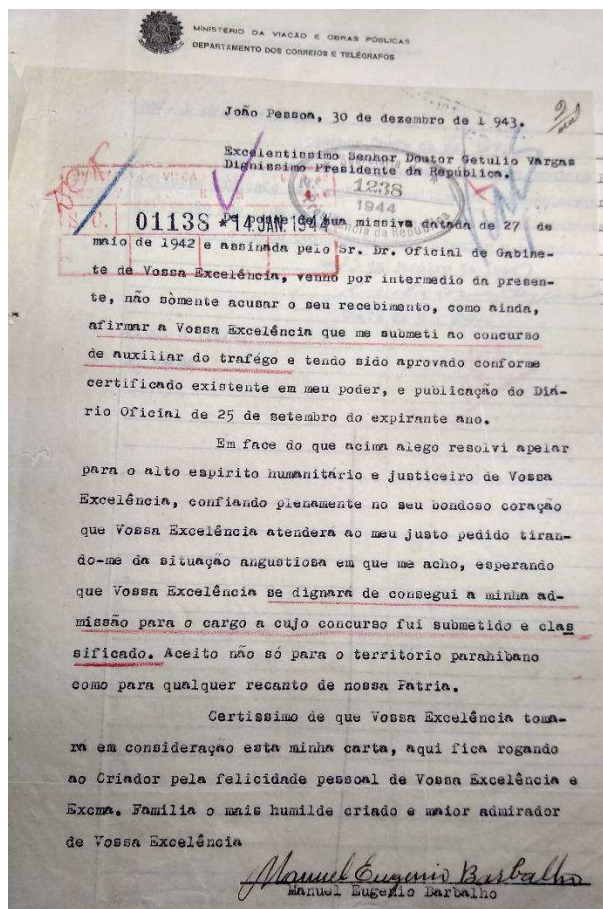
Certissimo que Vossa Excelência tomara em consideração esta minha carta, aqui fica rogando ao Criador pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e Excma. Família o mais humilde criado e maior admirador de Vossa Excelência

Manuel Eugenio Barbalho³⁶

Mais uma vez é possível identificar um forte apelo retórico por parte do solicitante, enaltecendo o caráter “humanitário e justiceiro” do então presidente. Mais do que uma homenagem, esse jogo de palavras representa a maneira como a classe trabalhadora percebeu que seria possível ter suas necessidades atendidas e, mais do que isso, usou como instrumento de barganha a própria propaganda estabelecida pelo período varguista, sobretudo após 1937, na personificação do Estado na figura de Getúlio Vargas, o benevolente. Abaixo, segue a carta enviada por Manuel:

Imagem 3: Detalhes da resposta da solicitação

³⁶ SPR - 1238/1943.



Fonte: Arquivo Nacional

O caso de Manuel foi recebido pelo Departamento de Correios e Telégrafos e logo veio a primeira resposta acerca do seu processo

Restintuido-vos a carta em que MANUEL EUGENIO BARBALHO solicita admissão em função de auxiliar de tráfego, alegando calssificação nas respectivas provas, cumprem-me informar-vos que é o D.A.S.P³⁷ o órgão competente para apreciar o assunto.

Em 25 de Janeiro de 1944³⁸

A solicitação que havia sido recebida pelo departamento de maneira errônea logo foi encaminhada para o Departamento de Administração (do mesmo ministério), e vinte dias após a confusão entre os departamentos, a resposta positiva chegou até Manuel

Vai ser proposta a admissão do interessado na função de auxiliar de tráfego XII, da T.N.M da P.R do Ceará. Restituo à P.P.V
07/02/44
Ministério da Viação

³⁷ Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas. A respeito ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>

³⁸ SPR - 1238/1943.

Divisão Pessoa³⁹

A resposta vem com o carimbo e anexada ao processo desde o início, sendo despachada somente em março. Em geral, o tempo de resposta para as solicitações variavam entre três e quatro meses, isso demonstra na prática uma interação organizada entre os órgãos do governo.

A carta de Manuel tem suas particularidade em relação a carta enviada por João Pessoa Sôbrinho. Se trata de uma carta digitalizada e com somente a assinatura em caneta. Duas linhas sublinhadas com caneta vermelha que parecem expressar as partes mais importantes do conteúdo que quer ser mostrado: a aprovação no concurso e o cargo que desejava ser ocupado.

Embora quisesse ir para qualquer lugar do Brasil, fora enviado para o Ceará, na mesma região Nordeste, talvez um acréscimo da atenção dada pelo Estado ao trabalhador. A inauguração desse Estado burocrata e centralizador, capaz de decidir individualmente os rumos das vidas merece uma atenção maior para pensarmos como se deu a construção sua ideologia trabalhista.

Quais os critérios utilizados para o atendimento dessas solicitações? Bom, miuto embora respondam a uma burocracia, identificamos o mesmo que FERREIRA (1990) ao discorrer sobre essas solicitações – lembrando que sua análise refere-se aos diversos lugares do país, enquanto a nossa se limita á Paraíba

Os pareceres enviados pelos diversos órgãos da administração pública à secretária, na maioria dos casos, negavam as reivindicações e as demandas sociais dos interessados com base nas leis em vigor. Contudo, quando havia a possibilidade de um parecer favorável, esse era dado sem maiores problemas. (p.82)

2.1 - A FACE BURGUESA DO VARGUISMO

“Burgueses burros! Estou tentando salvá-los e eles não entenderam.”⁴⁰

A frase dita por Getúlio Vargas em 1935 após um jantar com um grupo de empresários que reclamavam do avanço das leis trabalhistas no Brasil pode ilustrar bem a relação do líder político com as diversas frações de classes da sociedade brasileira. A política proposta pelo então presidente aos trabalhadores brasileiros significava não uma agenda pré-determinada pela sua forma de atuação de governo, antes disso, é preciso considerar que essa política é fruto do avanço da organização dos trabalhadores recém inseridos nas fábricas do Brasil com o avanço do capitalismo

³⁹ SPR - 1238/1943.

⁴⁰ VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas, meu pai. 2017. Objetiva. Rio de Janeiro, 560p.

e da indústria no país.

Nas sociedades de *massas*, a legitimação da dominação de uma classe sobre outra aparece vinculada também a um grau de legitimidade que pode variar de acordo com cada lugar. No caso do Brasil, por exemplo, a mudança brusca de direção que o país experimentou com a transição de uma agricultura de exportação para uma industrialização, esteve diretamente relacionada ao papel contrarrevolucionário que o Estado, na sua face burguesa, teve que assumir.

Durante a década de 1930 no Brasil, entre as conquistas obtidas pelos trabalhadores e suas organizações – sobretudo, os socialistas, comunistas e anarquistas, através da pressão exercida ao recém governo de Getúlio Vargas – estão a criação do Departamento Nacional de Trabalho (DNT)⁴¹ em 1931; a consolidação da jornada de trabalho de 8 horas diárias para o comércio e a indústria durante o ano de 1932 e, ainda nesse mesmo ano, a regulamentação do trabalho feminino com a proibição do trabalho noturno para a categoria e equidade de salário entre homens e mulheres. Ainda sobre os direitos trabalhistas, Carvalho (2015) aponta que “No mesmo ano de 1932 foi criada a carteira de trabalho [...] Entre 1933 e 1934, o direito de férias foi regulamentado de maneira efetiva para comerciários, bancários e industriários” (p.116-117).

Como resultado das perdas ocasionadas por tais conquistas, a inércia do empresariado nacional em agir de maneira mais contundente contra o governo de Getúlio Vargas representa o declínio do capital político exercido pela burguesia frente ao novo cenário nacional. Sem qualquer movimento organizado que pudesse ameaçar Getúlio Vargas, é possível constatar o contrário, um intransigente apoio da burguesia que duraria pelo menos cinco anos até que houvesse qualquer sinal de ruptura.

Na historiografia nacional, o Estado Novo é visto como um momento dúbio da história do Brasil: ainda que marcado por uma ditadura que perseguiu e aniquilou inimigos, há também uma exaltação do seu caráter “positivo”, pois teria representado também o alcance de inúmeras conquistas da classe trabalhadora que, aliás, perdurariam até os dias atuais e, portanto, não seria possível encará-lo somente por um olhar negativo.

⁴¹ Órgão criado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Suas funções, regulamentadas pelo Decreto nº 19.671-A, da mesma data, consistiam em promover medidas referentes à previdência social e à melhoria das condições de trabalho. Desapareceu em 1974 quando essas funções passaram a ser exercidas por novas secretarias do Ministério do Trabalho.

Longe de conferir ao Estado Novo esse papel maniqueista, o historiador Felipe Demier pretende pensá-lo como um momento marcado por diversas faces, mas que é guiado sobretudo por um modelo *bonapartista* de atuação política. No seu livro *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)* o autor sugere um ensaio de interpretação da história nacional ao qual Getúlio Vargas aparece não como o centro das atenções (como sugeriu uma parte da historiografia até então), mas como um importante coadjuvante das relações estabelecidas pelo Estado no seu formato burguês e, assim, diretamente ligado às classes dominantes.

Deste modo, importa menos saber os bons ou maus resultados da administração varguista, pois o que está em jogo são as condições materiais que permitiram o agir das diferentes frações da sociedade, inclusive a classe trabalhadora. Para além do que já fora explicado na introdução deste trabalho acerca das condições que permitiram a ascensão de Getúlio Vargas à chefia do país, é importante frisar que a forma de governo bonapartista está diretamente ligada a maneira como as instituições se comportam.

Logo, o apelo à união de todas as classes no Brasil durante o movimento de 1930 marca não só a entrada do futuro ditador ao poder, mas o surgimento de um formato ideológico e discursivo; discurso tal que fora marcado, pela ideia de “homogeneidade” da nação e a não tolerância para com aqueles que não estivessem dispostos a contribuir. O bonapartista é, antes de tudo, um salvador. É o homem predestinado para ocupar a condição de líder, responsável direto pela mediação de toda sociedade para o bem comum. A crise de representatividade e a ameaça de uma revolução social que desafie a ordem vigente são alguns dos elementos para guiar ao poder o líder Bonaparte. (DEMIER, 2013, p.28)

Em poucos anos Getúlio Vargas detectou bem sua responsabilidade à frente do país. Salvar os burgueses era o seu dever, pois embora o bonapartismo seja caracterizado por uma relativa autonomia do Estado frente às diferentes frações da sociedade, satisfazê-los é a condição que o sustenta. A inserção de leis trabalhistas nada mais era do que uma das expressões da tentativa de defesa do Estado capitalista que ganhara cada vez mais força, muito embora essas decisões pudessem, por algumas vezes, contrariar os anseios da burguesia.

Esse tipo de fenômeno histórico que serve para compreender o período varguista implica um esclarecimento acerca de como operou na sociedade brasileira. O bonapartismo não pode ser mensurado pela sua relação de opressão com

determinados segmentos da sociedade, tampouco pela hipertrofia do Poder Executivo. Ou ainda:

Lembremos aqui também a costumeira ideia, presente em certos ramos ecléticos da ciência e história políticas, a qual associa o bonapartismo à presença de um governante (líder) nacional que, dotado de fortes traços carismáticos, se postaria como um árbitro neutro em face das pugnas políticas da sociedade, buscando garantir harmonia da nação [...] confundem a aparência do fenômeno (Estado neutro) com sua verdadeira essência (Estado burguês) (DEMIER, 2013, p.31)

Esse modelo de Estado burguês em que a classe dominante exerce influência, porém não consegue obter as rédeas do Estado — que, como já fora dito, é relativamente autônomo — não impede que o regime bonapartista eleja e atue sobre aqueles que são seus inimigos fundamentais: o movimento operário organizado e, irônicamente, a própria burguesia. Sobre o primeiro, age eliminando os conflitos de classe e trabalhando dentro de uma perspectiva de coerção com um claro intuito: a anulação de qualquer perspectiva revolucionária. Sobre o segundo, age

Adestrando ou mesmo suprimindo suas recalcitrantes representações políticas, seja partidos, seja lideranças classistas, seja círculos ideológicos, seja jornais panfletários. Assim, o Estado burguês, sob a forma bonapartista, priva a própria burguesia de sua ampla liberdade política, embora o nível de tal privação seja infinitamente inferior ao que é imposto à classe trabalhadora. (DEMIER, 2013. p.35)

Ao assumir um caráter verdadeiramente opressor, o regime bonapartista lança mão de todas as ferramentas necessárias para sua própria manutenção, mesmo que essa relação custe os valores importantes e ditos “inegociáveis” da democracia burguesa. Entre 1930 e 1945, ou seja, da chegada até a saída de Getúlio Vargas do poder, o Brasil experimentou diversas ações repressivas às oposições; liberdade de expressão, reuniões e organizações políticas, prisões arbitrárias, violação de privacidade, todos esses elementos podem ser encontrados em maior ou menor medida dentro do período varguista, sendo importante lembrar que o maior ou menor grau de violência fora sempre proporcional ao quanto esse regime bonapartista estivesse ameaçado.

Os primeiros anos de Getúlio Vargas à frente do Brasil foram marcados por uma profunda crise hegemônica que pode ser expressa através dos embates travados entre o poder federal e alguns estados como é o caso de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, em maior medida, São Paulo. Após a vitória da Aliança Liberal⁴², o tom

⁴² Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas

discursivo de mudanças no país alcançara na prática sua consolidação. O decreto 19.398⁴³ de 11 de novembro de 1930 determinou a dissolução do Congresso Nacional, das assembleias estaduais, das câmaras municipais e entregou nas mãos de Getúlio Vargas a capacidade de decisão sobre o país.

A partir disso, as decisões tomadas pelo Poder Executivo têm um caráter muito claro: a inserção de uma agenda social capaz de agregar trabalhadores lançando mão de um discurso nacionalista, ao mesmo tempo em que respeitava os limites da burguesia. Em 1931 há a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) – com uma clara conotação antisocialista, uma vez que o “novo” Brasil, de acordo com a perspectiva varguista, não deveria comportar conflito, mas sim harmonia entre os diferentes grupos.

Segundo Demier, Getúlio Vargas também agiu no intuito de “eliminar a autonomia sindical e política dos trabalhadores na medida em que lhes reconhecia (ainda que parcialmente) direitos sociais e políticos há muito reivindicados pelo movimento operário brasileiro” (2013, p.94-95).

Para ilustrar tal posição, o autor aponta que ainda em março de 1931

o Governo Provisório Iniciaria a montagem do “sindicalismo oficial” com a fixação do decreto 19.770, que estabeleceu a ‘carta sindical’ (só seriam considerados legais os sindicatos reconhecidos pelo MTIC) e o princípio da “unidade sindical” (somente um sindicato seria reconhecido por categoria em determinada região geográfica). Procurando bloquear o acesso de imigrantes europeus (muitos de tendências políticas anarquistas, socialistas e comunistas) ao mercado de trabalho, o governo criou, em agosto de 1931, a Lei de amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato, que obrigava os estabelecimentos industriais e comerciais a terem pelo menos 2/3 de sua mão de obra composta por trabalhadores nacionais. Completamente o quadro coercitivo, foi montada, no Distrito Federal, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP) que, como um órgão independente da política administrativa e judiciária, estava subordinada diretamente à Chefia de Polícia. (DEMIER, 2013, p.95)

Com o passar do tempo a própria burguesia foi sentindo os perigos do avanço das leis que iam, passo a passo, minando uma relação marcada pela exploração em detrimento da classe trabalhadora. De acordo com a narrativa varguista, o “líder”

eleições de 1º de março de 1930. Para assegurar a continuidade de sua política econômico-financeira, de austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura, o presidente da República Washington Luís, ex-presidente de São Paulo, indicou para a sua sucessão o paulista Júlio Prestes. Essa decisão representou o rompimento do esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo conhecido como “política do café com leite”, segundo o qual, para o novo quadriênio, o candidato oficial devia ser mineiro.

A respeito ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/AliancaLiberal>
⁴³http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19301949/d19398.htm#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.

nacional seguia “doando” os benefícios aos trabalhadores e exercendo um caráter arbitral. Em 1932 foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação (CMC), encarregadas de atenuar os conflitos entre patrões e empregados. Ainda no mesmo ano, ocorreu a criação dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para várias categorias do trabalho.

O voto feminino também fora promulgado através de um novo Código Eleitoral assinado em 1932⁴⁴ em meio ao avanço das tensões entre o estado de São Paulo e o Poder Executivo, algo que culminaria na chamada “Revolução Constitucionalista”⁴⁵. Porém, de acordo com o Código, só poderiam votar mulheres casadas, com autorização dos maridos e viúvas que tivessem renda própria. Essas condicionais foram retiradas em 1934 quando uma nova constituinte fora aprovada e o voto passou a ser previsto na nova Constituição Federal de maneira branda.

Uma das medidas tomadas por Getúlio Vargas em relação aos direitos trabalhistas foi justamente a não inclusão dos trabalhadores rurais, algo que agradou e sustentou ao seu lado a burguesia agrária, servindo como dupla estratégia de sucesso: a não inclusão do trabalhador do campo dentro de uma perspectiva de direitos permitiu que os mantivessem longe das disputas políticas em torno da exploração, pois sem amparo do Estado, não poderiam oficializar queixas acerca de uma exploração que era, na verdade, estimulada indiretamente. Por outro lado, Getúlio Vargas precisou acalmar uma burguesia industrial que não somente burlava as leis trabalhistas em detrimento da classe trabalhadora, como também simplesmente as ignoravam.⁴⁶

Desde que a Revolução de 1930 ocorrera, os diferentes grupos políticos aguardavam com atenção que o período de transição do varguismo representasse o retorno das eleições no Brasil, no entanto, é possível dizer que se esqueceram de combinar com o próprio Getúlio Vargas.

Na Constituinte que fora promulgada em 1934, havia uma previsão de eleições

⁴⁴ A respeito ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁵ Em oposição à centralização do Poder Executivo, as elites cafeeiras paulistas buscaram organizar um movimento de oposição que pedia, entre outras coisas, a mudança do interventor paulista que havia sido indicado por Getúlio Vargas após o decreto que previa o fechamento das câmaras estaduais. Embora o governo federal tenha saído vitorioso do embate, o desfecho culminou na aceitação de algumas demandas como o voto secreto, o ensino primário básico e uma constituinte que fora promulgada em 1934.

⁴⁶ Sobre isso ver: GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho no Brasil: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

para a Presidência da República com o formato do voto direto em 1938, porém, antes deveria haver uma eleição com o voto indireto que ocorrera no próprio ano de 1934. Nessa eleição, os deputados escolheram o presidente e Getúlio Vargas venceu com ampla vantagem⁴⁷, sendo eleito com 175 votos (70,58%) contra apenas 59 (23,79%) votos do seu adversário político e ex-aliado, Borges de Medeiros.

De acordo com Demier, “a Constituição de 1934 amalgamaria elementos centralistas, federalistas, oligárquicos, corporativistas, liberais e democráticos”. Nesse modelo, mais uma vez o Poder Executivo exerceu uma força desproporcional e impôs seu poderio frente a uma burguesia que cada vez perdia espaço com um parlamento enfraquecido. Esse período de 1934 até o golpe que constituiu o Estado Novo pode ser considerado como um *bonapartismo semiparlamentar*. (DEMIER, 2013, p.104)

O regime com modelo bonapartista semiparlamentar em que há uma participação tímida e subversiva ao Poder Executivo por parte do legislativo brasileiro durou três anos. Do ponto de vista prático, desde que Getúlio Vargas iniciou uma perseguição à Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁴⁸ evocando a Lei de Segurança Nacional, qualquer perspectiva de cumprimento da Constituição fora posto em xeque — haja vista que a ANL agiu dentro da legalidade e com ferramentas legais de oposição antes da perseguição, ocasionando uma perda de credibilidade no grau de confiança do regime.

Os setores empresariais foram responsáveis pela pressão imposta à Getúlio Vargas no sentido de frear as organizações políticas que ameaçavam a ordem vigente, fato é que às vezes em que o *estado de sítio e de guerra* (instrumento psudolegal para legitimar ações violentas do Estado no seu formato burgues) fora evocado, todas elas tiveram a aprovação do Congresso. A partir de 1934,

A luta de classes ganharia contornos mais nítidos [...] a luta da burguesia contra o movimento operário daria a tônica do período de 1934-1937, e teria como um de seus resultados a vitória definitiva do projeto centralista bonapartista-corporativista sobre o federalismo burguês-oligárquico liberal, vitória alcançada com a implatação da ditadura estado-novista (DEMIER,

⁴⁷ Os demais candidatos do pleito não somaram sequer 3% do total da votação: Pedro Aurélio de Góis Monteiro 4 (1,61%), Protógenes Guimarães 2 votos (0,8%) e Raul Fernandes, Artur Bernades, Plínio Salgado, Antônio Miranda, Afrânio de Melo Franco, Oscar Weinschenck, Paim Filho e Levi carneiro tiveram um voto cada e somaram (0,4%).

⁴⁸ Organização política de âmbito nacional fundada em 12 de março de 1935. onstituiu uma frente ampla em que se reuniram representantes de diferentes correntes políticas — socialistas, comunistas, católicos e democratas — e de diferentes setores sociais — proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares —, todos atraídos por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Foi fechada em 11 de julho de 1935, continuando a atuar na clandestinidade até a eclosão da Revolta Comunista, no mês de novembro do mesmo ano. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl>

2013, p.110)

Com a desorganizada tentativa de golpe comunista realizada por alguns setores da esquerda nacional na chamada Intentona Comunista⁴⁹ em 1935, o falho levante daria as condições necessárias para que o arranjo da ditadura estado-novista fosse colocado em prática. Segundo Demier, o medo da revolução fez com que a burguesia acelerasse seu processo de abdicação política, deixando nas mãos de Getúlio Vargas todas as decisões enquanto assistia de dentro sua submissão cada vez maior ao varguismo. (DEMIER, 2013, p.117)

Com vistas grossas do varguismo no que diz respeito o combate ao fascismo, expresso na Ação Integralista Brasileira⁵⁰, é possível dizer que os políticos à esquerda experimentaram do regime outro tipo de tratamento. Ainda em 1936, um ano antes do decreto que iniciaria o Estado Novo, cinco parlamentares foram presos por denunciar a repressão exercida pelo varguismo ao comunismo, onde o motivo da prisão fora justamente uma possível ligação com a ANL. (DEMIER, 2013, p.134)

Na medida em que o tempo ia passando, as eleições de 1938 que estavam previstas para determinar um novo presidente da república acabou sendo cada vez mais uma ilusão. Enquanto Getúlio Vargas prosseguia sinalizando uma ameaça comunista ainda em curso no país, faltava-lhe a cereja do bolo, o pretexto capaz de legitimar a implementação do Estado Novo e o fato é que a justificativa não tardou.

No mês de setembro de 1937, Getúlio Vargas apresentou à imprensa Brasileira um documento fajuto que houvera sido elaborado por membros da Ação Integralista Brasileira (AIB). O documento consistia numa possível tentativa de tomada de poder articulado por comunistas brasileiros com o apoio da Komintern⁵¹ e, embora fosse uma inverdade, foi o suficiente para ter a confiança das Forças Armadas no golpe do Estado Novo. Ainda no mesmo mês de setembro “no dia 30, o ‘Plano Cohen’ foi

⁴⁹ A respeito ver: Sodré, Nelson Werneck. A intentona comunista de 1935. Rio de Janeiro, 1986.

⁵⁰ A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de adeptos. Embora a primeira manifestação de fascismo nativo tivesse ocorrido em 1922, com a fundação da Legião Cruzeiro do Sul (imitando provavelmente o fascio italiano de 1919 e o Partido Nacional Fascista de Mussolini, estruturado em 1921), a expansão dos movimentos de tipo fascista no Brasil eclodiu sobretudo na década de 1930, com a formação de pequenos partidos e movimentos regionais tais como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho e o Partido Nacional Sindicalista. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>

⁵¹ A Internacional Comunista também conhecida como Terceira Internacional, foi uma organização internacional fundada por Vladimir Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética, em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países.

divulgado no programa de rádio Hora do Brasil, e o ministro Macedo Soares enviou ao congresso uma mensagem da qual solicitava novamente a decretação do estado de guerra” e com a aprovação confirmada era o fim de qualquer poder das oposições e o suprassumo da autonomia relativa do Estado em face das demais frações da sociedade. (DEMIER, 2013, p.141)

2.2 - ESTADO NOVO: DA OPRESSÃO AO DECLÍNIO

Com o advento do Estado Novo, ocorre também uma maximização de todas as ações arbitrárias cometidas pelo regime bonapartista. É uma etapa importante da história política do país à medida que são observadas a potencialização de um tipo de discurso próprio do Estado Novo e que ganhou espaço no imaginário de parte da população brasileira.

De acordo com a interpretação proposta por Felipe Demier “o regime do Estado Novo pode, assim, ser definido como um regime bonapartista na sua mais clássica manifestação ou, simplesmente, como um *bonartismo de tipo pleno*.” (DEMIER, 2013, p.153)

O período pode ser considerado como o interregno mais hostil e repressor desde que o Brasil havia se tornado uma República Federativa. Aos poucos, agindo através de decretos, Getúlio Vargas foi arando o terreno que permitiu um golpe de Estado que transferiria para ele quase inteiramente as ações que comandariam o Brasil. Um dos decretos que antecederam a oficalização do Estado Novo já demonstra o caráter repressivo que o Brasil experimentaria entre os anos de 1937 e 1945. O decreto nº2.005 do dia 2 de outubro de 1937

Declara, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a comoção intestina grave, em todo território nacional.

O Presidente da República, autorizado pelo art. 1º do decreto legislativo n. 117, de 2 de outubro de 1937,

Resolve:

Art. 1º É equiparada ao estado de guerra, pelo prazo de noventa dias e em todo o território nacional, a comoção intestina grave articulada no país, com a finalidade de subverter as intuições políticas e sociais.

A “comoção” ao qual o decreto se refere é justamente aquela que fora criado pela própria cúpula⁵² dos políticos responsáveis pelo Estado Novo. Ao anunciar o

⁵² Nesse decreto, por exemplo, assinam: José Carlos de Macedo Soares, Artur de Sousa costa, Marques dos Reis, Mário de Pimental Brandão, general Eurico Gaspar Dutra, Henrquie Guilherme, Odilon Braga, Gustavo Capanema e Agamemnon Magalhães. A respeito ver:

Estado Novo, Getúlio Vargas em cadeia nacional de rádio declarou que era necessária a reorganização do país e o estreitamento de laços diretos com a população brasileira.

Para além dos pretextos defendidos, o *estado de guerra* agiu do seguinte modo: fechou o Congresso Nacional, todas as assembleias estaduais, câmaras municipais e promoveu a extinção de qualquer partido político. Sem qualquer obstáculo, o Estado Novo expressou sua face mais ostensiva frente aos trabalhadores organizados. O artigo 177 da nova Constituição permitia que funcionários públicos ou militares fossem aposentados de acordo com a necessidade do próprio regime (DEMIER, 2013, p.156).

Com o cerco aos trabalhadores, a introdução da unicidade sindical, e a cada vez mais efusiva centralização do poder, em 1939 foi decretada uma nova lei de sindicalização chamada Lei de Sindicalização Profissional e seu objetivo de controle sobre o sindicatos está posto no seguinte decreto:

Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao dele se desenvolverão; nele se extinguirão. (MATTOS, 2003, p.19)

Asfixiar a classe trabalhadora e difundir um discurso ligado ao novo regime de fato poderá ter produzido um certo consenso em torno do regime, porém, quando todas as opções de acirramento dos conflitos estão neutralizadas pela força, a coerção acabou se tornando uma das opções viáveis de garantia dos ganhos e direitos. De acordo com José Murilo de Carvalho

A situação ainda é mais complexa se lembrarmos que a ação governamental dividia a classe operária. Os setores menos organizados estavam dispostos a pagar o preço da restrição política para ter o benefício dos direitos trabalhistas (CARVALHO, 2015, p.128)

A década de quarenta teve início com um cenário de Segunda Guerra mundial acentuando as disputas políticas internacionais e as aflições de um período marcado por insegurança, perdas e traumas. Ainda no início da década, Carlos Drummond de Andrade escreveu o poema intitulado “*Congresso Internacional do Medo*”:

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos
subterrâneos. Cantaremos o medo, que
esteriliza os abraços, não cantaremos o ódio,
porque este não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso

companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das
igrejas, cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos
democratas, cantaremos o medo da morte e o medo de
depois da morte.
Depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

A palavra “medo” repetidas vezes transmite ao leitor aquilo que o autor gostaria de enfatizar sobre o período retratado, pois, seja a nível internacional ou nacional, as ditaduras e o regimes autoritários/totalitários estavam em voga no mundo, assim é também o caso do Brasil. A participação do Brasil na Segunda Guerra já foi amplamente debatida na historiografia nacional, sendo lugar comum na escrita dos historiadores do período que os impactos da participação do Brasil no conflito legou mais efeitos internos do que externos, tendo em vista que a participação efetiva do país no combate se deu somente nos três últimos anos da guerra.

Logo que a guerra foi anunciada, a primeira ação do governo americano foi tentar persuadir o governo brasileiro, solicitando reuniões de chefes de governo como foi o caso da reunião realizada em 1939, na cidade de Washington, entre Oswaldo Aranha e o então presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt⁵³. De um lado, os americanos queriam afastar qualquer possibilidade do Brasil aderir aos países do Eixo⁵⁴, por outro, Getúlio Vargas queria assegurar que os EUA financiariam uma siderúrgica que já estava em seus planos há muito tempo¹³.

Getúlio Vargas tentou sempre manter uma postura neutra e embora não tivesse condições de emitir qualquer apoio público aos governos nazi-fascistas, era com eles que o chefe brasileiro se identificava, isso fica claro em um discurso proferido pelo líder e noticiado pelo jornal carioca *A Noite*, no dia 08 de dezembro de

⁵³ Documentos incluído relatórios e correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Franklin Roosevelt, Cordell Hull e outros sobre os trabalhos e negociações da Missão Aranha. Arquivo CPDOFC-FGV. Documento 1939.01.09.

⁵⁴ As Potências do Eixo foram um dos blocos da Segunda Guerra Mundial. Seus inimigos eram as forças Aliadas. O Eixo dizia-se parte de um processo revolucionário que visava quebrar a hegemonia plutocrática-capitalista do ocidente e defender a civilização contra o comunismo. O Eixo surgiu no Pacto Anticomintern, um tratado anticomunista assinado pela Alemanha e Japão em 1936. A Itália aderiu ao pacto em 1937. O "Eixo Roma-Berlim" tornou-se uma aliança militar em 1939 com o Pacto de Aço e integrou seus objetivos militares em 1940, com o Pacto Tripartite. Atingiu o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial, ocupando grande parte da Europa, África, Ásia e ilhas do Oceano Pacífico.

1941:

Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio [...]. Assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estereis [...]. Na comemoração de tão gloriosa data, vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir, e que seguiremos vigorosamente.⁵⁵

O discurso posto acima repercutiu de maneira positiva na Itália, bem como na Alemanha, tendo efeito reverso nos EUA⁵⁶, pois Getúlio Vargas, como fora dito anteriormente, mantinha relações diplomáticas e comerciais com o governo norte-americano e o mal-estar gerado pelas declarações fez com que o ditador confessasse em seu diário particular que “Não volto atrás, não me retrato de nenhum dos conceitos emitidos. Antes, só tenho motivos para reafirmá-los integralmente.”⁵⁷

Sendo pressionado também pelos países do Eixo, a Alemanha pressionara o governo brasileiro para que houvesse um aumento do comércio entre os dois países, algo que foi prometido pelo governo alemão assim que houvesse o término da guerra, tendo em vista o embargo que os germânicos sofriam pelos países Aliados. O Brasil manteve a neutralidade, porém ciente de que não era possível fechar um acordo comercial somente depois da guerra, pressionou os EUA no intuito de ameaçar aceitar o acordo com a Alemanha caso o país norte-americano não patrocinasse a siderúrgica (que tanto Getúlio Vargas almejava), onde

Previra-se um investimento inicial de 45 milhões de dólares, sendo 20 milhões financiados pelo Eximbank e os demais 25 milhões sob responsabilidade do Tesouro Brasileiro – o valor depois subiria para 90 milhões de dólares, cabendo a cada parte envolvida o aporte de 45 milhões. A quantia que cabia ao Brasil era elevada, mas Getúlio considerou o negócio extremamente vantajoso, diante do retorno financeiro que, a médio prazo, ele traria ao país.⁵⁸ (NETO, 2013, p.386)

Com o acordo estabelecido entre os países, Getúlio passou a mudar o discurso acerca das relações do Brasil com a Guerra, sendo notório que o Brasil não teria outra opção senão apoiar os EUA, garantindo não só apoio às questões

⁵⁵ A Noite, 08 de dezembro de 1941.

⁵⁶ Acerca dos impactos do discurso de Getúlio no exterior, encontra-se no Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1940.06. II

⁵⁷ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu pai, p.273.

⁵⁸ Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1940.01.09.

relacionadas à siderúrgica, mas também ao aparelhamento das Forças Armadas com o investimento do país norte-americano no poderio bélico do Brasil. Com isso, próximo do fim de 1941, passados quase quatro anos desde a implementação do Estado Novo, Getúlio Vargas adotara outro discurso em relação àquele posto anteriormente. Publicado pelo periódico carioca *Correio da Manhã* em 11 de novembro daquele ano, defendia que

A nossa posição em face dos problemas internos e em relação aos acontecimentos mundiais está claramente definida. Somos uma democracia estruturada sobre novas bases, aberta à evolução dos princípios de autoridade e liberdade. [...] Já não pode restar dúvidas quanto à unidade de ação das Américas, que passou do domínio das convenções para o da realidade. Onde estiver qualquer nação americana, deverão estar as nações irmãs do hemisfério, e nós estaremos entre elas, prontos a empenhar-nos na defesa comum⁵⁹.

O alinhamento entre os países parece ter despertado a ira dos países do Eixo a ponto de haver ameaças do bloco adversário ao Brasil. Neto (2013) aponta que uma das cartas enviadas pelo governo italiano a Getúlio Vargas através do seu então ministro Fascista do Exterior, Galeazzo Ciano, deixava claro que “O Duce tem memória de elefante. Chegará o dia em que ele fará o Brasil pagar caro por essa decisão.” (p.405)

Não muito distante do envio da carta, já em maio de 1942, um navio brasileiro chamado *Commandante Lyra* fora atacado pelos italianos em águas oficialmente brasileiras, aproximadamente 200 milhas do arquipélago de Fernando de Noronha. O navio carregado com aproximadamente oitenta mil sacas de café partia do Brasil com direção à Nova Orleans, mas foi seguido e atacado pelo submarino italiano *Barbarigo* com um torpedo que atingiu em cheio o vapor, matando imediatamente dois tripulantes.

Com isso, já não havia mais motivos para neutralidade. Era chegada a hora de o Brasil participar da Guerra de maneira contundente. A resposta foi com o ataque de um avião *B-25 Mitchell*, de fabricação norte-americana e recém-entregue à Força Aérea Brasileira (FAB). Embora o navio inimigo não tenha sido afundado, foi alvo de bombardeio e expulso de volta à Europa, marcando de vez o posicionamento do Brasil em relação à Guerra. A Declaração das Nações Unidas¹⁷ composta naquele momento por vinte e seis países¹⁸, ao qual o Brasil se juntou em 8 de

⁵⁹ Correio da Manhã, 11 de dezembro de 1941.

fevereiro de 1943, ao lado de outros dezoito países determinava que

Convictos de que, para defender a vida, a liberdade, a independência e a liberdade de culto, assim como para preservar a justiça e os direitos humanos nos seus respectivos países e em outros, é essencial alcançar vitória absoluta sobre seus inimigos; e convictos de que se acham atualmente empenhados numa luta comum contra forças selvagens e brutais que procuram subjugar o mundo,

1. Que cada governo se compromete a empregar todos os seus do Tríplice Pacto e seus aderentes, com os quais esteja em

2. Que cada governo se compromete a cooperar com os governos signatários da presente, e a não firmar, em separado, armistício ou tratado de paz com o inimigo.

Poderão aderir à presente declaração outras nações que já estejam prestando ou que possam vir a prestar colaboração ou assistência material na luta para derrotar o hitlerismo⁶⁰

O propósito de retorno à democracia nos países europeus acabou gerando no Brasil o mesmo impacto, pois diversos segmentos da sociedade passaram reivindicar que houvesse no Brasil o restabelecimento da democracia e, mais do que isso, do voto direto para Presidência da República, algo que não ocorria desde 1930, quando Getúlio Vargas liderou a chamada "Revolução de 30" ficando, portando, 15 anos ininterruptos no poder. Entre 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito Presidente da República (de modo indireto pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como ditador, durante o Estado Novo implementado após golpe de Estado).

A ruptura do Brasil em relação aos países do Eixo foi noticiada pelo Jornal *A União* — jornal estatal com ampla circulação na Paraíba — como uma posição de defesa e soberania do Brasil em relação ao mundo. Na edição do dia vinte e oito de janeiro de 1942, ao tempo que comunicara que “o presidente Vargas passeia pelas ruas de Petrópolis sendo saudado pela gurizada”, abre uma coluna para apontar o Brasil como “vanguarda da defesa da América” e conclui: “a República brasileira, hoje, deixou de ser neutral. O Homem da América responde com voz poderosa e clara aos pigmeus da Europa. E o Brasil segue, impávido, o seu destino de grande nação americana.”⁶¹ Na mesma edição do jornal *A União* o interventor paraibano Ruy Carneiro diz o seguinte acerca do momento:

O INTERVENTOR PARAIBANO

⁶⁰<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Nacoes-1919-a-1945/declaracao-das-nacoes-unidas-1942.html>

⁶¹ Jornal A União. 28 de janeiro de 1942.

Rio, 28 - Falando ao "Correio da Noite", o Sr Rui Carneiro sobejamente comentado o nacionalismo extremado do Norte, onde a carência de correntes migratórias conservou o sentimento de pátria, exclusivista e apaixonado. Logo, essa Conferência que fixará os limites de nossa participação na defesa do continente, é, de há muito, objeto do interesse e expectativa do Nordeste.

Como aliado de Getúlio Vargas, sendo interventor por sua nomeação e apoiando ainda a ditadura do Estado Novo, Ruy Carneiro⁶² não sabia, mas suas palavras logo se voltariam contra o próprio regime que apoiara, pois embora o Brasil tivesse optado pelo apoio aos EUA, não tinha sequer a liberdade de expressão. Um exemplo da relação da ditadura do Estado Novo com a censura na Paraíba é percebido através do jornal *A Imprensa*. O tradicional jornal da Igreja Católica que havia sido fundado em 1897 pelo então arcebispo Don Adauto de Miranda Henrique fora fechado pelo interventor Ruy Carneiro – com autorização de Getúlio Vargas – por desavenças políticas no dia 31 de maio de 1942, tendo sido reimpresso somente em 1946, com o processo de redemocratização.⁶³

Com a vinda do ano de 1944, as marchinhas de carnaval já anunciavam uma impaciência. Ironicamente apontando uma crítica para Hitler, mas estendendo-a a Getúlio Vargas, a marchinha escrita por Elpidio Viana e Nelson Trigueiro, interpretada por Ataulfo Alves, declara:

Abaixa o braço, deixa de cena!
Lugar de palhaçada é no cinema.
Seu Adolfito, pra que tanta valentia,
Se nós queremos a democracia?

Dona Sicília já se convenceu
Que os aliados estão no apogeu.
Vocês do Eixo muito breve saberão
Que as Américas Unidas vencerão
[...]

No ano seguinte, o Estado Novo sofreu o mais duro golpe em relação à censura que persistia há 15 anos no Brasil. O caso é que José Américo de Almeida, paraibano e então ministro do Tribunal das Contas da União - tendo sido indicado pelo próprio

⁶² Ruy Carneiro (Pombal, 20 de agosto de 1906 — Brasília, 20 de julho de 1977). Através do jornalismo, Ruy Carneiro passa a dirigir o jornal paraibano "Correio da Manhã". Tornou-se o passaporte para conhecer diversos intelectuais do estado. Simpatizante da Aliança Liberal, engajou-se na campanha ao lado de Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930, sendo também apoiador do então governador do estado, João Pessoa a Cavalcanti. Em 1940, foi indicado por Getúlio Vargas para assumir o governo da Paraíba, cargo que ocupou até 1945.

⁶³ Cf. MELLO, 2003, p.39

Getúlio Vargas - resolveu dar uma entrevista ao *Correio da Manhã*, jornal carioca, denunciando os abusos do governo de Getúlio Vargas e apontando que o rumo do Brasil era a democracia, pois naquele momento o Brasil precisaria "da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática apta a lhe dar substância que fundamente a obra da reconstrução pós-guerra". E à frente, quando perguntando sobre uma possível candidatura de Getúlio Vargas à presidência, o então ministro declarou "seria impossível que o chefe de governo se faça candidato."⁶⁴

A reconstrução pós-guerra era um tema que já estava pairando sobre o debate nacional, de modo que os diferentes interesses dos grupos políticos pendulavam-o de acordo com suas perspectivas. Assim, a devida "estruturação democrática" que deveria substituir o Brasil "ultrapassado" parece ter surtido efeito mais do ponto de vista discursivo do que do ponto de vista prático, isso porquê, muito embora mudanças no cenário político pudessem estar surgindo, a estrutura das relações econômicas mantinha-se a mesma, talvez com novos atores – quando não os mesmos de antes – mas sem qualquer mudança profunda.

Não foi a primeira vez que o tipo de discurso ligado as mudanças estruturais resultariam em uma realidade distante da almejada. Em 1930, por exemplo, uma vez feita a Revolução, seu caráter antioligárquico não enveredou para o fim destas, mas sim para uma reconfiguração das oligarquias tradicionais, "ao mesmo tempo em que é mantida e reproduzida sua base econômica fundamentada no latifúndio agropastoril". (GURJÃO, 2020, p.31)

O bloco que sai derrotado com o fim da Primeira República é o bloco com raízes somente no plano rural e com práticas políticas ditas conservadoras para o período, assim, o avanço das oligarquias "progressistas" no período 1930-1945 "caracteriza-se pela diversificação no campo de forças políticas, viabilizando a emergência de um novo Estado e a redefinição de poder das oligarquias regionais, em consonância com a transição para a predominância da economia urbano-industrial." (GURJÃO, 2020, p.33)

Economicamente, o principal impacto dessa nova configuração pôde ser sentido nas finalidades das atividades. Se anteriormente a pecuária, o algodão e a cana tinham algum caráter de subsistência, tais espaços ganharam uma nova missão: a reprodução do capital, cada vez mais nas mãos de menos produtores. O intelectual

⁶⁴ Correio da Manhã, 22 de março de 1945.

paraibano Celso Mariz em entrevista na década de 1970 explicita tais circunstâncias e o fato é que a instalação das usinas de açúcar acabou acarretando o fechamento de inúmeros engenhos na Paraíba, bem como a chegada de indústrias como SANBRA e ANDERSON CLAYTON acarretou os fechamentos dos chamados “vapores”, nome dado ao espaço de produção dos pequenos produtores.

De acordo com Maria Celina D’Araújo (2013), ao analisar os impactos e mudanças sobre a organização do trabalho na sociedade brasileira, é possível perceber que o período descrito como Era Vargas foi um importante veiculador de políticas sociais voltadas somente para o trabalhador urbano, marcado por uma profunda “regulação das relações entre capital-trabalho cuja legitimidade foi garantida para além do seu tempo” (p.203).

É importante frisarmos que essa relação capital-trabalho é também composta por uma outra relação tão imbricada quanto a primeira: exploração-conflito. Por tudo que já fora colocado até aqui, é importante dizer que a autonomia relativa do Estado acarreta uma série de conflitos dentro da sociedade. A administração dos interesses da burguesia em paralelo com a admissão dos trabalhadores na cena política brasileira passara longe de qualquer tentativa de solucionar os problemas da classe trabalhadora, algo que nunca foi preocupação real do projeto varguista.

Ao dizermos que essas relações de exploração acarretam conflitos, estamos dizendo que o trabalhador advindo da zona rural que migrou para a zona urbana em busca de trabalho no comércio ou nas fábricas – ainda que a indústria paraibana não tenha sido tão alimentada quanto outras regiões do Brasil – teve que conviver com uma intensa contradição: trabalhar até quatorze horas por dia para sobreviver às custas de empregos com baixíssimos salários e uma incipiente legislação trabalhista que tardiamente fora implementada e respeitada.

É nesse ponto que a intervenção do Estado parece ter alcançado outro patamar; uma adesão por parte dos trabalhadores movida não somente pelas ações, mas também pelo seu caráter ideológico: discurso, propaganda e coerção, elementos chaves de compreensão do período, especialmente no início da década de 1940.

Como aponta Angela de Castro Gomes (2005), é possível identificarmos que o período é marcado por uma intensificação da aproximação do governo federal com o trabalhador de maneira mais direta; isso ocorreu, dentre outras maneiras, através dos meios de comunicação, que fossem rádios ou jornais. Ao se tornar ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942, Alexandre Marcondes Filho, através do

programa radialístico “Hora do Brasil”⁶⁵ iniciou uma série de encontros às quintas-feiras, com duração de dez minutos cada, totalizando mais de duzentas, onde “as palestras se dirigiam a um público específico e em grande parte analfabeto, e seu conteúdo, apesar de diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo” (p.211-212).

Com o avanço do capitalismo, da urbanização das cidades e o conseqüente aumento demográfico de todas as regiões do país, a Paraíba também passou por alterações significativas durante o período. Para se ter uma ideia, desde a implementação do Estado Novo, em 1937, até o ano de 1944, o estado saltou de 1.334.200 habitantes para 1.530,800, correspondendo a 3,45% da população brasileira.

O aumento da quantidade de habitantes foi acompanhado também pela alta da demanda do número de empregos, bem como pela busca de melhores condições de vida. Outros dados que ilustram esse aumento exponencial dessa demanda de empregos podem ser percebidos através dos números de carteiras de trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio desde o início da década; entre os anos de 1940 e 1944, foram emitidas 16.672⁶⁶ novas carteiras de trabalho na Paraíba, número expressivo se considerarmos o cenário de Segunda Guerra mundial que acontecia simultaneamente.

O sucesso dessas palestras que visavam um diálogo direto com os trabalhadores do país pudera ser observado pelo próprio Alexandre Marcondes Filho. Ainda de acordo com Gomes (2005) “O ministério, ao longo destes anos, não cessara de receber consultas, comentários, referências e sugestões de um público que incluía

⁶⁵ Desde 1931, com o Departamento Oficial de Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o governo já vinha implantando uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. Quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938, inaugurou-se o programa “Hora do Brasil”, transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. A partir de 1939 a “Hora do Brasil” passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, “Hora do Brasil” incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música” através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas mais variadas expressões regionais, e descrições dos pontos turísticos do país também eram incluídos na programação. Quanto à parte cívica, era composta de “recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. A respeito ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>

⁶⁶ 1940: 3.368; 1941: 3.198; 1942: 2.570; 1943: 2.239; 1944: 5.297

trabalhadores e muito outros setores” (p.213).

Embora os textos pronunciados pelo então Ministro do Trabalho em cadeia de rádio nacional fosse posto em formato de texto na manhã seguinte pelos jornais governistas, é válido ressaltar que a população capaz de fazer uma leitura era bem menor. Na Paraíba, por exemplo, não bastassem as inúmeras horas abusivas de trabalho que faziam do relógio um sinônimo de tortura para o trabalhador comum, há também outro dado importante: no início da década de 1940, haviam 699,056 pessoas acima dos 18 anos de idade, sendo somente 170.083 – ou 24,4% – de pessoas alfabetizadas, isso significa um número inexpressivo diante daquilo que almejava alcançar o governo, sendo o rádio um meio de comunicação mais eficaz para difusão das ideias do regime.

Essa comunicação persuasiva por parte do governo federal teve data marcada para acontecer. Ao tecer comentários sobre o personagem heroico construído entorno da figura de Getúlio Vargas, Gomes (2005) afirma:

Foi só a partir do Estado Novo que sua figura começou a ser projetada como a de um grande e indiscutível líder nacional. Em 1938 a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política de nosso país. Getúlio Vargas era seu personagem central, e desde este ano até 1944 o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as duas realizações. (p.219)

A partir do Estado Novo, fora criado o que a autora chamará de *tempo festivo*, um calendário próprio do governo em que determinadas datas eram instituídas ou mesmo ressignificadas de tal maneira que pudesse servir aos interesses do Estado Nacional. Entre as datas escolhidas para a autoafirmação do regime e o estreitamento de laços com a classe trabalhadora, podemos ressaltar algumas: o aniversário do presidente, o dia do trabalho, o aniversário do próprio Estado Novo, além do 7 de setembro e o natal. Na Paraíba, uma outra data fora também assimilada também pelo governo local, trata-se do aniversário do próprio interventor da Paraíba na ocasião, Ruy Carneiro (1940-1945).

Não é o caso de adentrarmos às comemorações, tendo em vista que a historiografia paraibana já dá conta de responder muitos dos questionamentos acerca do tema com a tese de doutoramento intitulada *cenários de um espetáculo político: poder, memória e comemorações (1935-1945)* do historiador paraibano José Luciano de Queiroz Aires, onde o autor busca problematizar a *teatralização* constituída pelos

políticos a nível nacional e local, trazendo à tona questões relacionadas ao poder, mas também das relações entre os diferentes grupos daquela sociedade.

Segundo o autor, a Paraíba fora colocada dentro de um plano de união que deveria servir à política cultura do Estado Novo, onde “a orientação era inculcar tradições nacionais para juntar os estados, um a um, como uma colmeia de abelhas cujo zangão habitava o Rio de Janeiro.” (p.353). Essa anulação das identidades locais buscava criar uma ideia de pertencimento direto com o governo federal, ou seja, usos estratégicos do passado com o objetivo de

Usar a memória como matéria-prima essencial a mover o presente brasileiro, a promover um futuro de progresso e paz social. As festas comemorativas são apropriações de passados remotos e recentes, lidos pela ideologia vigente, que procurava combater todas as formas de resistências em nome do discurso da pátria e da nação. (AIRES, 2013, p.353)

– 2.3 EXPLORAÇÃO, CONFLITOS E ANSEIOS

Certo de merecer a atenção de V.Excia., o ídolo do povo brasileiro, quem muito o Brasil deve, e de quem muito o Brasil espera. Pelo menos na minha fábrica, cada operário é um amigo de V.Excia., um reconhecido dos inúmeros benefícios trazido a classe pelas leis trabalhistas do governo de V.Excia⁶⁷.
(Alcides José da Silva).

Ao entrar na Segunda Guerra ao lado dos aliados, o Brasil ficou do lado vencedor do conflito. Se antes já havia espantado o fantasma do comunismo com as perseguições e censuras estabelecidas a partir de 1935, também é certo dizer que o período 1942-1945 foi marcado por um intenso combate ao nazi-fascismo. A chamada Lei do Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato já havia estabelecido, no início da década de 1930, um bloqueio aos imigrantes europeus, garantindo que a mão de obra das indústrias e comércios do país tivessem pelo menos 66% de brasileiros nos postos de trabalho.

Em um segundo momento, em 1942, o discurso nacionalista fora maximizado e um conjunto de ações foram estabelecidas no intuito de perseguir o inimigo interno e garantir uma possível “soberania nacional”. O regime comandado por Getúlio Vargas chamou de “perigo alemão” as ações tomadas contra os estrangeiros em terras brasileiras. Essas ações não se dirigiam somente aos alemães, mas também

⁶⁷ SPR - 10078/1945.

aos nativos de outros países do Eixo, porém no Brasil a influência alemã era sentida de maneira mais forte e assim é possível identificar uma dupla repressão: em primeiro lugar educativa, pois impedia o uso da língua alemã nas escolas, obrigando o ensino somente do português, e ostensiva, impedindo que houvesse o uso da língua alemã no país. De acordo com Mombach (2012):

A própria população assumiu o papel de colocar em prática a campanha de nacionalização, agindo muitas vezes por conta própria, exigindo que os descendentes retirassem qualquer referência à língua alemã de seus estabelecimentos, depredando e pichando sedes de origem germânica, como jornais e associações (p.33-34)

A Paraíba contava com um número de 567 estrangeiros registrados pelo censo realizado em 1942 através do governo federal. Embora não houvesse colônia alemã no estado, as consequências do programa de nacionalização empreendido pelo regime varguista chegaram em terras paraibanas. No dia quatro de janeiro de 1944, Diva Asevedo Bosch, moradora da rua Conselheiro Henrique, número 40, em João Pessoa, entrou em contato com o governo federal a fim de conseguir ser atendida em duas solicitações: dar à luz ao seu quinto filho, às vésperas de nascer sem qualquer amparo por parte da assistência de saúde do estado, assim como de conseguir que seu marido tivesse seu emprego reestabelecido. O discurso que perseguia os alemães havia pego em cheio seu marido e, por tabela, sua família.

Através de carta recebida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o drama vivido por Diva fica claro:

Meus filhos precisando roupas e calçados que pelo Natal todos tiveram sofrendo em crianças dos dentes sem eu poder aliviar os sofrimentos dos mesmos. Tudo isto é muito duro para uma mãe suportar com seu marido bem moço e forte alem disto um homem formado sem poder procurar a vida pelo simples fato de ser alemão. [...] Meu marido vive desde 22 no Brasil e a nove anos trabalhou com engenheiro mecânico da Cia Socony Vacuum de óleo vindo a ser demitido no momento que deu aqueles afundamentos dos navios alegando a firma que dimitia forçados pelos decretos. Tivemos que ir para Campina Grande a bem dos nossos filhos sem recurso e minha mãe morando ali. Meses depois foi publicado nos jornais novos decretos para os que tivessem mais de dez anos no Brasil e filhos brasileiros dava direitos as leis trabalhistas. Depois de eu ter dado seis viagens em Pernambuco, consegui com a firma de ele voltar de acordo com o ministério do Trabalho sendo em seguida despachado os papéis favoráveis, fui então combinado com a firma procurar consentimento da policia para o marido voltar para Pernambuco, sendo a mesma se negado de nosa volta sem alegar nada que possa provar contra meu marido que pode prejudicar a segurança nacional. [...] Meu marido meu caro presidente e alemão porem não se fez com seus mãos e não tem culpa de guerra pois ele em nada se mete na parte de politicas nem nunca fez parte de partidos Nazista. Vive somente para seus serviços e sua casa que ele muito se dedica aos filhos nem tão pouco tem mais família a não ser a minha. Um homem deste não tem instinto de fazer qualquer discordia que possa ofender a segurança nacional e pelo simples fato de ser alemão sofre as necessidades e ainda mais meus filhos

inocentes que estão passando necessidades até mesmo de alimentos⁶⁸.

Em 1939 a campanha de o governo brasileiro tratou de levar às últimas consequências a ideia de “nacionalização” do país, determinando que o exército brasileiro fizesse inspeções em comunidades estrangeiras, censurou programas, rádios e músicas internacionais, assim como passou a aporuguesar nomes de estabelecimentos que eram de outros idiomas.

A carta é finalizada com agradecimentos pela atenção do presidente enquanto aguardava ansiosamente pela resposta. Diva não conseguiu obter resposta. Não que ela não tivesse ocorrido, pois ocorreu. Mais de quatro meses após o envio da carta, o chefe da polícia civil da capital respondeu a solicitação ao Ministério da Justiça, mostrando mais uma vez essa dinâmica de comunicação entre os aparelhos de administração do Estado. Em carta endereçada ao interventor da Paraíba, Ruy Carneiro, o comandante de polícia Manoel Ribeiro de Moraes aponta:

Sr. Interventor:

Com a presente, faço tornar às mãos de V.excia. a inclusa carta que dirigiu ao Exmo. Sr. Presidente da Republica, D. Diva Bosch.

A respeito, passo a informar a V.Excia. o que consta nesta Policia a respeito do esposo da signataria, JAKOB BOSCH, sudito alemão:

JAKOB BOSCH, alemão, reside neste Estado desde setembro de 1942, sendo a principio em Campina Grande e depois, desde 3 de novembro de 1943, nesta Capital. É empregado da firma J.Mesquita Filha, como técnico da Socony Vacuum Oil Company, de onde recebe Cr \$1.500,00, compreendendo ordenado e gratificação. Admetido no território nacional em caráter permanente, é portador da carteira de identidade modelo 19, nº 333, 56.191, fornecida pela polícia pernambucana.

É casado com Diva de Azevedo Bosch, a qual faleceu no dia 18 de fevereiro do decorrente ano, em consequência do parto, tendo deixado 4 filhos menores.

Por esta repartição não encaminhou pedido de naturalização, e não registra antecedentes.

Procede de Pernambuco, onde trabalhou segundo declara, para a firma Magalhães S.A, como técnico da Socony Vacuum. Em Recife, esteve preso por ocasião dos torpediamentos dos navios brasileiros.

Atenciosas saudações⁶⁹

A resposta obtida dia 15 de junho de 1944 dá conta de uma situação ainda pior: sem emprego, sem nacionalização, mas agora também viúvo e com pelo menos quatro crianças pequenas para cuidar em um país onde a xenofobia partia do próprio governo em direção aos cidadãos; Jakob viu sua vida virar de ponta cabeça, pois anteriormente se tratava de trabalhador com um ótimo salário e agora se via diante de uma situação de extrema penúria.

Aqui, vale destacar alguns outros aspectos: o salário mínimo estabelecido pelo

⁶⁸ SPR - 2519/1945.

⁶⁹ SPR - 2519/1945.

governo federal na Paraíba entre 1944 e 1946 sofria variações entre as regiões do estado. João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras tinham os maiores salários, Cr\$215,00 – ou Cr\$8,60 a diária, como era o pagamento em alguns estabelecimentos – enquanto nas demais cidades do estado o salário era de Cr\$170,00 (6,80 a diária). Assim, a família de Diva tinha um padrão de vida elevado já que o salário do seu marido correspondia a quase sete vezes o salário mínimo estabelecido.

Para que não sejamos anacrônicos, vale lembrar que a própria política de salário mínimo não foi algo sempre presente na sociedade brasileira, muito pelo contrário, a adesão se deu através de uma pressão popular que já se arrastava desde a década de 1930. No entanto, o feriado do dia 1 de maio de 1940 foi a data escolhida para que houvesse o lançamento do “presente” ofertado por Getúlio Vargas aos trabalhadores brasileiros, como assim foi amplamente propagado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

O decreto determinava que todo trabalhador brasileiro, sem distinção de sexo, tivesse direito a um salário mínimo mensal que devesse satisfazer “às suas necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.”⁷⁰ O texto narrado por Getúlio Vargas no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, foi ouvido por uma multidão composta por mais de quarenta mil pessoas, apontando que

Os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabelos eleitorais [...] só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões e operários, chefes de indústria e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade de pátria brasileira. (BRASIL, 2021)⁷¹

A divisão do salário mínimo ocorreu de acordo com a realidade de cada região, havendo uma disparidade entre os grandes centros do país e as cidades do interior, assim como nos próprios estados as divisões obedeciam aos mesmos critérios. Na Paraíba, os salários equivalentes das quatro cidades supracitadas pretendiam também que não houvesse uma evasão do sertão em direção à capital, mantendo assim uma harmonia no estado.

O discurso proferido por Getúlio Vargas esbarra numa realidade distante do

⁷⁰ A respeito ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁷¹ A respeito ver: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/view>

proferido. Em primeiro lugar, a equidade de salários entre homens e mulheres jamais ocorreu durante o período, tornando-se, inclusive, um problema da contemporaneidade do país. Ademais, o salário mínimo era incapaz de sustentar uma vida com dignidade e garantindo as necessidades de alimentação, vestuário, alimento e transporte, haja vista que as condições de vida haviam ficado cada vez mais difíceis diante do “esforço de guerra”, lema aderido pelo governo em prol do aumento de impostos para a manutenção do Estado.

Júlio Cantalice da Trindade, morador da Avenida General Osório, número 13, na cidade de João Pessoa, enviara uma carta ao então presidente solicitando um emprego para que pudesse sustentar sua família. Ao justificar sua solicitação, implora que

É a necessidade de melhor manter a família que peza sobre mim que me impõe a isso. O custo de vida tornou-se fora de minhas possibilidades e os meus já experimentam certa inanição provinda da escassez e deficiente alimentação. Não deixo de reconhecer os múltiplos benefícios que Vossa Excelência já tem dispensado aos brasileiros menos amparados. O salário da família, foi um desaforo para os que se extinguíam a mingua. Certo, não equilibrar as despesas, pois dia para dia os generos subiram e o muito recebido se tornou quase nada⁷² [...]

A valorização das iniciativas do Estado Novo vem acompanhadas da denúncia da alta dos preços e da dificuldade de se manter dignamente. Júlio gostaria de um emprego como inspetor regional dos correios e telégrafos, ao qual havia ficado sabendo que abrisse vaga, porém a resposta enviada pelo Ministério de Viação e Obras Públicas com um intervalo de sessenta dias acabara frustrando seus planos, apontando que “Restituo o processo 13.612/45, informando não ser possível a designação de Júlio Cantalice da Trindade como inspetor regional, porque a DR da Paraíba não dispõe de servidor que o possa substituir na Secção do Pessoal. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1945.”

Na segunda parte da solicitação, Júlio reconhece que o “salário da família” era uma iniciativa que “desafogava” as inúmeras dívidas contraídas devido ao aumento do custo de vida. De fato, entre as inúmeras solicitações e agradecimento endereços à Getúlio Vargas, é possível identificar um bom número de solicitações acerca do abono familiar.

O dispositivo jurídico que tratava do abono familiar estava incluso na jurisdição promovida pelo Estado Novo, mais precisamente na disposição sobre “a organização

⁷² SPR - 20830/1945

e proteção da família”. Assim, o decreto lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941 determina que

Art. 29.

Ao chefe de família numerosa, não incluído nas disposições do artigo precedente, e que, exercendo qualquer modalidade de trabalho, perceba retribuição que de modo nenhum baste às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole, será concedido, mensalmente, o abono familiar de cem mil réis, se tiver oito filhos, e de mais vinte mil réis por filho excedente, observado o disposto na alínea a do art. 37 deste decreto-lei. (BRASIL, 1941)⁷³

No estado da Paraíba, até o ano de 1945 haviam 885 beneficiários do abono familiar; até o fim daquele ano, setenta abonos foram cancelados por motivos variados, sendo contabilizados oficialmente um total de 7752 dependentes desse auxílio na busca por condições dignas de sobrevivência. O número dos dependentes são justificáveis pois é a multiplicação do total de beneficiários pela quantidade de filhos, sendo oito o mínimo para obtenção do recurso. Era comum encontrar famílias com cinco ou seis filhos solicitando tal auxílio e obtendo resposta negativa diante da “pequena quantidade da prole”. Em que medida tais ações do Estado não passou a estimular um número de filhos da cada vez maior por parte das famílias é uma questão pertinente, mas ao qual não iremos nos estender.

O auxílio familiar era concedido a famílias numerosas e não costumava ser negado quando a situação podia ser comprovada. Entre os tantos casos de êxito na solicitação do auxílio, achamos importante ilustrar com o caso do paraibano Demetrio Ferreira Maia, morador da capital e desempregado, que solicita um auxílio do governo federal para sustentar sua família, onde relata até mesmo já ter estado próximo do suicídio

Exmo.Sr.Presidente:

Com a presente, venho fazer ciente á V.excia. que sou chefe de familia numerosissima, tenho cinquenta anos de idade e, até este momento, nada tenho conseguido fazer na vida com o meu trabalho honesto. A natureza doutou-me de 18 filhos de uma só esposa, estando vivos 13 e 1, de certo, aparecerá nestes bravos meses. Sou brasileiro nato, de classe media, os meus camaradas acharam sempre dificil ajudar-me a viver, dado o fato de ter familia numerosa, pois Deus enriqueceu-me de filhos e os homens se distanciam de mim, assombrados com a minha familia por ser numerosa. O meu filho mais velho tem 24 anos e o mais moço 14 meses, e ao todo, 9 menores, sendo 8 do sexo femenino e 5 do masculino. Estou desempregado, atualmente, auxiliado pela familia de minha esposa, entretanto já tive momento de pretender fugir desta vida ingrata e mesquinha, mas lembrei-me que o Brasil é grande, é dos brasileiros, e que tem um governo que é maior em sentimento de humanidade. [...] Depois de narrar a situação, faço votos á Deus para conceder paz e saúde a V.Excia, a-fim-dos brasileiros de todas as classes terem a grande satisfação de ter V.Excia como Governo do nosso

⁷³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3200.htm

querido Brasil, hoje e até o dia em que Deus assim permitir sua existência na face da terra, só assim terão os governados alguma coisa de grande proveito na vida, dado por V.Excia. Sou como o soldado desconhecido no cumprimento do dever de patriota, pois para sê-lo verdadeiramente, é preciso conhecer o ótimo governo de V.Excia. em todos os aspectos da vida Nacional, bastando, somente, adiantar que serei muito grande a V.Excia por ter obtido na Lei Trabalhista os meus direitos quando empregado.

Atenciosamente
Demetrio Ferreira Maia⁷⁴

A resposta veio dois meses após a sua solicitação através do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, uma secretaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, apontando que “O Sr. Demetrio Ferreira Maia, faz jus ao abono familiar de acordo com o Art. 1º do Decreto 12.299.” Para que pudesse recebê-lo, teria que provar as seguintes condições:

- a) que sois chefe de família numerosa, assim entendida a que fôr constituída de 8 ou mais filhos que contem menos de 18 anos de idade, ou incapazes de trabalhar, vivendo em vossa companhia e à vossa custa; b) que recebeis menos do que o dobro do salário mínimo em vigor nessa cidade; c) que nenhum dos vossos filhos exerce qualquer atividade remunerada, a não como aprendiz; d) que fazeis ministrar-lhes educação física, intelectual e moral, respeitada vossa orientação religiosa.⁷⁵

Para que pudesse ter o benefício liberado, Demetrio precisaria procurar a Coletoria das Rendas Federais da capital, portando todas as certidões de nascimentos dos filhos menores de idade devidamente validadas pelas autoridades competentes, recebendo uma solução para seus problemas.

A essa altura, uma das dúvidas surgidas na cabeça do leitor deverá ser se o presidente Getúlio Vargas chegava a fazer a leitura das solicitações, ou se tudo era realizado através dos aparatos burocráticos administrativos. Não temos a resposta acerca disso, não foi possível prever que tivesse havido a leitura em qualquer que fosse a solicitação, mais alguns aspectos das solicitações são intrigantes e, portanto, não podemos descartar essa possibilidade. No caso de Demetrio, por exemplo, sua solicitação que havia se tornado um processo e no último parágrafo vem o seguinte apontamento por parte do servidor público que redigiu a resposta:

Agora, atendendo a que do autoado nada consta que lhe impeça o arquivamento, mas, por outro lado, considerando que êle é endereçado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, vem, respeitosamente, submetê-lo à apreciação de V.Excia., afim de que de digne ordenar as providências que por ventura se tornem necessárias.⁷⁶

⁷⁴ SPR - 26816/1945.

⁷⁵ SPR - 26816/1945.

⁷⁶ SPR - 26816/1945.

É possível perceber que o regime varguista costumava demonstrar uma total atenção aos processos. Mesmo nos casos em que as solicitações não obtinham êxito – isto é, na maioria das vezes – era passada uma situação de conforto para o solicitante, sempre justificando que a solicitação somente não seria atendida por motivos contundentes, jamais por negligência do Estado.

As notícias circulavam entre os paraibanos do litoral ao sertão, de algum modo era sabido que o pedido feito ao governo federal era passível de ser acatado, isso fica claro no telegrama enviado pelo Augusto Lima, que dizia-se cansado, sobretudo pela aflições causadas pelo desemprego: "Peço Vossência indicação meu nome para fiscal Instituto Açúcar e Alcool Campina Grande, vaga pelo falecimento de Raimundo Vieira" e termina com uma afirmação desesperada "*Muitos alcançam com brevidade pedidos feitos, quanto a mim peço desde mil novecentos e trinta e sete na certeza que um dia chegará a minha vez*⁷⁷."

Há oito anos Augusto esperava que o Estado Novo pudesse responder suas solicitações com uma resposta que mudasse sua vida, pois tantas outras pessoas antes dele já haviam conseguido prosperar por meios destas.

Em outro caso, Virgília Leal de Carvalho, moradora da capital, solicitava um emprego como fiscal da carteira de crédito no Banco do Brasil para o seu filho e apontava que

o que me levou a vos fazer esta (carta), foi a maneira pela qual tem sido atendida muitas pessoas aqui da Paraíba, quando as mesmas pedem alguma coisa a vós com o coração sempre aberto e caritativo sempre acha solução para estes casos e satisfaz a todos dando o que o pedinte deseja, como sabeis na situação atual, tudo caro, e uma pessoa pobre não pode sair daqui da Paraíba para ir ao Rio falar pessoalmente com vos, aliás era esse o meu desejo, então vos escrevo esta para vos contar minha situação e vos fazer dois pedidos esperando vossa proteção pois como sei que o snr., é o nosso guia, o nosso dirigente, não deixará de me atender⁷⁸

As palavras escolhidas a dedo para efetuar a solicitação não impediu que a resposta curta e direta a frustrasse: "Mande-me o Sr.Presidente do Banco informar que não há vaga disponível do cargo pretendido. Atenciosas saudações."

As estratégias contidas nas solicitações tinham o intuito de guardar pra si uma posição social mais confortável dentro da sociedade. As pessoas não pediam para um grupo, para um sindicato, ou para um coletivo, quase sempre desejavam seguir escapando da maneira possível aos percalços da vida.

⁷⁷ SPR - 25945/1945.

⁷⁸ SPR - 7227/1945.

Aida de Pessôa, moradora da Av. Dezembargador Boto, número 115, em João Pessoa, solicita um auxílio que pudesse fazer com que sua família atravessasse a "situação angustiosa em que se encontra o nosso país com o aumento de preço em todos os gêneros, é impossível manter-se uma família com cr\$400,00" e continua seu lamento apontando que "na nossa posição social, somos forçados a viver de aparências; a realidade, porém, é desanimadora e irresistível⁷⁹." A solicitação de Aida demonstra uma narrativa deslocada da realidade, pois como já apontamos até aqui, a realidade da maioria dos paraibanos era de uma dificuldade financeira bem mais acentuada do que aquela narrada pela solicitante

Aliás, essa situação não passara despercebida diante dos olhos dos servidores que providenciaram a resposta. Vale destacar a riqueza de detalhes na qual a vida da solicitante é narrada ao justificar a negativa, isso fica ainda mais surpreendente quando pensamos que se trata de um só pedido diante dos milhares que chegaram à Secretária da Presidência da República durante aquele ano:

A situação da missivista é semelhante a de inúmeros indivíduos da classe media, sendo, entretanto, melhor do que a do modesto funcionário estadual, pois além de ter casa própria, ainda é auxiliada por umm irmã funcionária federal, casa com um funcionário também federal, e tem um irmão oficial do Exército⁸⁰

A resposta é o retrato do Estado que tudo vê, que faz se mostrar conectado com o cidadão e com as necessidades destes, sempre atento às demandas, mas sempre lançando mão da burocracia e da legislação para a resolução das questões, muito embora a questão legislativa pudesse ser burlada algumas vezes, somente dependendo da arbitrariedade dos departamentos para atribuir causa ganha ao solicitante.

À medida que o salário familiar era concedido, seu desafogo esbarrava em limitações que estavam diante do dia a dia de cada paraibano que lutava pelo pão de cada dia. No mesmo mês da solicitação de Júlio, em março de 1945, um telegrama endereçado ao Palácio do Catete dava conta de uma denúncia por parte de mais de 40⁸¹ moradores de Campina Grande diante dos aumentos abusivos exercidos por

⁷⁹ SPR - 26298/1945.

⁸⁰ SPR - 26298/1945.

⁸¹ Assinam o telegrama, respectivamente: José Curchatuz, José Tavora, Odilon Gomes Melo, Gustavo Abrantes Barros, Murilo Buarque Mota, José Oldegario, Apolio Albuquerque, Benedito Gomes Macedo, Francisco Moreira, Maria Bezerra Santana, Severino Leite, Maria Rodrigues de Souza, Maria Mercês Rodrigues, Haroldo Paiva, José Reis, Adelia Pessôa, Julieta Araújo, Gisela Fonseca, Guilardo Fecchineti, Oscar Mendes, Antonio Moreira Reis, Francisco Gonçalves Mota, Wanda Monteiro, Amaro Alves, Osmarina Viana, Severa Palmeira Carvalho, Esmeralda Oliveira, Elsa Pêssoa Cavalcante,

comerciantes e donos de imóveis na cidade. Acompanhemos:

Vimos solicitar Vossênciã providência sentido seja minorada situação aflitiva nos encontramos diante clamorosa exploração parte mercado desta cidade que desrespeitando Comissão Tabelamento vem usufruindo lucros excessivos vendendo carne verde quilo Cr\$10,00 com osso, sêca Cr\$12,00, feijão 3,00\$ e pão pesando quarenta grammas vinte centavos. Qualidade funcionário públicos diversas repartições, uma pequena parcela dos habitantes desta terra, sentimentos dever apelar eminente Chefe Nação fazendo sentir tão triste situação agrava ainda acréscimo espantoso do aluguel casa sem que se justifique tamanho assalto nossos modestos vencimentos. Idêntica denúncia enviamos Sr. Interventor Dr Rui Carneiro. Respeitosas saudações.⁸²

O telegrama não foi respondido. De acordo com o salário mínimo proposto pelo governo federal, um trabalhador comum precisaria de dois dias de trabalho para que pudesse consumir um quilo de carne. A denúncia pode ser interpretada também como como um conflito de interesses dos diferentes grupos que habitavam a cidade. De um lado, a necessidade do lucro; do outro, a necessidade de manter-se vivo e alimentado. Mesmo que a denúncia tenha sido enviada ao interventor do estado, a população se viu na obrigação de também enviá-la à Getúlio Vargas, pois de alguma forma ali estava estabelecida uma relação de confiança.

Lançar mão do amparo do governo federal paralelo ao envio ao interventor, diz muito sobre as redefinições do modo como as negociações política no Brasil passariam a ser a partir de 1930. De acordo com Gurjão (2020), especialmente no Nordeste há uma mudança dessa configuração, de tal modo que a *política dos governadores*, conceito atribuído para definir o sistema de compromissos mútuos entre as esferas de poder no país, passou a ser

Substituída por um sistema, cujas deliberações convergiram para o governo federal através de uma série de órgãos técnico-econômicos, institutos, autarquias e conselhos técnicos que funcionavam como agências de coordenação e centralização do governo federal nos diversos campos da economia. Criou-se uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais, centralizando o poder. Todavia, esta centralização foi viável, na medida que resguardou os fundamentos do poder local e sobrevivência das oligarquias. [...] Por outro lado, naturalmente identificados com coronéis e oligarcas, estes interventores tinham facilidades de promover a convivência entre as facções dominantes e o governo central, mantendo os alicerces do mandonismo das primeiras e favorecendo a autonomia necessária ao segundo, permitindo-lhe a prática de uma política econômica viabilizadora da concentração/centralização de capital no Sudeste (p.140-141)

Samuel Sobral, Francisco Nunes Neto, Primo Paiva, Osvaldo Magalhães, Luiz Pontes, Pedro Rodriues, Antpnio Guimarães, Antonio Paulino, Tiago Carvalho, Leticia Carvalho, Maria do Céu, Marly Carvalho, Maria Carmo, Eunice Bonifacio, Inocencio Oliveira, José Licario Trindade, Abdias Pereira Moraes, Manoel Martins Vasconcelos e Esmerino Lima.

⁸² SPR - 11972/1945.

O feijão, a farinha, assim como a carne, eram os alimentos que compunham o cardápio do trabalhador não só campinense, mas paraibano como um todo. Aliás, a carne aparecerá sempre como um artigo de mais valor, portanto não era consumida diariamente nas casas de todos os trabalhadores. O ritmo da indústria, dos comércios, bem como o avanço da medicina e da construção civil, constrói também as condições para o surgimento dos restaurantes e espaços onde as pessoas paravam para se alimentar seja antes ou depois do expediente de trabalho.

Um caso emblemático do parágrafo exposto acima pode ser observado na capital paraibana, também em março de 1945. João Cartomilho, morador da rua Gama e Melo, número 96, casado desde 1933, pai de 8 filhos, cinco deles homens e três mulheres, se apresenta como um “brasileiro nato que tudo tem feito aqui em João Pessoa para servir a classe proletária.” E prossegue:

Eu era vendedor de bananas, ambulante, de casa em casa, quando apareceu um restaurante á ser vendido por oito mil cruzeiros (CR.\$8.000,00), eu que possuía apenas quarenta e cinco cruzeiros (Cr.\$45,00), fui vêr o negócio e vi que valia apenas a importancia de três mil, isto em 1937. Mas, como a pessôa vendia a credito, eu o comprei pagando mensalmente a importancia de quinhentos cruzeiros (Cr\$500,00), liquidando este compromisso com o produto de minhas energias desintegradas, empregando assim o maximo dos meus sacrificios. Pude adquirir com esta realização, uma grande freguezia entre todas as classes; desde o varredor de rua ao médico, oficial do nosso EXERCITO, Padres, etc. Todos se alimentavam em minha casa por um preço todo especial que eu cobrava por almoço: Começando de Cr.\$0,50\$\$ até Cr.\$5,00.

Desde o advento do Estado Novo, o ex-vendedor de bananas expressa que sua vida mudou ao assumir a condição de comerciante. No texto, faz questão de exaltar a profunda harmonia que há entre todos os clientes no estabelecimento, afirmando que “o que mais me admirava, era esta desigualdade de classes todas reunidas em um só ambiente”.

No entanto, o intuito do remetente não era a exaltação do próprio estabelecimento, mas sim a solicitação de um crédito de Cr\$50,000 cruzeiros para que pudesse se livrar das dívidas contraídas com empréstimos na cidade “pois não tendo capital suficiente, todos negócios que eu tenho feito vem sendo sempre com agiotas aqui na Paraíba impesta dessa classe que vivem somente do esforço dos que trabalham não tendo eu podido equilibrar-me;”

Para que pudesse angariar o valor, lança mão de uma pura retórica que o próprio Estado Novo estabelecera como prioridade para o país: o trabalho e a união. João sabe muito bem o que precisa e como deve se comunicar. Ainda que na balança

haja uma enorme desproporcionalidade sobre o horizonte de ação entre o Estado e um cidadão comum, ele não deixa de inteligentemente solicitar amparo. Na continuação ele deixa claro a ideia de unidade ao apontar que

O meu único ideal é servir a classe trabalhadora a classe trabalhadora e ao BRASIL e tendo tomado alguma çição com V.excia., que tudo tem feito pelo trabalhador no Brasil. Eu não tenho popupado sacrificio para imitar a V.excia, neste grande plano nacional, sendo que V.excia é governo e tudo pode fazer em beneficio do trabalhador, enquanto eu tenho um pequeno circulo ao meu favor, tendo resolvido da seguinte maneira: Levantando-me ás 5 horas da manhã, deitando-me ás 22, isso sem domingo nem feriado, em favor da classe trabalhadora que tudo merece. [...] Analise assim pois V.Excia o que e a vida de um trabalhador que lhe falta o devido auxilio, porem mesmo continuo a servir as classes proletarias com refeições sem iguldades de preços, pois junto ao meu último restaurante se encontra uma fabrica (fabrica de cigarros popular), onde eu continuo a alimentar seus operarios desde o preço de CR.\$1,00 a CR.\$3,00 por refeição.

Imagem 4:Cardápio do restaurante

RESTAURANT JAPHIA	
Rua Cardoso Vieira, 25	
SOPA	
Mista	1,00
FRIOS	
Salada de alface	1,00
Salada de batatas	1,00
Salada de agrião	1,00
LEGUMES	
Batatas cozidas	1,00
Vagens americanas	1,00
PEIXES OU CRUSTACEOS	
Peixe ao molho de côco	4,00
Fritada de peixe	3,00
Camarão á portuguesa	5,00
Fritada de camarão	4,00
Peixe mexido c ovos	4,00
ENTRADA	
Feijoada á nortista	4,00
Vitelo guizado	4,00
Perú ao molho pardo	5,00
Fritada de carne	3,00
Picadinho á francêsa	3,00
Leitão cebolado	4,00
A MENUTAS	
Churrasco á baiana	4,00
Contra filet c batatas	4,00
Beef-stake c vagens	4,00
Omelet de ervilhas	4,00
A SOBRE-MESAS	
Salada de frutas	1,00
Dôce de banana	1,00
Mamão gelado	1,00
Compota de laranja	1,00
Mamão em calda	1,00
Goiabada	1,00
FORNECE REFEIÇÕES A DOMICILIO	

Fonte: Arquivo Nacional

A foto acima, anexado pelo próprio João à solicitação, demonstra um cardápio variado: sopa, frios, legumes, entrada, peixes e sobremesas. De acordo com o solicitante, trabalhadores de fábrica comiam a um valor diferenciado (obtendo

desconto) e “para provar o que digo basta que V.Excia se digne mandar fazer uma sindicancia, aproveitando para isso até mesmo o Chefe da Polícia Local”.

Imagem 5: “Anexo segue também uma fotografia recente do meu estabelecimento vendo-se a minha família (esposa e filhos) e uma parte dos meus operários.”



Fonte: Arquivo Nacional

A imagem acima foi registrada na rua Cardoso Vieira, o local onde funcionava o “hotel”, e as pessoas que olham para a câmera estão na frente do estabelecimento. Chama a atenção o fato de estarem todos bem vestidos, até mesmo as crianças, levantando a hipótese de que essas pessoas fizeram uma produção diferenciada somente para o envio da solicitação, ainda bem porque há um “x” azul riscado na foto original, certamente para identificar o solicitante, João Cartomilho, acompanhado da sua esposa, filhos e operários do hotel.

A solicitação é concluída com os seguintes dizeres: “esperando pela vitória de amanhã que nos trará uma nova vida e especialmente na confiança que depois á brilhante pessoa do nosso ilustre Presidente Dr. Getulio Vargas. [...] na expectativa de

que serei atendido em minha solicitação, subscrevo como grande admirador, de V.excia”. O pedido de João, como tanto outros, baseava-se na necessidade, mas não no amparo jurídico, portanto teve sua solicitação negada pelo correspondente do Banco do Brasil “por não se enquadrar a operação pretendida nos regulamentos desta instituição”.

Essa relação “direta” entre o cidadão e o presidente, como já apontamos anteriormente, não tem seu início somente a partir de 1930. Embora não fosse prática recorrente, antes disso já havia uma expectativa assistencialista por parte da população, o que de fato muda a partir de 1930 é o esforço de uma construção ideológica por parte do Estado Novo para solidificar uma relação em que patrões e empregados, burguesia e proletário, Estado e “povo”, pudessem ser uma só mente, trabalhando de maneira incessante para o fortalecimento do ideal de “nação”.

A partir disso “a relação que fundava o Estado era aquela entre o povo e o presidente, que legislou sobre o problema síntese da nacionalidade: o problema social”. Ao falarmos sobre problema social, estamos falando sobre o conjunto de ações que o Estado brasileiro estrategicamente tratou de elaborar no intuito de trazer para o si o trabalhador brasileiro. Todas essas ações ficaram conhecidas como uma *ideologia de outorga*. Ao observamos o sentido do termo, outorga é a condição de ofertar, doar, satisfazer o outro. Nesse caso, é a estruturação do Estado “a partir de uma ética do trabalho e da valorização da figura do trabalhador nacional. Era a esta figura – novo de modelo de cidadão – que o discurso se destinava e era a ela que os benefícios sociais eram concedidos.” (GOMES, 2005, p.233)

A ação do Estado a partir dessa “outorga” pode ser percebida a partir da legislação, adaptada para receber o trabalhador brasileiro e doar-lhe direitos, tudo através da figura de Getúlio Vargas, que seria o grande chefe da nação, o mediador de todas as relações nacionais, o único homem capaz de ter feito a leitura ideal das tradições do trabalhador brasileiro para enfim reconhecer sua dignidade. Assim, essa relação constituída de dar e receber benefícios – que sequer haviam sido solicitados – deixa claro o papel da outorga naquela sociedade: o impedimento do uso da força como meio para empreender conquistas, “é a outorga que remove o conflito e torna possível a construção de uma sociedade harmônica.” (GOMES, 2005, p.227).

Essa construção retórica que buscava evidenciar Getúlio Vargas como o garantidor dos direitos é quem possibilita que o trabalhador paraibano, ao recebe-la, possa apropriar-se dela e se sentir parte integrante da nação. Se é verdade que o

Estado buscou estabelecer um contrato entre o chefe da nação e o trabalhador, é verdade também que o trabalhador, ao passar por dificuldades, esperava reciprocidade por parte do Estado do ponto de vista prático, na resolução de seus problemas cotidianos, onde nem sempre esse desejo materializou-se em benefício do trabalhador.

Embora o Estado tivesse um projeto determinado com o claro intuito de amenizar os conflitos entre as classes, não há discurso que sobreviva à experiência desses trabalhadores recém-inseridos na indústria nacional. Portanto, mais do que negar, o Estado era convidado resolver tais conflitos, pois de algum modo foi ele mesmo quem o criou e havia alimentado a retórica da união. Dia 14 de agosto de 1945, José Marcolino Valente enviara telegrama ao governo federal exigindo providências e “lembramos Vossência vinda este Estado bravos expedicionários fim de verificarem mandonismo alemães sobre brasileiros Fábrica de Rio Tinto anulando sacrifícios nossos patrícios⁸³.”

De acordo com Mello (2002), a fábrica de Rio Tinto, localizada na atual região de João Pessoa, representa um dos capítulos de expansão do capitalismo na Paraíba e da sua conseqüente urbanização. A fábrica de tecidos implementada por estrangeiros (suecos e alemães) na cidade, ficara conhecida pelos baixos salários pagos aos funcionários, porém pelo oferecimento de moradia e educação para os filhos dos operários. Aqui, chamamos a atenção para a afirmação proposta por Mello (2002) ao apontar que no surgimento da indústria “a eficiência da dominação era percebida na forma sutil como era imposta. Os funcionários não se sentiam explorados, o importante, para eles, não era o salário, mas ser homem de confiança do coronel.”

Diante da carta escrita por José Marcolino, a síntese que chegamos diante do cotejamento das fontes é que: ou o escritor paraibano assumiu uma posição equivocada diante daquela realidade, ou alguns anos depois a consciência de classe do trabalhador paraibano já permitia que os conflitos com os patrões fosse algo mais recorrente na década de 1940. José Marcolino fala especificamente dos alemães, e eram justamente os germânicos que ocupavam os cargos de chefia nas indústrias. Quatro dias após o conflito, cerca de dois mil operários invadem os chalés alemães, promovendo destruição e exigindo a deportação dos estrangeiros, tudo isso acalorado

⁸³ SPR - 33962/1945.

pela derrota da Alemanha na Segunda Guerra e por todo sentimento nacionalista já nutrido anteriormente.

O que está expresso nas entrelinhas da epistola é o contrário do que promovia o Estado Novo, as relações de trabalho não ocorriam de maneira amistosa tanto quanto se quis mostrar. Nesse caso, as solicitações não envolvem somente as conquistas particulares dos solicitantes ou melhores condições de vida para suas respectivas famílias. O Estado é convidado a amenizar, neutralizar e solucionar conflitos de ordem social, tendo em vista que o clamor acima poderá também ser observado em outras ocasiões.

Esse papel arbitral do Estado poderá ser percebido nas mais diversas relações, seja na relação patrão x empregado, ou mesmo na relação patronato x Estado, haja vista que uma das características desse Estado centralizador é o fato de que há vigilância e arrecadação muito maior diante dos ativos das empresas, do que o modelo que havia antes na chamada república oligarca-liberal, ou seja, o período datado até 1930.

Um dessas situações é o caso do funcionário das empresas de ferrovias Great Western, uma das maiores empresas em funcionamento na Paraíba durante a década de 1940. João Cancio de Oliveira solicita ajuda para que possa ser readmitido no seu emprego. Vejamos:

Dr. Getúlio Vargas

Venho muito respeitosamente incomodar a V.excia. É o seguinte: Estando afastado do emprego que exerço na estrada de ferro Great Western a 9 meses, e ao mesmo tempo estou respondendo inquerido e já tendo sido ouvido pela junta de reconciliação desta capital e tendo sido favorável o despacho pela mesma. [...] E mo. snr. a minha situação na qualidade um pobre ferroviário, é mais do que defícil pois tenha 4 filhinhos pequenos e o mesmos acham-se passando fome, e para um pobre pai de família é mais do que doloroso!.

Tenho uma fiança de CR\$3,000,00 e apelei para a chefia da estrada a fim de ser-me concedido um auxilio de minha propria fiança e até o presente momento nada resolvido, estou na dura emergencia de implorar a caridade publica afim de não mais passar fome junto com os meus: motivo porque apelei para o meu grande Chefe, primeiro porque seu que alem de ser o primeiro magistrado desta grande nação de que todos os bons brasileiros asem parte integrante desta patria imensa do que tem V.Excia e seus auxiliares o destino da mesma e que em tão boa hora está confiada os destinos de todos á quanta a compõe, estou bem certo que o meu apelo que parte de um coração delacerado, vendo que tudo falta e sómente tem que apelar para os poderes competente, e que até essa hora nunca me deixou de ser atendido pelo Chefe Nacional.

[...] Aqui deixo mais uma vez o meu apelo que estou bem certo do resultado; fasendo votos a Deus pela vossa felicidade pessoal e que sempre estejam na direção de nossa patria até quando Deus o chamar.

Com elevada estima e consideração meus sinceros respeito.
João Cancio de Oliveira

Condutor
João Pessoa em, 25 de abril de 1944.⁸⁴

Após prestar serviço durante 31 anos à Great Western, fora afastado por acusação de extraviar os produtos da empresa. O que mais chama atenção na solicitação é o parágrafo de acusação das “humilhações” que, segundo João, os funcionários recebiam da empresa, pois os ferroviários “infelizmente [...], são os maiores sofredores em todos os setores quando sucede um pobre destes cair em uma situação de erro temos os maiores algoses na pessoa da Chefia”. O solicitante segue a denúncia, explicando detalhadamente que “alem das desconsiderações como somos tratados por todos os que a dirigem, dali por diante passamos a ser objeto de escarnio e estamos as sufeito as maiores miserias que se pode imaginar as penalidades sempre imposta nunca é menos de 5 dias isto quando esta pena é infima, porem sempre é de 30 dias e ano como tem sucedido, paricendo que isto não pertence ao Brasil!”.

Para o denunciante, não parecer ser o Brasil, é não encontrar coerência entre o discurso de união proferido pelo governo federal e as ações tomadas pela empresa. O Brasil é descrito como uma “zona despresada” em que “estes infelises que delam precisam são verdadeiros câns, é o que atualmente sucede com todos que nela morejam”

A resposta não tardaria, três meses após o pedido de ajuda, a solicitação que havia se tornado processo e enviada para o Ministério da Viação e Obras Públicas foi restituída informando que “cumpre-me informar que a respeito do suplicante”:

É empregado da companhia desde 1918; em sua fé de ofício consta ter sido várias vezes suspenso, algumas delas por motivo de roubo; [...] em 1943 a Companhia requereu ao Juiz de Direito da Comarca de Ingá, Estado da Paraíba, abertura de inquérito para apurar falta grave cometida pelo suplicante. Tratava-se de paradas clandestinas de trens com o fim de desviar mercadores. A polícia que, a pedido das partes lezadas tambem abriu inquérito, apanhou em flagrante o reclamante, o qual foi detido durante 4 meses e dias. Uma vez solto, o reclamante apelou para a junta de conciliação de João Pessoa solicitando a sua volta ao serviço. A companhia, defendendo-se, alegou que o mesmo estava respondendo o inquérito requerido ao Juizo de Ingá e que não tinha obrigação de pagar o tempo em que o reclamante se encontrava detido pela polícia. A Junta, entretanto, determinou a reintegração e o pagamento dos salários atrasados.⁸⁵

Chama a atenção a riqueza de detalhes na qual a solicitação é tratada, pois há todo um histórico do trabalhador, ainda que o mesmo tenha omitido informações importantes, como o fato de ter estado preso. Já havia havido um trâmite das suas

⁸⁴ SPR - 19020/1945

⁸⁵ SPR - 19020/1945

questões na justiça comum, inclusive na Junta de Conciliação, portanto a solicitação à pessoa de Getúlio Vargas sobrepõe as instâncias jurídicas, como um último grito de esperança. De acordo com Barbosa (2020), a principal função da Junta era conciliar e julgar as relações de trabalho a partir de três pilares: “1) a natureza especializada às relações de emprego/trabalho; 2) o caráter paritário e representativo, tendo os vogais ou juízes classistas (empregados e empregadores) como exemplos; e 3) o caráter administrativo, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.” (p.53)

A resposta final dada ao trabalhador era uma negativa da sua solicitação, pois diante de todas as informações supracitadas o último trecho esclarece que a “Companhia ‘Great Western’ não se interessa pela volta do missivista aos seus serviços.”

Naquele caso, a Junta de Conciliação havia decidido pelo ressarcimento dos salários ao trabalhador por parte da empresa, ainda que o processo tenha se mantido em trânsito. Antes do varguismo, ações como essa seriam improváveis no caso da Paraíba, haja vista que a própria Junta de Conciliação é uma criação ocorrida após 1930. Na Paraíba, teve sua inauguração no ano de 1941, mais precisamente no feriado de 1 de maio, dia do trabalhador, data utilizada de maneira estratégica pelo então interventor da Paraíba, Ruy Carneiro. (BARBOSA, 2020)

O que vemos até aqui é uma incessante busca por soluções diante da vida cotidiana, às vezes assolada pela dificuldade econômica que o país atravessava, às vezes por questões ligadas ao trabalho, onde era comum o excesso da arbitrariedade por parte do patronato, onde os trabalhadores muitas vezes ficavam à mercê das decisões tomadas pelas empresas.

Esses conflitos que acabam se transformando em processo de justiça já teve seu estudo feito através da dissertação de mestrado do historiador Arthur Manoel Andrade de Barbosa, intitulada “Justiça do trabalho e classe operária na Paraíba: a relação entre o capital e o trabalho entre 1941-1945”, onde buscava esmiuçar os processos, identificando a luta de classes na Paraíba na década de 1940. De acordo com Barbosa (2020)

Os processos trabalhistas mostraram-nos a força repressiva do Estado, o poder dominador da burguesia, seja nos casos envolvendo as “clamorosas injustas”, nos exemplos dos processos referentes aos acidentes e doenças de trabalho, ou ainda naqueles marcados pela árdua luta dos trabalhadores em conseguirem seus direitos, que em grande medida eram dificultados pelos empregadores. (p.192)

No nosso trabalho, porém, embora os conflitos estejam sendo evidenciados, é importante frisar que os processos que expomos não são necessariamente processos de justiça, muito pelo contrário, são solicitações que eram enviadas ao governo federal e que, portanto, eram solucionadas, respondidas e despachadas através do próprio Ministérios do governo, sem que as decisões precisassem passar pela justiça comum. De todo modo, igualmente importante nesse contexto é o fato de que o Estado assume uma face arbitrária e, assim sendo, determinadas ações podiam ser feitas sem que houvesse revide por partes de terceiros.

Os solicitantes buscavam ajuda na pessoa de Getúlio Vargas quase sempre quando suas expectativas eram pequenas diante de determinada situação. O caráter paternalista e caridoso construído durante todo o Estado Novo nos permite perceber o horizonte de expectativa idealizado pelos cidadãos paraibanos, mesmo quando suas solicitações esbarravam em critérios da própria justiça, ou seja, seus pedidos já estavam em trâmite na justiça comum.

Um desses casos que engloba arbitrariedade, conflito e expectativa é o caso de um morador de Guarabira, Manoel Augustinho Ferreira, de 55 anos de idade, funcionário da Great Western, afastado de suas funções acusado de trabalhar sob condição de embriaguez. O caso de Manoel torna-se ainda mais curioso pois se trata de uma dupla solicitação — tendo em vista que sua esposa também escreveu em defesa do marido — cada qual sendo absorvida e transformada em processo entre os meses de maio e julho de 1945.

As duas solicitações foram enviadas ao Ministério de Viação e Obras Públicas, mais precisamente ao Departamento de Administração. A carta da esposa de Manoel, Severina Maria Pereira dá conta da seguinte situação:

Com os meus respeitoso cumprimentos venho rogar a V.Excia a sua preciosa atenção para o que vou abaixo respeitosamente expor.
Antes de tudo dizer a V.excia que sou uma pobre mulher, sobrecarregada da família e que veio a lutar em mil dificuldades, com o auxilio do meu marido para a manunção da família, acontece porém que o meu marido por motivo de uma grande calúnia de que foi vitima, no dia 5 de maio de 1942, quando sucedeu que no dia Manoel Augustinho Ferreira se achava trabalhando na Estação de Cabedello, no serviço de manobra, neste dia, foi um dia de muita chuva, sucedeu que o meu marido foi pegar a locomotiva em movimento porem na ocasião quando ele ia pegar a referida maquina, escorregou e perdeu o equilibrio caindo por terra, o chefe das oficinas levou em consideração que o meu marido estava embriagado, e o foguista que trabalha com o meu marido, Isael Raimundo, provou como o meu marido não estava embriagado, e mesmo assim, não foi examinado por nenhum medico da Companhia Great Western, era quem podia testemunhar a verdade pois o meu marido tem 34 anos de trabalho na referida companhia, e conta 55 anos de idade, nunca deu o menor prejuizo a dita companhia [...] o prejuizo ele que

tem tido, porquanto se acha parado sem trabalhar desde o dia 5 de maio de 1942, até a data presente, se acha fora de serviço, passamos as maiores privações da vida, o meu marido se acha suspenso do serviço até a data presente, na eminência de ser demitido de suas funções, fato este que me obrigou a rogar a preciosa interferência de V.Excia, afim de que o meu marido seja admitido da referida companhia, e creio que V.Excia mais uma vez demonstrando a face tão bôa e conhecida magnanimidade, não consentirá que a demissão do meu marido seja feita, quem assim pede a V.Excia Dr Getúlio Vargas, não e apenas uma mulher que ama o seu marido, mais uma mãe desesperada que não vê outro meio, e a ver o lar tão ameaçado, infelizmente a terrível desgraça, ainda mesmo que o meu pobre marido não pudesse ser readmitido as suas funções, eu rogaria a V.Excia a sua proteção, afim de que o mesmo contando ja mais de 34 anos de serviço, seja aposentado na forma do regulamento da Caixa de Aposentadoria dos funcionários da Great Western.
Fico aguardando anciosamente o resultado do meu pedido que ora é feito a V.Excia. [...] Severina Maria Ferreira⁸⁶

A carta da esposa é rica em detalhes e por isso nos pareceu necessário expô-la na integra. De acordo com Severina, seu marido foi demitido por justa causa sem que tivesse cometido qualquer delito, pois embora haja uma acusação de estar sob efeito de álcool, nada tivera sido provado contra ele, que sequer passou por consulta médica na empresa. Além de negar as acusações, na carta escrita por Manoel, segundo ele, “34 anos de trabalho na mesma companhia bastam para provar a minha eficiência e idoneidade!⁸⁷”

Para se defender da acusação, encontra na sua frágil saúde uma explicação “Dr. Getúlio, eu não estava embriagado. Eu estava isento, com a cabeça em desatino, por causa de uma enxaqueca, não houve exame médico para constatar se se tratava de embriaguês ou de doença.” A resposta viria três meses após a solicitação, apontando que Manoel “respondeu a inquérito administrativo, por motivo de falta grave no serviço e embriaguez habitual, processo esse submetido ao Conselho Regional do Trabalho da 6ª Região, que por unanimidade de votos, o julgou procedente, autorizando a exclusão do referido empregado, independente de qualquer indenização⁸⁸.”

Nada pôde ser feito Manoel, nem na justiça, tampouco ao solicitar ajuda ao Estado. Aliás, o caso é bastante curioso, pois bastou somente a palavra do empregador para que empregado fosse colocado pra fora em situação de justa causa, sem qualquer direito, preocupação expressa pelo próprio solicitante ao expressar “Dr. Getúlio: peço-vos justiça! paupérrimo, não posso constituir resgaste. Já sou velho,

⁸⁶ SPR - 18613/1945.

⁸⁷ SPR - 34701/1945.

⁸⁸ SPR - 34701/1945.

não posso arrumar colocação. A minha família padece provações tremendas! Paguei Caixa de Pensão desde 1908, e está tudo perdido!⁸⁹”

A preocupação de Manoel além do retorno ao emprego se mostra também através da aflição de não ter direito ao dinheiro já pago na Caixa de Pensão, Desde a década de 1920, a incipiente política de previdência social aderida pelo Estado – sob forte luta dos movimentos de trabalhadores – havia assegurado que algumas categorias tivessem o direito à aposentadoria, embora como um modelo de funcionamento diferente do contemporâneo. A lei fundante do modelo de previdência naquele momento foi a Lei Eloy Chaves – nome dado à lei em “homenagem” ao deputado federal que a propôs em 1923 – determinando que as empresas ferroviárias do país criassem uma Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) com o intuito de recolher a contribuição do patrão e dos funcionários, objetivando a aposentadoria destes.

Só seriam aposentados os ferroviários que tivessem no mínimo 50 anos de idade e ao menos 30 anos na função, como era o caso de Manoel, ferroviário da Great Western desde 1908, portanto seu desespero está mais do que justificado, uma vez demitido por justa causa e com o aval da justiça, jamais poderia recorrer e solicitar sua aposentadoria, ainda que a tivesse pago durante todo o tempo que esteve trabalhando.

Para que tenhamos uma ideia de como essas aposentadorias eram injustas e insuficientes, lançamos mão do telegrama enviado pelo operário Severiano Laurindo Campos, morador da capital, solicitante de qualquer tipo de amparo por parte do governo federal haja vista que

Achando-me impossibilitado de trabalhar por doença, com 48 anos de idade, com 5 pessoas a sustentar sem meios de vida, recorri a Caixa de Pensões. Depois de 11 meses, fui auxiliado com seis cruzeiros e quarenta centavos mensais. Diante precaríssima situação peço a vossa proteção⁹⁰

O que nós estamos relatando é que o trabalhador ao estar doente, perde sua função principal diante do sistema capitalista: a sua capacidade de vender sua força de trabalho e com isso reproduzir a ordem vigente. Assim, ao estar afastado por motivo de doença, ou seja, ao se tornar um inválido para o sistema que priorizava não sua vida, mas sua saúde como meio de lucro, o operário se viu com uma aposentadoria que representava 3% do salário mínimo da época (Cr\$215,00), onde

⁸⁹ SPR - 34701/1945.

⁹⁰ SPR - 15219/1945.

significava dizer que com o dinheiro ele só conseguiria comprar meio quilo de carne, ou dois quilos de feijão durante todo o mês, com o intuito de sustentar cinco pessoas e dar conta de todos os outros gastos necessários do mês, ou seja: impossível.

Se os excessos eram observados por parte das empresas, também o eram quando voltávamos os olhos para o Estado. É lugar comum na historiografia acerca do período o fato de que reordenação dos espaços, aliado ao então novo processo de redivisão nacional do trabalho, prestigiava o sudeste do país em detrimento do Nordeste. De acordo com Gurjão (2020), “as mudanças políticos-institucionais a serem efetuadas a partir do movimento de 1930 aparelharam gradualmente o poder central de um aparato burocrático que viabilizou seu controle sobre as estruturas políticas regionais preexistentes, subordinando-as e absorvendo/delimitando seu campo de ação” (p.140).

Entre outras palavras, significa dizer que esse modelo de Estado hipertrofiado surgido a partir do regime varguista também acarretará em transtornos de ordem econômica para a própria burguesia, isso quando as próprias pretensões do Estado não estivessem sendo atendidas de maneira total. Uma das solicitações que trazem ricas informações acerca do funcionamento daquela sociedade fora dirigida ao governo federal através do pessoense Manoel Frazão de Oliveira, reclamando das condições em que o fisco havia estabelecido para o funcionamento do seu negócio, buscando amparo para a continuação da sua fábrica de pás. Porém, alguns detalhes da sua solicitação chamam atenção:

Meu Grande Senhor

Perdê-me V.excia. pelo incômodo que lhe venho dar com esta, o que sou forçado a fazer à situação em que me acho. Tendo eu aqui em João Pessoa uma pequena tenda de ferreiro, vivendo trabalhando na forja e martelo dia e noite para manter minha família [...] Idealizei a fabricação de umas pás [...] tendo uma base de lucros, mais ou menos de um cruzeiro, por pá. Desse negócio estou vivendo e oito operários com suas famílias. Não faz ainda dois meses que comecei a fabricação. Antes do início fui a Alfandega saber se tinha de pagar algum direito e lá me disseram que pá estava enquadrada em aparelhos destinados à produção industrial, agrícola e pecuária, por isso estava isentos de direitos. [...] Agora Senhor Presidente, todo dia vem uma comissão de fiscais aqui. No primeiro dia vieram quatro, no segundo quatro e no terceiro, cinco. Lavraram um termo pra eu pagar uma patente e vão apreender as pás que eu já entreguei à Casa. Sou forçado a fechar tão miserável oficina, a falta de material para trabalhar, tudo devido à pressão do fisco. [...] Uma esperança ainda me resta Sr.Presidente é que V.Excia. ampare essa situação de despreparo em que me ache ordenando que esses fiscais me deixem viver. Não sou eu só que vou morrer de fome com meus filhos, mas também oito operarios e seus filhos. [...] Eu lhe peço Sr.Presidente que me favoreça. V.excia, só com uma palavra poderá salvar da fome mais

de cinquenta pessoas que somos nós e nossos filhos.⁹¹

Toda a solicitação é pensada através de uma linguagem que comova o presidente Getúlio Vargas de acordo com tudo aquilo que o próprio Estado Novo havia criado, ou seja, o caráter paternalista de quem enxerga todos filhos, os ama por igual e é capaz de tudo para vê-los bem. Ao realizar sua solicitação, Manoel deixa claro que não somente ele estará prejudicado, mas também todos os operários que com ele trabalham, àqueles mesmos operários que o varguismo havia jurado defender durante tantos anos. Para Manoel, era chegada a hora de receber não só em discurso, mas também em ações aquilo que o Estado Novo havia prometido até ali.

Para conferir a sua solicitação um caráter de verdade, anexa ao pedido duas fotos em que estão os trabalhadores da fábrica em pleno serviço:

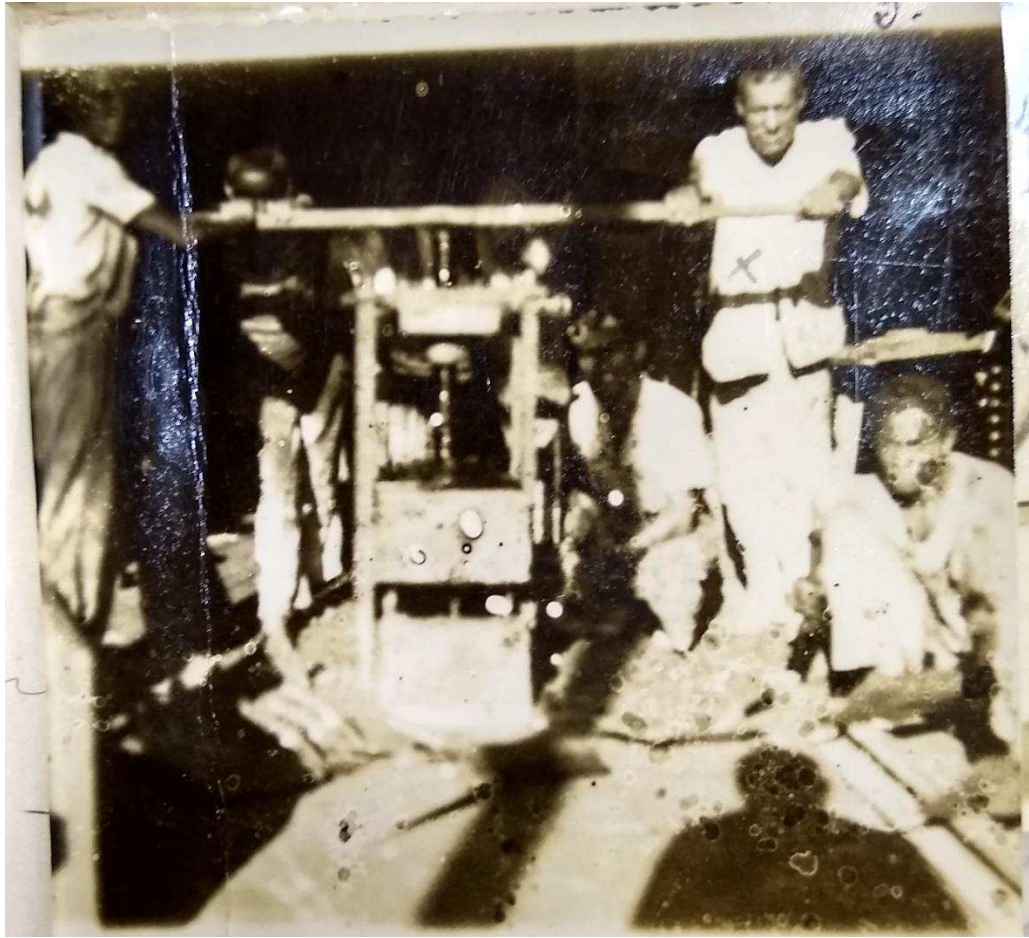
Imagem 6: “Para que V.Excia. veja o que é a fabrica de pás junto dois retratos em prensa em funcionamento, para que se faça uma ideia do que ela é.”



Fonte: Arquivo Nacional

Imagem 7: Trabalhadores olham atentos para a fotografia enquanto trabalham na fábrica de pás

⁹¹ SPR - 28181/1945.



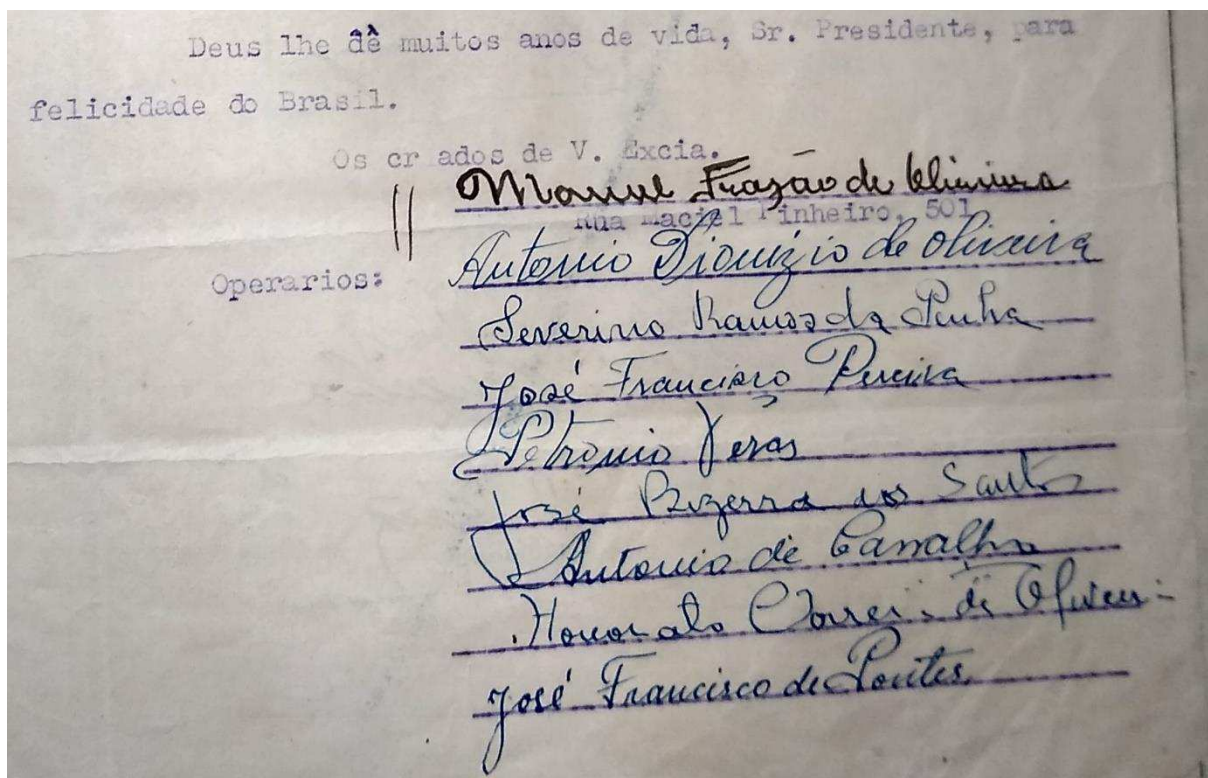
Fonte: Arquivo Nacional

É possível identificar através das fotografias que todos os trabalhadores são homens, onde existem pelo menos três adolescentes, ao mesmo tempo em que a maioria dele são negros. Como já era de esperar, não há qualquer equipamento de proteção, tema que no Brasil só ganharia ênfase muitas décadas depois. Os trabalhadores estão em volta da prensa responsável pela fabricação, é isso que o patrão que mostrar, são cidadãos brasileiros dignos, através do trabalho tiram seus sustentos e por lá devem permanecer. Manoel conclui a solicitação entregando sua vida nas mãos de Getúlio Vargas e diz: "Veja V.Excia. que eu não tenho ninguém por mim e é só por isto que venho incomodar, rogando a proteção de V.Excia. que abaixo de Deus é só quem pode me valer. Fico confiante que V.Excia. que tanta grandeza tem dado ao Brasil, me valerá dessa vez."

Por fim, expressando mais uma vez o caráter de união entre patrão e empregados, necessitados da ajuda do governo federal e alinhados dentro de uma mesma necessidade, sinaliza que "Esta carta Sr.Presidente vai assinada por mim e

os operários.”

Imagem 8: Assinaturas dos operários da fábrica de pá



Fonte: Arquivo Nacional

Todos os operários assinam a solicitação, significa dizer que de algum modo, todos os operários daquele espaço tiveram acesso às condições básicas de educação, algo incomum para a época ou, também não podemos desconsiderar, uma possível utilização de outras pessoas para assinarem em nome dos trabalhadores. De todo modo, Manoel viu para alcançar seu objetivo e se livrar das cobranças do Estado, seria necessário mais do que solicitar, pois somente a persuasão do seu texto seria capaz de tocar o coração do presidente e, para isso, nada mais justo que apelar para a estreita relação entre o operariado e o Estado Novo.

A resposta veio com uma riqueza de detalhes em que o fisco assume as visitas à fábrica, justificando que ocorreu “unicamente por termos chegado a conclusão de que era esse o unico meio de evitar maior evasão de imposto” sem qualquer “intuito de prejudicá-lo muito menos visando interesses materiais”. A oficina foi revirada, as gavetas foram abertas e lá foi encontrado um caderno com as movimentações

financeiras e de negócio “onde constatamos que o fabricante reclamante vendera a firma Sociedade Importadora de Maquina Ltda, Novecentas e quarenta (940) pás de sua fabricação, na importancia de Cr\$17.538.9, sem o pagamento do imposto de consumo⁹²” .

Mais uma vez a solicitação recebeu uma resposta negativa, aquém do esperado pelo solicitante, mesmo com todo o apelo discursivo e visual explorado por Manoel. É possível perceber que a leque de informações apanhadas pelo Estado em cada solicitação dá conta de uma dinâmica de comunicação que filtra quais solicitações serão atendidas e quando determinada solicitação é desconexa da realidade.

Até aqui, propusemos uma exposição dos tipos de solicitações que chegavam ao Estado Novo às vésperas do seu término, que ocorreria oficialmente com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. O intuito de detalharmos sob quais circunstância ocorriam e quais as expectativas nos diferentes tipos de solicitação tem até aqui um duplo intuito: em primeiro lugar, esmiuçarmos as condições de vida dos trabalhadores comuns em um cenário de Segunda Guerra mundial e, em segundo lugar, corroborar a hipótese levantada ainda no início do texto de que a adesão ao varguismo e ao Estado, bem como a sua permanência no governo da nação se traduz como um desejo de uma parcela da população que de alguma forma se viu beneficiado por toda estrutura montada desde 1930 no Brasil.

No caso da Paraíba, poderiam ser levantadas questões de adesão ao varguismo como consequência do “mártir João Pessoa” e sua ligação com a Aliança Liberal, mas o fato é que as solicitações observadas até aqui dão conta de outra dimensão acerca do reconhecimento conferido ao varguismo pelos paraibanos: foram as leis trabalhistas, advindas de um longo processo de transformação de sociedade brasileira, consequência da luta dos trabalhadores com a ascensão do capitalismo no país que permitiu o caráter de pertencimento por parte desses paraibanos ao projeto varguista.

Pouquíssimas foram as solicitações encontradas que davam conta de homenagens gratuitas; as homenagens, como pudemos perceber, existiam, mas em sua maioria vinham acompanhadas de uma necessidade de satisfação dos próprios desejos dos solicitantes. Para isso, lançavam mão de todo um arcabouço retórico

⁹² SPR - 28181/1945.

produzido pelo próprio Estado Novo na expectativa de serem atendidos.

O historiador Jorge Ferreira já havia posto – e nós concordamos – que

se os fundamentos político-ideológico implementado nos anos 30 pode ser estudado por meio de produção dos intelectuais engajados, pelos discursos dos governantes, pela propaganda política, literária, radiofônica e cinematográfica da época, nem sempre temos à nossa disposição o registro de ideias, das representações sociais e da maneira pela qual as pessoas pobres e os indivíduos comuns organizaram a realidade social em suas mentes (FERREIRA, 1990, p.25)

Assim, não é possível identificar passividade, como uma sugerem determinadas leituras desse passado. Muito pelo contrário, as ações dos cidadãos diante do varguismo expressam justamente o limite de ação que essas pessoas podiam alcançar diante de toda perseguição e desmobilização da classe trabalhadora promovida pelo Estado Novo.

É preciso pontuar que o início da década de 1940 até o fim do Estado Novo é marcado pela reivindicação do ideal de “democracia” da sociedade civil e das oposições, no entanto para a classe trabalhadora o tempo é dificuldade, seja no mercado de trabalho, seja pelos baixos salários, pelo ou aumento do custo de vida, ou mesmo pela ausência de oportunidades nesse cenário local. Foram inúmeros os casos de pedidos de emprego, quase sempre uma busca por cargos em departamentos públicos, recém ampliados pela interventoria local com o apoio do governo federal, como é o caso dos correios, dos serviços de obras contra à seca, das polícias e de tudo aquilo que pudesse ter a gerência do Estado.

De acordo com Carvalho (2015), a agenda do governo federal introduzira direitos sociais na frente dos direitos políticos, onde “os trabalhadores foram incorporados à sociedade civil por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independente” Entre 1939 e 1943, leis foram instauradas pela proibição das greves e o direito de livre manifestação, onde o autor conclui que “os setores menos organizados estavam dispostos a pagar o preço da restrição política para ter o benefício dos direitos trabalhistas e sociais.” (p.128)

Há um caso curioso que expõe bem essa relação de conflitos entre patrões e empregados na Paraíba — na contramão do discurso varguista. Dois irmãos, Germano e David, enviam solicitação ao Palácio do Catete para que um terceiro irmão, Francisco, seja transferido de Rio Tinto para o Rio de Janeiro, com o intuito de amenizar as perseguições que estavam ocorrendo na fábrica. A peculiaridade desse caso é que os irmãos trocam carta entre si, então além da relação entre Estado, há

também a relação familiar sendo exposta.

De acordo com a carta, os irmãos começam reconhecendo em Getúlio Vargas a capacidade de amparar as classes proletárias e “especialmente, protegê-las contra as injustiças de patrões desalmados que, olvidando os sagrados interesses de nossa Pátria, procurara, por todo os meios, obliterar o valor da humanitaria Legislação Social que nos outorgastes, perseguindo e humilhando e ameaçando os infelizes que tenham a má sorte de trabalhar em seus estabelecimentos.”⁹³ E seguem dizendo

Senhor Presidente, somos uma familia de operarios pobres e, como deveis saber, não temos possibilidade financeira para mandar buscar êsse irmão, que tem esposa e seis filhos, para juntos de nós, como é da propria vontade dele expressa em carta que nos enviou, porisso resolvemos apelar para o vosso bondoso coração, sempre pronto a pratica de caridade, pedindo-vos que faciliteis a vinda desse nosso irmão e de sua familia aqui para Niteroi, onde todos nós residimos e trabalhamos a fim de que em ambiente de mais justiça e tranquilidade, possa ganhar os meios subsistencia para criar a sua prole⁹⁴

Na cartas trocadas entre os irmãos, Francisco destacara os maus tratos, perseguições e suspensões que vinha sofrendo por parte dos chefes e ansiava pelo dia que pudesse revê-los, "eu sempre estou esperando este favor de mi mandar buscar, todos os operarios mais velhos na casa ja foro embora, eu fico com muita saudade da minha familia quase achora". Em outro momento do desabafo, francisco confessa ao irmão que "eu tenho já passado o dia sem comer, a falta de dinheiro, vivo muito endividado. Quizera Deus que chegase esse dia da viagem". Conclui a carta ao irmão apontando que o motivos de tais perseguições estão no fato de que ao ser chamado atenção, sempre "responde" aos chefes e por isso "vivo trabalhando assim, mal visto."⁹⁵

A solicitação recebida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o primeiro parecer obtido como resposta aos irmãos foram favoráveis à Francisco, pois apontava que

por não se tratar o presente caso de um encaminhamento de um trabalhador desajustado, sou de parecer que a solicitação em favor, desta venia, que a solicitação de passagens em favôr de Francisco Dantas da Silva e família deva ser solucionada favoravelmente, considerando que os irmãos deste, residentes na visinha capital do estado do Rio, lhe prestarão toda assistência material de que carecer e que a medida livrará essa infeliz familia de tão negra situação.⁹⁶

No entanto, o segundo parecer co Chefe 2º Secção fora desanimador. Por

⁹³ SPR - 29192/1945.

⁹⁴ SPR - 29192/1945.

⁹⁵ SPR - 29192/1945.

⁹⁶ SPR - 29192/1945.

razões técnicas, desaconselhou a transferência de Francisco, argumentando que além de não se tratar de um desempregado, "o deslocamento de operários especializados, dos estado para esta capital, agravará a falta de braços nos locais de onde se deslocaram, dificuldade, desta forma, os problemas regionais."⁹⁷

A luta por direitos, ou pela permanência destes, acarretaria em um novo capítulo da política nacional diante do cenário pós-guerra, a manifestação em prol da continuidade do governo de Getúlio Vargas. Assim, o *queremismo* foi um dos fenômenos ocorridos durante o ano de 1945 em vários lugares do Brasil, inclusive na Paraíba. É sobre o tema que discorreremos nas páginas a seguir.

⁹⁷ SPR - 29192/1945.

CAPÍTULO III

O QUEREMISMO EM CENA: O CAMINHO ATÉ ÀS ELEIÇÕES

Ainda vos faço um segundo pedido: para figurardes nas chapas dos futuros candidatos à Presidência da Republica. Asseguro-vos que, como simples funcionaria tenho observado de perto a opinião publica e os comentarios dos meus colegas; o povo paraibano em grande maioria está Convosco; creio que nos outros estados tambem o povo é inteligente e não vai esperar em promessas; e diz como nós: Getúlio não promete, JÁ DEU!!! Esperavamos até, que no dia do trabalho o operario levantasse a Vossa Candidatura. Sinto eu não podê-lo fazer. Mas o meu intusiasmo sincero, as minhas preces e a minha palavra para todos que tenho ocasião, são para vós querido Presidente. Esses ambiciosos não subirão... eles serão esmagados, o povo do Brasil, vós é reconhecido! [...] 8 de maio de 1945.

(Nilda Dantas Coutinho)⁹⁸

Os eventos ocorridos a partir de março dão conta de um cenário que possibilitaria um vislumbre de eleições para aquele ano. Já no mês seguinte, mais precisamente no dia 18 de abril, Getúlio Vargas assinara uma decreto em que determinava uma anistia⁹⁹ geral para os presos políticos que tivessem praticados crimes desde o ano de 1934. Assim, comunistas, integralistas e adversários políticos do governo foram soltos, perdoados e puderam participar livremente das eleições daquele ano.

Fato curioso e que dividiu opiniões nos diversos segmentos da sociedade foi o apoio ofertado pelo recém liberto e lider comunista, Luis Carlos Prestes à Getúlio Vargas, mesmo depois de a ditadura varguista tê-lo mantido preso durante nove anos e, não bastasse isso, ter também entregue sua esposa Olga Benário, grávida, à Alemanha Nazista. Sobre aquele episódio, ao ser questionado as motivações que o

⁹⁸ SPR - 22594/1945

⁹⁹A respeito ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7474.htm#:~:text=decreta%3A,Art.,da%20publica%C3%A7%C3%A3o%20d%C3%AAste%20decreto%2Dlei.&text=%C2%A7%202%C2%BA%20Consideram%2Dse%20conexos,Art.

fizeram tomar tal posição, Prestes respondera que:

Não houve propriamente aliança. Houve apoio. Eu estava na prisão ainda, e já apoiava o governo do senhor Vargas. Porque naquela época, o inimigo principal da humanidade era o nazismo, o fundamental naquela época era liquidar o nazismo. [...] Outros não comprariam isso. A UDN, por exemplo, era contra a remessa de soldados à Itália. [...] Então apoiar aquele governo era para apoiar os pracinhas. Eu não faço política baseados nos meus interesses pessoais, eu faço política de acordo com os interesses do povo, da situação concreta que estamos enfrentando.

Interessante constatar que entre as solicitações e homenagens proferidas à Getúlio Vargas pelos paraibanos, o nome de Luis Carlos Preste não aparece, ainda que gozasse de largo prestígio entre frações da sociedade, sobretudo entre os operários, ferroviários e afins. É mais um indício de que há muita sagacidade naquelas narrativas, pois eram escritas pensando também as omissões, aquilo que não poderia ser dito, sempre no intuito de alcançar as bençãos solicitadas. As honras ao varguismo e o elo constituído entre este e a classe trabalhadora poderá ser percebido de outras formas, não somente por meio de solicitações.

Desde janeiro de 1945, Getúlio Vargas já anunciava que pretendia convocar eleições para o final do mesmo. Diretamente de João Pessoa, Daniel Carlos Araújo expressava, através de telegrama, suas pretensões para o pleito “Patriotismo. Votarei em V.Excia com entusiasmos. Admirador¹⁰⁰.” Assim eram também os votos de Amalia Teixeira de Carvalho “rogo a Deus pela felicidade pessoal de V.excia. e que o mantenha no governo do nosso querido Brasil, para sua grandeza e felicidade de todos¹⁰¹.”

Se de um lado é possível identificar um apreço pela permanência do ditador à frente da condução do Brasil, por outro lado o movimento fora sufocado, silenciado e amplamente combatido por determinados setores políticos que disputavam o comando do país durante o processo de redemocratização.

Uma dessas figuras decisivas nesse processo foi José Américo de Almeida, ex-aliado de Getúlio Vargas até o golpe do Estado Novo (que colocaria um fim no propósito do paraibano de se tornar Presidente da República). Embora tivesse exercido um papel fundamental na Revolução de 1930, tendo sido nomeado como chefe civil do Norte e Nordeste e logo após se tornado Ministro da Viação e Obras Públicas, o cenário de 1945 apresentara outra realidade.

Na entrevista publicada no dia 22 de março de 1945, considerada um marco do

¹⁰⁰ SPR - 5584/1945.

¹⁰¹ SPR - 3885/1945.

fim da censura no Brasil, José Américo de Almeida informa que fora procurado pelo jornalista Carlos Lacerda para que concedesse uma entrevista, porém, havia um clima de tensão gerado pela forte repressão imposta pelo regime aos opositores por conta do Manifesto dos Mineiros¹⁰² em 1943.

Nesta hora não me nego a falar. Ao contrário, julgo chegado o momento de todos os brasileiros opinarem. Esta é uma hora decisiva que exige a participação de todos no rumo dos acontecimentos. [...] Todos devem intervir na vida pública, segundo sublinhou bem a Declaração de Princípios dos Escritores. Por isso mesmo saio do retraimento em que tenho mantido para manifestar uma opinião sincera em relação ao problema fundamental do meu país (ALMEIDA, 1945, p.21)

O rancor do entrevistado em relação a Getúlio Vargas tem precedentes bem plausíveis. O ex-governador paraibano teve sua candidatura à presidência oficializada e apoiada brevemente por Vargas em 1937, meses antes do golpe do Estado Novo, porém, seus planos foram frustrados. A sequência de falas atrapalhadas à imprensa e as crescentes acusações de associação aos comunistas acabaram desidratando qualquer possibilidade da sua candidatura.

Ainda em 1937, os comunistas se aproximaram de José Américo na medida em que suas entrevistas dava tons de aproximação com o proletariado, como por exemplo, quando disse “Eu sou o candidato dos pobres”¹⁰³, porém, essa aproximação acabou tendo efeito adverso, pois a instauração do golpe, já eminente, revelou que

Mesmo já estando politicamente derrotado quando se iniciou o ano de 1937, o proletariado, em função de suas timidas aparições espectrais na caminha presidencial (em especial na candidatura de José Américo), seria, como vimos, arditosamente invocado pelas forças bonapartistas e, mais particularmente, pelo próprio Vargas, para aceitar o temor burguês e levar a cabo seu acerto de contas final com as representações políticas da burguesia. (DEMIER, 2013, p.159)

Já em 1945, um dia após conceder a entrevista que fora publicada por Carlos Lacerda, José Américo de Almeida anunciou, sob muitos elogios, o nome do militar brigadeiro Eduardo Gomes como sendo o candidato da oposição. A partir da divulgação, o nome do brigadeiro ganhou força em toda imprensa nacional e trazia consigo elementos capazes de convencer: além de militar, havia sido um dos

¹⁰² Tratou-se de uma carta aberta assinada por intelectuais e liberais juristas do estado de Minas Gerais, ao qual solicitava o fim do Estado Novo e a reabertura do processo democrático. Por estratégia, o manifesto foi publicado justamente no dia 24 de outubro de 1943, aniversário da vitória da Revolução de 30, defendendo que o regime liderado por Getúlio Vargas já não possuía as características do movimento original.

¹⁰³ Correio da Manhã, 13 de julho de 1937.

sobreviventes dos 18 do Forte de Copacabana¹⁰⁴, era o representante-mor de um Brasil que precisava ser “resgastado” já que, segundo o discurso oposicionista, fora desvirtuado através de Getúlio Vargas e, sobretudo do Estado Novo.

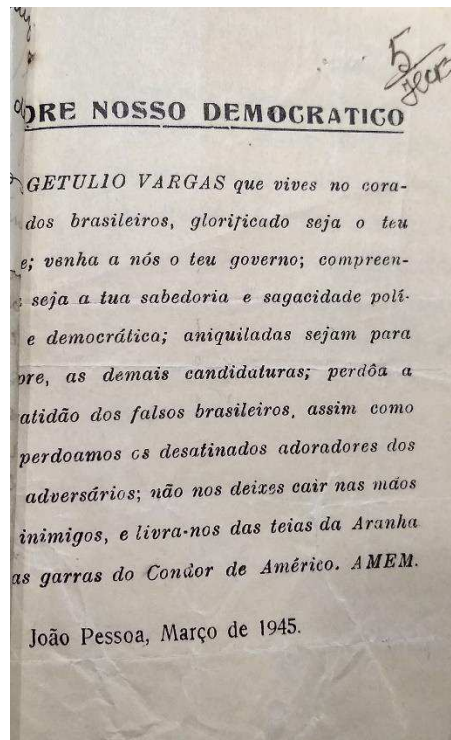
Essa aliança gestada nas fileiras anti-estadonovistas acabou resultando na construção da chamada União Democrática Nacional (UDN), grupo formado por uma classe média de estudantes, liberais, oligarcas, conservadores e até mesmo comunistas e socialistas que discordavam da orientação do partido. Segundo Araújo (1999), no estado da Paraíba os principais representantes estavam “ligados à burguesia – algodoeira e exportadora, sendo expressiva a sua base rural. Inicialmente, reuniu a maior força eleitoral do estado, ao congregar os dois maiores líderes paraibanos: Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida” (p.97)

Como já foi dito, é certo que a entrevista concedida por José Américo de Almeida representou um momento de ruptura na censura nacional, porém a base aliada do varguismo mantinha-se adepta, apesar de tudo. Luiza Guedes de Medeiros Correia, moradora da capital, uma semana após a entrevista concedida, enviara ao Palácio do Catete sua homenagem ao presidente em formato de prece: “Getúlio Vargas que Vive no coração dos brasileiros/ Glorificado seja o teu nome / Venha nós o teu governo / Compreendida seja a tua sabedoria e sagacidade política e democrática /Aniquiladas sejam sempre, as demais candidaturas/ Perdôa a ingratidão dos falsos brasileiros, assim como nós perdoamos os desatinados adoradores dos adversários/ Não nos deixei cair nas mãos do inimigo/ E livrai-nos das teias da Aranha e das garras do Condor de Américo. Amem! João Pessoa, março de 1945¹⁰⁵”

Imagem 9: Oração enviada ao palácio do Catete

¹⁰⁴ No dia 05 de julho de 1922 militares marcharam como forte de protesto aos moldes da política nacional e pela perda de espaço nas decisões que norteavam o país. O levante antirepublicano terminou com 1 morto, 1 ferido e vários militares presos.

¹⁰⁵ SPR - 10966/1945



Fonte: Arquivo Nacional

A oração é uma clara releitura do “pai nosso”, a oração mais conhecida do cristianismo. Nesse caso, há uma clara relação entre Getúlio Vargas e o divino, pois assim como Deus que não desampara seu filho, a imagem do ditador também fora associada ao homem cuja qual principal função era a de provedor das necessidades dos brasileiros. No último trecho, a Luiza chama atenção para o livramento desejado das “teias da Aranha” e as garras do “Condor do Américo”. Nesse caso, interpretamos como sendo uma menção aos ex-aliados de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e o próprio José Américo de Almeida, então opositores e colaboradores da campanha de Eduardo Gomes à presidência da República.

Imagem 10: Foto da missivista anexada à homenagem



Fonte: Arquivo Nacional

Com as oposições já se articulando para possíveis eleições que ocorreriam naquele ano, Getúlio Vargas assinara o decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que determinava que houvessem eleições dia dois de dezembro daquele ano. O texto deixa claro que seriam eleitores todos os maiores de dezoito anos nascidos em território nacional, com a exceção dos analfabetos, dos militares em serviço ativo, dos mendigos e daqueles que estivessem com direitos políticos privados por qualquer motivo que fosse; estabelecia ainda o voto facultativo para os inválidos, os maiores de 65 anos, os brasileiros que estivessem morando no exterior, os magistrados, os funcionários públicos que estivessem de férias, além das mulheres que não exercessem “atividades lucrativas”.

À medida em que a política nacional fora se encaminhando para uma disputa nas urnas, as campanhas políticas foram tomando as ruas na tentativa de construir o caminho até o Palácio do Catete. Assim, embora já tivesse um candidato da oposição, o fato é que Getúlio Vargas mantinha-se em silêncio sobre as suas posições para o momento nacional. Sobre a posição silenciosa do então ditador, Luiz Vergara, ex-secretário, aponta que

É verdade que apareceu depois o “surto queremista”, ao qual também se refere João Neves, deixando embora transparecer que o acolhimento dispensado por Getúlio Vargas às manifestações “queremistas” pareciam revelar a intenção de estimulá-las, justificando de algum modo as acusações dos adversários de pretender continuar no poder. São meras suposições e

contra elas cabe-me registrar o que ocorreu certa vez depois de êle receber uma dessa manifestações. Como os manifestantes insistissem em acentuar que assim procediam para trazer-lhe solidariedade e apoio naqueles momentos de conturbação em que a sua pessoa e o seu govêrno eram alvo de violentos e constantes ataques da parte dos inimigos políticos, recebia e agradecia aquelas provas de solidaderiedade sem maiores efusões. As suas palavras aos manifestantes eram taquigrafadas e eu depois as revia cumprindo suas instruções a respeito. Levando-lhe desta vez um dos “espiques”, sugeri não seria melhor evitar essas manifestações, que de certo modo se prestavam às explorações dos que viviam a proclamar seus propósitos “continuistas” e as reservas quanto à deliberação declarada por tantas vêzes de realizar as eleições na data marcada. Respondeu-me: “Talvez tenhas razão. Mas é preciso também considerar que êsses aqui que vêm espontâneamente trazer-me o confôrto de sua solidariedade, merecem da minha parte pelo menos um gesto de reconhecimento, que é o que eu faço recebendo-os e ouvindo-os com atenção e cordialidade. Não é do meu feitio maltratar ninguém e ainda mais aquêles que demonstram me querer bem. Aos inimigos jamais faltarão motivos para dizer mal de mim. Continuarão a explorar da mesma maneira o que eu não penso ou o que êles aham que eu estou pensando. Portanto, vamos para a frente. Quando as eleições se realizarem na data marcada e eu passar o govêrno a quem fôr eleito, espero que tudo isso estará superado e nós poderemos ir em paz para nossas casas.” (VERGARA, 1960, p.195-196).

Getúlio permaneceu sempre em silêncio e quando aparecia nos meios de comunicação era reafirmando as eleições que estariam marcadas para 2 de dezembro de 1945. Vários grupos da oposição tinham um certo receio de que Getúlio Vargas quisesse concorrer nas eleições e embora nunca tenha havido qualquer manifestação oficial nesse sentido, a sombra do golpe do Estado Novo ainda pairava sobre os diversos grupos políticos, causando medo.

Enquanto o clima da política nacional ia tomando rumos cada vez mais agitados, o dia 2 de abril de 1945 representou o acirramento das disputas em torno da eleição presidencial. O caso é que, em São Paulo, mais precisamente da Praça da Sé, ocorreu uma manifestação pró-candidatura de Eduardo Gomes, porém, enquanto essa manifestação acontecia, um grupo de trabalhadores humildes com panelas nas mãos avançaram sobre a manifestação aos gritos de “Nós queremos Getúlio”, “Viva os trabalhadores” (REIS, 2012, p.128) .

Não demorou muito para que outras manifestações surgissem e esse movimento sem rosto fosse tomando proporções em outros lugares do Brasil. Outro curioso caso ocorreu na cidade do Recife, em 6 abril de 1945, um mês após os acontecimentos de São Paulo. Seguindo a mesma lógica de uma manifestação antigetulista, o eufórico encontro que clamava por democracia e o abaixo ao Estado Novo acontecia normalmente, quando um jovem padeiro ao se confundir e achar que se tratava de uma manifestação pró-govêrno gritou “Viva Getúlio Vargas”. Após a

confusão, o jovem foi agredido e arremessado do primeiro andar do prédio, e embora machucado, conseguiu sobreviver. (FERREIRA, 2005, p.27)

Esse caso ilustra a dificuldade que a oposição udenista apresentava em conseguir convencer o trabalhador de que a opção por Eduardo Gomes representava também os interesses do proletariado. A falta de sensibilidade pôde ser sentida durante toda campanha, embora em algumas oportunidades tenham surgido diferentes formas de propaganda buscando persuadir o trabalhador comum.

Os dias se passaram e o 8 de maio de 1945 marca o dia que ficou conhecido no ocidente como sendo o dia da derrota nazi-fascista, comemorada a partir do anúncio feito em cadeia de rádio através do então primeiro ministro inglês Winston Churchill. A fotografia abaixo¹⁰⁶ se trata das comemorações realizadas em Campina Grande por ocasião da vitória dos Aliados.

Imagem 11 – “8 de maio de 1945. Marcha do povo campinense, liderado por sua juventude em comemoração à vitória dos Exércitos Aliados na Segunda Guerra Mundial”



Fonte: Lutas de vida e de Morte: fatos e personagens da história de Campina Grande 1945-1953.

Na fotografia que foi tirada na Rua Maciel Pinheiro, mais precisamente na

¹⁰⁶ Sylvestre, Josué. Lutas de vida e de Morte: fatos e personagens da história de Campina Grande 1945-1953. p.33

esquina com a prefeitura, é possível perceber vários manifestantes de todas as idades e com uma predominância masculina. A fotografia foi retirada à tarde, marcando o fechamento do comércio em prol dessa comemoração. Bandeiras dos Estados Unidos da América e do Brasil podem ser observadas, sendo importante frisar que no meio da imagem é possível perceber uma bandeira que carrega um semblante, possivelmente se trata do rosto do então presidente Getúlio Vargas, demonstrando que embora o Brasil estivesse se preparando para uma redemocratização, Getúlio Vargas, paradoxalmente, não parecia representar a mesma face de um nazi-fascismo à brasileira.

É possível reparar também que as vestimentas são opulentas para a época, bem como existe a presença de militares, logo, não se tratou de algo feito às pressas, sendo bem provável que tenha havido um planejamento para que ocorresse essa passeata. De acordo com o jornalista Epitácio Soares:

[...] Dia 8 de maio, mais ou menos às 14 horas, foi ouvido um espoucar de foguetões na cidade, que foi o sinal da cessação das hostilidades nas frentes de combate na Europa. O cidadão Ottoni Barreto Serrão, que captou a notícia em primeira mão, deu o aviso e imediatamente o comércio e as indústrias fecharam suas portas para que os comerciários e operários pudessem participar das comemorações do acontecimento importante para toda família humana. [...] A Praça da Bandeira, onde um serviço de alto-falante instalado no Edifício Esial divulgava músicas patrióticas, transformou-se no quartel-general dos festejos. (SYLVESTRE, 1980, p.30-31)

Ainda de acordo com o jornalista, esse momento foi de fraternidade entre todas as correntes políticas existentes em Campina Grande com falas de vários políticos que sem qualquer medo “pediam anistia para os presos políticos e volta do país ao regime democrático [...] a euforia durou três dias, com o povo às ruas pedindo a liberdade [...]” (SYLVESTRE, 1980, p.31)

O jornal estatal *A União* foi um entusiasta das festas de comemoração referentes à vitória dos aliados frente ao nazi-fascismo. Em foto publicada na capa do dia 10 de maio de 1945, os retratos mostram uma multidão reunida na noite anterior no Parque Solon de Lucena. Embora a qualidade de imagem não esteja tão nítida, mais uma vez é possível perceber vestimentas opulentas e pessoas de várias idades e gêneros, porém sem a utilização de bandeiras e faixas como ocorrera em Campina Grande.

imagem 12 – Manifestação em comemoração a derrota do nazifascismo.



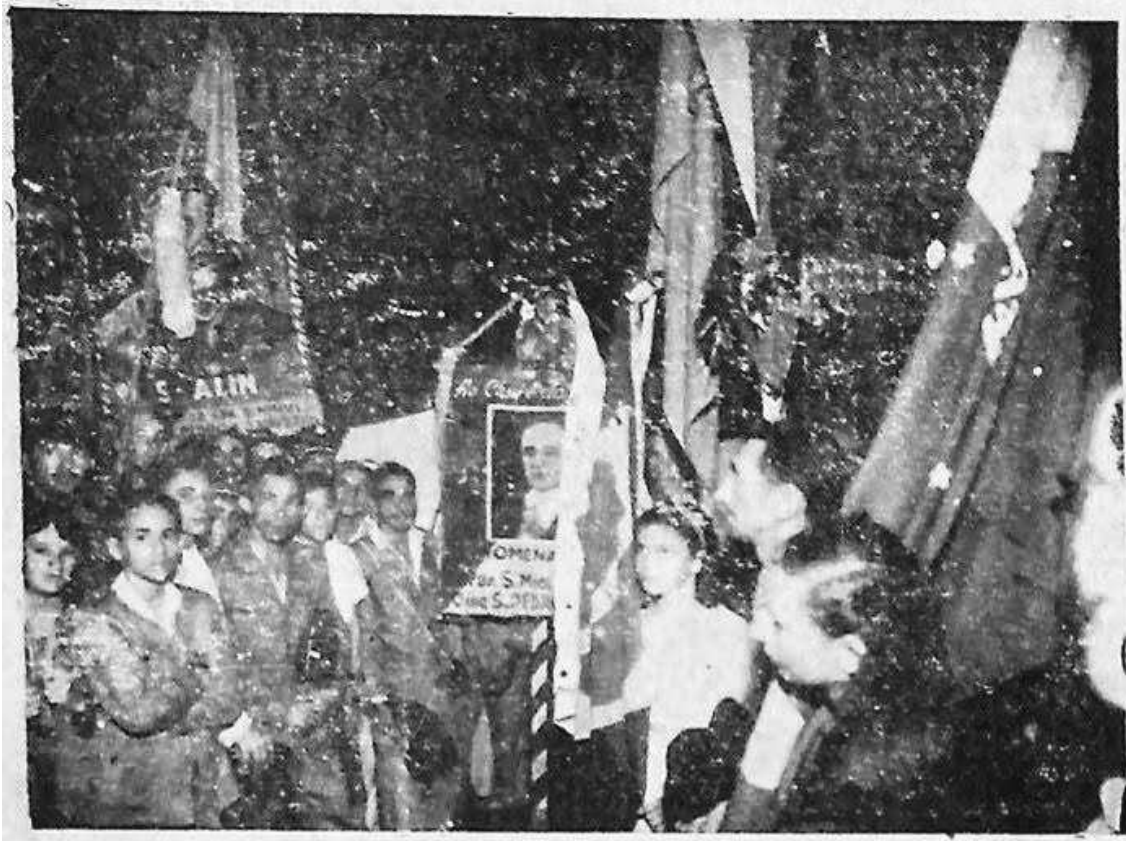
Fonte: Jornal A União, 10 de maio de 1945.

Embora fosse uma manifestação com claro apelo à democracia, não é possível perceber sequer uma palavra que desmerecesse o então presidente Getúlio Vargas, algo que era de se esperar com todo apelo pró-democracia que o período propunha. Sobre o dia na capital, o jornal escreveu que

O "Dia da Vitória" foi comemorado nesta capital de modo excepcional por todas as suas classes sociais, numa participação unanime de regosijo pelo esmagamento das hordas nazi-fascistas que se renderam incondicionalmente às poderosas tropas dos exercitos das Nações Unidas. Foi um dia intenso e justo entusiasmo, numa espontanea eclosão dos sentimentos patrióticos da nossa gente, sempre mobilizada para demonstrar a sua vocação às causas que ligam aos destinos dos povos livres. Difundindo-se numa só força expressional, representantes de todas as ideologias políticas, pondo de parte suas preferências partidárias, uniram-se nesse dia indescritível jubilo. (A UNIÃO, 10 de maio de 1945)

De acordo com NETO (2013, p.213), em 1945 "o antifascismo constituía o traço inerente dessas manifestações no primeiro quadriênio de 1945 na Paraíba". Embora haja problema de nitidez na fotografia, na imagem a seguir é possível ilustrar bem como diversos segmentos políticos da sociedade estiveram presentes nessas manifestações. Na mesma edição do jornal *A União*, na página 5, a foto a seguir é emblemática.

Imagem 13: Manifestação em comemoração a derrota do nazifascismo.



Fonte: *Jornal A União*, 10 de maio de 1945

A legenda da fotografia sugere: *“aspecto parcial da grande multidão que estacionou em frente ao Palácio, conduzindo bandeiras das Nações Unidas e retratos de líderes da democracia, a fim de ouvir o vibrante discurso do interventor Ruy Carneiro encerro as solenidades comemorativas do “Dia da Vitória”.* Homens e mulheres parecem olhar atentamente para a câmera do fotógrafo do jornal *A União* enquanto há o registro do momento sem qualquer objeção. Mais uma vez é possível identificar bandeiras do Brasil bem adornadas, porém, o que chama atenção ao centro é uma foto do presidente Getúlio Vargas, e embora as letras estejam pouco legíveis, uma delas se trata da palavra “homenagem”. Outro fato curioso na fotografia é que à esquerda podemos observar um grande mastro com a figura de Josef Stalin, claramente sugerindo a inserção de comunistas na festa da vitória, em um momento em que a criminalização do comunismo, através do jornal *A União*, havia diminuído em razão do apoio da União Soviética contra os países do Eixo. A criminalização tornaria a ocorrer a partir das eleições de 1947, sendo o comunismo até mesmo associado ao satanás com a colaboração fundamental da Igreja¹⁰⁷.

¹⁰⁷ NETO, Faustino Teatino Cavalcante. *A História Política por meio da Imprensa: o anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947)*. EDUFGC.

Nesse momento, portanto, democracia e comunismo não pareciam estar em lados opostos da trincheira, pelo contrário, eram duas palavras que trilhavam um mesmo caminho. O jornal inclusive chega a mencionar a criação de um Comitê estadual do Partido Comunista na Paraíba, inaugurado no dia 21 de julho, "agremiação política que obedece á orientação do sr. Luiz Carlos Prestes."¹⁰⁸ O reconhecimento do papel do Exército Vermelho na vitória sobre os países do Eixo e uma atenção aos comunistas logo seria abandonado e posto em prática um outro tipo de discurso que atendesse aos interesses do jornal.

Um jornal tem, por definição, a ilusória obrigação de informar e levar ao leitor as notícias de uma maneira responsável, justa e imparcial. No entanto, para que não sejamos ingênuos, é preciso atentarmos para o fato de que o funcionamento de um periódico está também diretamente ligado as intenções que tal meio de comunicação deseja incubir na sociedade. Nesse sentido, o filósofo italiano Antônio Gramsci nos auxiliará na compreensão dessas complexas relações entre imprensa e sociedade.

De acordo com Gramsci, a relação que nós podemos conceber dentro de uma sociedade vem imbricada em suas diversas esferas, sejam elas sociais, políticas ou mesmo econômicas. No entanto, ainda que essas esferas existam, elas também possuem um certo grau de autonomia. Assim, cada uma dessas esferas carrega consigo um dever que assume um propósito final: a manutenção ou maximização de uma estrutura que buscar iludir o trabalhador e hipertrofiar sua própria dominação de classe.

Nessa relação de totalidade, tendo em vista que não somente o econômico exerce um papel definitivo na vida do sujeito, Gramsci pretende pensar as funções de alguns aparelhos de dominação de uma sociedade que são submissos ao Estado. Nesse sentido, afirma

Na realidade, o Estado deve ser concebido como "educador" na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos da superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de "racionalização", de aceleração e taylorização..." (GRAMSCI, 2007, p.28).

Ao analisar o Estado, o autor italiano passa a percebê-lo dentro de uma concepção de *Estado ampliado*, ou seja, uma legitimação buscada em duas frentes:

¹⁰⁸ Jornal A União, 18 de julho de 1945.

na primeira, a classe dominante possui o monopólio dos instrumentos de coerção da sociedade e da aplicação da violência, isto é, a polícia, o exército e as próprias leis que atendem as suas próprias necessidades; e, no segundo caso, o filósofo lança mão do conceito de *sociedade civil* para esmiuçar como existem organismos institucionais dentro de uma sociedade que são responsáveis diretos pela construção, difusão e manutenção de uma determinada *ideologia* ou *status quo*, pelo convencimento, pelo consenso, nesse caso: as escolas, os partidos e principalmente os jornais. Todo esse segundo bloco compõe aquilo que o autor determinou de *aparelhos privados de hegemonia*.

Para Gramsci, a hegemonia em uma sociedade pode ser traduzida como uma complexa relação entre política, cultura e dominação. Se mostra como um modelo de predomínio de uma fração da sociedade sobre outras onde tais ações são impostas através de um certo grau de consentimento e força, através de uma imposição disfarçada de homogeneidade. O autor destaca ainda que

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. (GRAMSCI, 2005, s./p.)

O exercício da imprensa é, portanto, ideológico e está no campo das disputas que englobam toda uma sociedade. No caso do jornal *A União*, por exemplo, é perceptível que estava à serviço da interventoria do estado que, por sua vez, servia a burguesia urbana-industrial, constituindo uma verdadeira força em prol da candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, ainda que esse apoio exclamativo não tenha ocorrido através do então ditador Getúlio Vargas, vindo a ocorrer somente duas semanas antes das eleições marcada para o dia 02 de dezembro.

Se pudéssemos elencar em blocos, é possível dizer que o ano de 1945 fora marcado por outros dois grupos exercendo influência na política paraibana: o primeiro é formado pelo Partido Social Democrático (PSD) e o segundo pelos adeptos de Getúlio Vargas, sobretudo na figura de Eptácio Cavalcanti de Albuquerque que tinha na sua base também alguns membros socialistas, onde buscou fundar o Partido Popular Sindicalista (PPS).

3.1 DISPUTA E SILENCIAMENTO: OS GRUPOS SITUACIONISTAS NA PARAÍBA (1945)

Um meu amigo, impressionado por êsse estado de espírito, indagou de um chofer de praça que o conduzia, [...] se também era "queremista". Respondeu que sim. - Mas por quê? Encheu-se ele de espanto. E lembrou-lhe os males do regime que quer continuar: o desgoverno, a carestia, os escândalos e, sobretudo, o câmbio negro da gasolina que era, no seu caso, o interesse mais atigido. O chofer reconhecia tudo. Para êle, tudo isso era verdade. Mas confessou, com um mistério nos olhos e a voz meio abafada, as razões secretas do seu "continuismo":

- Não é por êle: é pelo que vem depois...

(ALMEIDA, 1945, p.140)

O trecho retirado do livro *1945 – discursos*, descreve bem o sentimento que a partir daqui pretendemos esmiuçar. A frase que interrompe o diálogo é simbólica e retrata uma insegurança por parte do trabalhador a respeito do que aconteceria com a saída de Getúlio Vargas e o ingresso de um novo presidente, mesmo que em um modelo dito democrático.

Toda legislação social que o varguismo lançou mão, ofertou ao trabalhador brasileiro uma identificação com a pauta trabalhista, tendo em vista que resultou em uma diminuição da exploração vivida pelas novas relações de trabalho impostas pela modernidade de tal modo que a derrubada do regime poderia representar também uma instabilidade de tudo aquilo que havia sido alcançado até então.

Antes de iniciarmos esse debate, é importante ressaltarmos as dificuldades de localizar os grupos adeptos da continuidade de Getúlio Vargas à frente da presidência nas fontes históricas¹⁰⁹. O silenciamento desses grupos ocorreu de tal modo a garantir a sustentação das duas principais propostas na Paraíba: de um lado, Eduardo Gomes

¹⁰⁹ Nas fontes consultadas, sejam revistas, jornais, entrevistas ou arquivos pessoais, o tema não aparece, ou, quando muito, é sempre tratado da maneira breve, sem importância. Jornais operários/opositores estavam silenciados e/ou fechados. No IHGP, por exemplo, só há uma revista no ano de 1945, intitulada *Revista Vitória*, e ainda sim trata de uma revista de cunho agropecuário. Gaudêncio (2012) aponta a ausência de revistas em Campina Grande durante o período do Estado Novo e justifica como um dos motivos sendo a possível ausência de papel devido a exportação gerada pela Segunda Guerra Mundial.

pela UDN; do outro, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático e apoiado por alguns grupos da elite paraibana, entre eles a oligarquia Carneiro, família do então interventor do estado Ruy Carneiro, que trabalhou de maneira decisiva pela vitória do então general no pleito de dezembro.

Como mostrou Araújo (1999), os jornais operários paraibanos foram silenciados a partir de 1935 dentro de uma perspectiva anticomunista que, do ponto de vista prático, representou o fechamento dos jornais e a perseguição aos seus redatores e patrocinadores, onde nesse caso se trata da própria classe trabalhadora. Por outro lado, a criação dos sindicatos existindo sob a tutela do Estado com certeza representou uma verdadeira desconstrução de qualquer perspectiva de mudança radical naquele cenário político da década de 1940.

Ainda de acordo com a autora, é possível identificar que a década de 1940, na Paraíba, o censo registra uma atuação de pouco mais de 15.000 operários trabalhando na Paraíba, um número menor em relação aos grandes centros do país, por isso as chances de encontrar tais manifestações organizadas acabam sendo menores proporcionalmente.

Outro traço marcante da Paraíba no ano de 1945 era influência que as oligarquias exerciam no cenário político. Um dos casos é o grupo formado pela família Carneiro, tendo como seus principais articuladores Ruy Carneiro, então interventor da Paraíba desde 1940 e o seu irmão, o médico Janduhy Carneiro, ex-prefeito de Pombal e presidente do PSD na Paraíba. Ainda de acordo com Araújo (1999), na Paraíba o “partido contava com o maior número de representantes da burguesia industrial e comercial, embora o apoio dos grandes proprietários rurais fosse imprescindível para a concretização de suas vitórias.” (p.97). Na década de 1970, ao ser perguntando sobre a força do partido às vésperas da eleição, Ruy Carneiro responde que

Sim, o PSD era forte. Mas a UDN, onde estavam os elementos mais poderosos econômica e politicamente, era contra nós. Politicamente havia um certo equilíbrio, mas a UDN era muito forte na Paraíba. (CPDOC, 1977, p.23)

O grupo apoiado por Ruy Carneiro tinha a seu favor a utilização da imprensa como meio de reprodução das ideias que os interessavam. O jornal estatal *A União* era o jornal com maior alcance no estado naquele momento, sendo impresso e entregue em várias cidades e, portanto, com uma grande capacidade de influenciar na eleição.

Uma grande propaganda pró-candidatura de Eurico Gaspar Dutra é difundida

no jornal, quase sempre acompanhado de capas e grandes reportagens que evidenciavam o general como sendo a representação máxima do continuísmo e da democracia para o país. Assim, era comum encontrar durante o ano de 1945 manchetes e reportagens que denunciavam o candidato Eduardo Gomes como insuficiente para os anseios dos paraibanos. Mas, e Getúlio Vargas, como fora representado? E os adeptos do varguismo, que voz tiveram?

Bom, nesse caso é importante ressaltar que a tentativa de construção de um bloco que pudesse reivindicar uma continuidade de Getúlio Vargas teve como protagonista o então ex-senador da Paraíba, Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque¹¹⁰, filho do ex-governador João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A força política de Eptacinho (carinhosamente apelidado) era exercida majoritariamente em cidades como Campina Grande¹¹¹ e João Pessoa, através da sua relação de proximidade¹¹² com Getúlio Vargas e da sua ambição em se tornar interventor da Paraíba, tendo em vista que já havia se envolvido em polêmicas como o caso de um dossiê¹¹³ feito por ele e enviado ao Palácio do Catete, desempenhando um papel importante na substituição de Argemiro de Figueiredo por Ruy Carneiro em 1940.

Segundo Josué Sylvestre (1980):

Tentando reeditar práticas anteriores, organizaria uma dissidência paraibana do PSD. Pretendendo dar-lhe autonomia realizou também uma Convenção daquela “sublegenda” a 16-7-1945 no Cine Babilônia. Impedido pela lei de levar adiante o seu propósito, terminaria chefiando o P.T.B paraibano, depois de ligeira passagem pelo Partido Popular Sindicalista. (p.28)

Essa convenção citada na obra de Josué Sylvestre não aparece em momento algum nas edições posteriores do jornal *A União*, tampouco a anunciando com

¹¹⁰ Em 1945, com o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em cuja legenda elegeu-se, em 1947, suplente de senador pela Paraíba, com o apoio da União Democrática Nacional (UDN). Assumiu o mandato pela primeira vez entre 10 de novembro de 1950 e 12 de fevereiro de 1951, retornando definitivamente ao Senado no mês seguinte em virtude da renúncia do titular da cadeira, Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro, nomeado procurador da Prefeitura do Rio de Janeiro. Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque faleceu no Rio de Janeiro em pleno exercício do mandato, no dia 24 de agosto de 1951. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuquerque-epitacio-pessoa-cavalcanti-de>

¹¹¹ No ano de 1945, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município contava com 141.266 habitantes, cerca de 8,87% em relação à população do Estado (1.592.842 habitantes). No Censo Demográfico de 1940, foram encontrados 126.139 habitantes no município, enquanto o distrito da sede contava com 47.446 pessoas, das quais, 33.818 nas áreas urbana e suburbana. Cf. SYLVESTRE, Josué: *Lutas de vida e morte: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953)*

¹¹² A respeito ver: PESSOA, Pedro Henrique Costa. *A teatralização da morte: imagens do poder no velório de Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1951)*. 20p. UEPB, 2020.

¹¹³ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/NAG/impresso/desmascarando-um-mistificador-erros-e-desmandos-do-atual-governo-da-paraiba-1935-1940>

antecedência. Há, pelo contrário, no dia 18 de julho de 1945 uma exaltação ao lançamento da candidatura oficial do general Eurico Gaspar Dutra à presidência. Assim, é possível pensar que a convenção proposta por Epitacinho fora calculada de maneira proposital, coincidindo com a data do lançamento da candidatura do então ministro da guerra¹¹⁴.

Um dia após a convenção queremista que tivera ocorrido no Cine Babilônia, o jornal *A União* faz questão de enfatizar o lançamento da candidatura oficial de Eurico Gaspar Dutra à presidência. Entre as notícias do dia era possível perceber que havia uma grande cobertura em torno da Segunda Guerra, prática que, aliás, era comum durante todo o conflito, mas também questões relacionadas à política local, ao esporte e aos outros aspectos da sociedade. De acordo com o periódico, realizada no Rio de Janeiro, “constituiu um notável acontecimento político a grande convenção nacional do PSD realizada, ontem, no Teatro Municipal”. (*A UNIÃO*, 18 de julho, p.2)

“E a campanha de Dutra, foi feita na Paraíba?” a pergunta realizada pelo entrevistador ao ex-interventor Ruy Carneiro na década de 1970 teve como resposta a seguinte frase: “Foi feita, fizemos a campanha dele”¹¹⁵. Fazer a campanha de Eurico Gaspar Dutra era também negligenciar os demais candidatos, muito embora existisse uma vontade popular que estabelecia um conflito de interesses entre aquilo que gostaria o jornal e o desejo de uma camada da população.

Assim, o segundo semestre de 1945 é utilizado para estabelecer uma relação de proximidade e unicidade entre Getúlio Vargas e o general Eurico Gaspar Dutra. De acordo com o jornal, eram a face de uma mesma moeda, manifestos de um projeto de nação democrático e verdadeiramente ligado aos anseios dos paraibanos. Getúlio Vargas nunca apareceu em sequer uma página do jornal *A União* como sendo possível candidato ou admitindo a possibilidade da sua permanência à frente do Brasil. No dia 31 de agosto, por exemplo, em letras garrafais há o seguinte anúncio:

O presidente Getúlio Vargas declara que se aproximava o fim de suas atividades" Como o chefe do governo falou a multidão que o aclamou em frente ao Palácio Guanabara - "Quero apenas presidir as eleições para que o povo brasileiro escolha livremente seus representantes. (*A UNIÃO*, 31 de agosto de 1945)

O que o periódico silenciou de maneira proposital foi que o pleito eleitoral de

¹¹⁴ Jornal *A União*, 18 de julho de 1945.

¹¹⁵ Entrevista de Ruy Carneiro ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, 1977, p.23; A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/rui-carneiro>

dezembro contava com diversas correntes de pensamento e que uma delas em especial poderia sinalizar um movimento de continuidade do então presidente Getúlio Vargas, se tratava justamente dos queremistas paraibanos. Como encontrá-los? Através dos *rastros*.

Para usar o termo proposto por Carlo Ginzburg (1987) no texto *sinais: raízes de um paradigma indiciário*, é preciso considerar que o historiador, enquanto profissional, parte de um determinado método que o permite estabelecer conclusões verossímeis de acordo com a análise de determinadas fontes. Assim como um médico se orienta pelos sintomas que o determinado paciente apresenta para determinar sua doença, ou como o crítico da arte percebe nas minúcias a falsificação de uma obra, para o historiador há também uma forma de conhecer o passado: seja pela literatura, pela poesia ou pelos mitos. No meio desse caminho há um profissional que percebe os indícios de um passado e tenta reconstruí-los rastreando sinais.

Se o jornal *A União* expressou a desistência do então presidente Getúlio Vargas no dia 31 de agosto, alguns dias antes a imprensa carioca e pernambucana parecia anunciar um movimento contrário em terras paraibanas. A imprensa noticiara: “o mal (queremismo) havia alastrado por outros Estados da região Nordeste como a Paraíba”¹¹⁶. Um outro jornal, o *Diário Carioca*, do dia 20 de agosto de 1945, teceu olhares acerca do que acontecia na Paraíba no momento de redemocratização. Acompanhemos:

O REPRESENTANTE DO INTERVENTOR LANÇA O
"QUEREMISMO" NA PARAÍBA — CAMPINA GRANDE — Paraiba, 20
(AGOSTO) — Em um banquete realizado na noite de ontem em homenagem ao interventor do Estado foi lançada oficialmente neste Estado a candidatura do sr. Getúlio Vargas á presidência da Republica. O sr. Clovis Lima, presidente da Junta de Conciliação do Ministério do Trabalho e autor do lançamento da candidatura continuista, entre outras coisas disse no seu discurso: "Getúlio foi e será o presidente do Brasil por que, nós queremos. Nós não consentiremos que Getulio entregue a nação aos politiqueiros que só desejam o Poder. O sr. Clovis Lima falou em nome do interventor federal no Estado, que por ele se fez representar no referido banquete. (DIÁRIO CARIOCA, 20 de agosto, 1945)

Aqui é possível identificar uma versão contrária daquilo que vinha sendo colocado até então pelo jornal *A União*, pois segundo os dois principais jornais cariocas em circulação no ano de 1945, a candidatura de Getúlio Vargas teria sido oficializada dez dias antes através de Clovis Lima, então secretário de governo, a mando de Ruy Carneiro. Esse choque de informações que existe na imprensa é fruto

¹¹⁶ Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945.

também do choque de interesses que seus redatores têm ao publicar determinada notícia, pois a própria classe dominante não é homogênea e traz consigo contradições intraclasses, assim,

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico) (LAPUENTE, 2015, p.9)

É possível relativizar em que medida há um movimento queremista organizado que vai às ruas pedir a permanência do ditador à frente da presidência, mas o que é inegável é a existência de queremistas por toda a Paraíba. Ainda antes do início das movimentações acerca da corrida presidencial, quando o que se tinha era somente a possível recondução do país a um modelo democrático, uma carta que chega ao Palácio do Catete enviada às 15h do dia 21 de fevereiro de 1945 solicitava a seguinte questão:

Aproximando-se o grande pleito eleitoral que decidirá de sorte da Nação Brasileira, ao qual nenhum cidadão que reside em nosso Brasil poderá ficar a margem e como sou de nacionalidade portuguesa residindo neste País há 43 anos sendo casado civil e religioso com brasileira há 31 anos com 18 filhos e netos todos brasileiros venho consultar a Vossência se me é permitido votar nas próximas eleições assistindo-me assim mais uma oportunidade de cooperar com o Governo de Vossencia concorrendo com o meu humilde voto para a grandeza desta pátria pioneira da democracia. Rua Dr. João Tavares 552 Campina Grande. Cordiais saudações. Alipio Gouveia.¹¹⁷

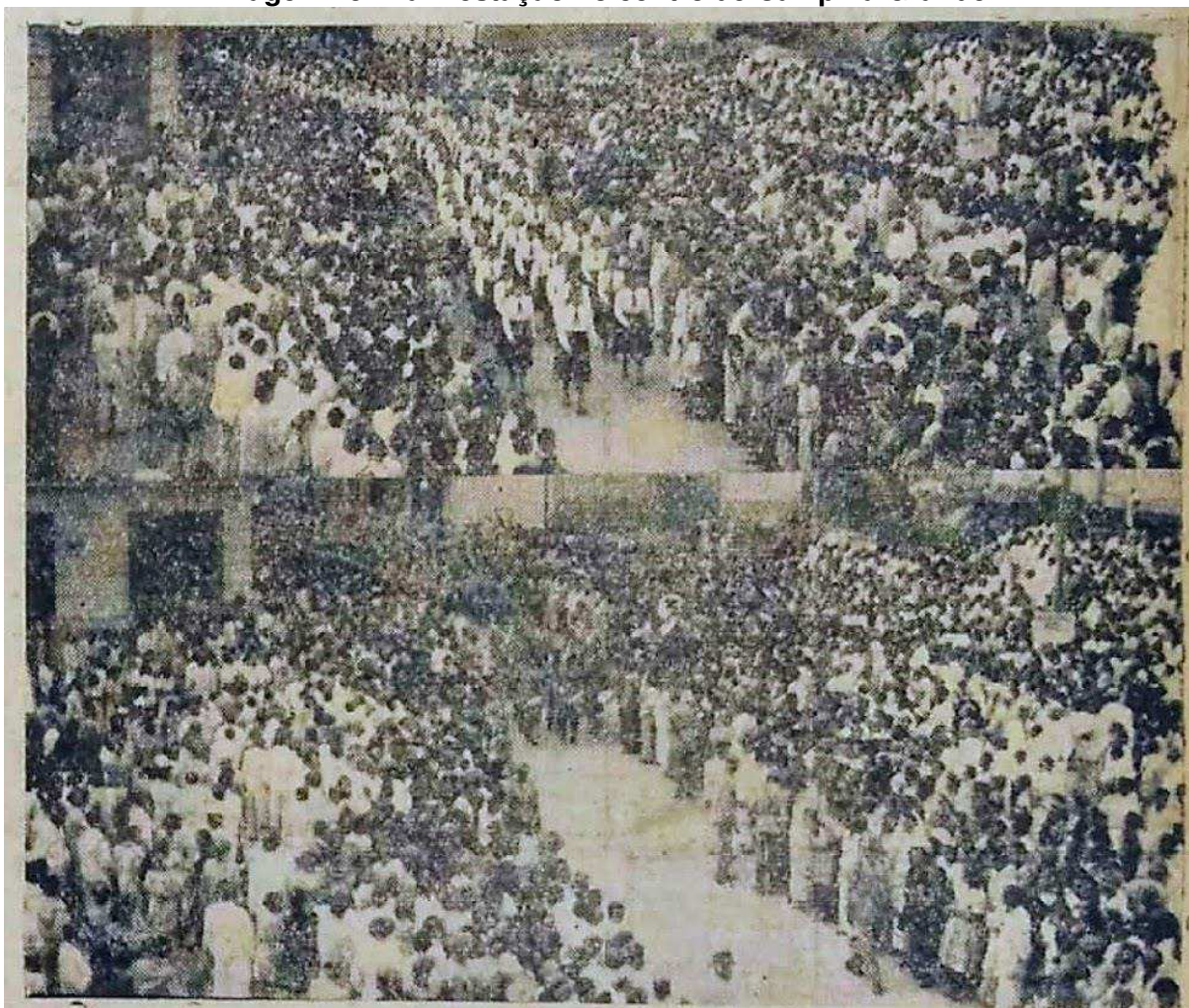
A solicitação de Alipio ficou sem resposta, porém, é possível dizer que certamente ele não alcançou o direito ao voto, pois o voto no Brasil era vedado a qualquer estrangeiro e somente permitia que pessoas naturalizadas possam votar, algo que certamente não era o caso do solicitante queremista. Como mostrou Reis (2012), em alguns momentos é possível até perceber um caráter dramático nas solicitações, como foi o caso do telegrama enviado ao Palácio do Catete pelo campinense Cristino Suassuna. Na solicitação, ele diz: “Infeliz do Brasil se Vossencia deixar o governo. Podendo, não deixe de modo algum. O país precisa de vossa permanência.” (p.61)

É possível que muitos Alipios e Cristinos estivessem naquela manifestação

¹¹⁷ SPR - 6280/1945.

anteriormente apontada pelo Diário Carioca e pelo Correio da Manhã como sendo o surgimento do queremismo na Paraíba, mais precisamente em Campina Grande. Para aquele dia, também existem registros.

Imagem 15: Manifestação no centro de Campina Grande



Fonte: Fotografia recortada do Jornal A União, 21 de agosto de 1945.

Nessa fotografia chama atenção a multidão reunida em torno de um desfile realizado por escolares campinenses em comemoração ao quinto ano do governo Ruy Carneiro. Embora a prática tenha sido extinta, era comum que houvesse esse tipo de comemoração anual que quase sempre vinha acompanhada da inauguração de alguma obra, onde nesse caso se tratou do início das atividades do abastecimento d'água da Vila de Joffily.

Nenhuma palavra dedicada ao queremismo ou a uma possível candidatura de

Getúlio Vargas à presidência, seu nome sempre aparece acompanhado da exaltação a Ruy Carneiro ou da relação de continuidade que representa a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Um dos líderes políticos de Puxinanã, Zoroastro Coutinho, presente no jantar para 150 pessoas após a inauguração da obra fez um efusivo discurso de aclamação ao interventor e gritou a plenos pulmões: “Viva o Dr. Ruy Carneiro! Viva o Dr. Getúlio Vargas! Viva o general Eurico Dutra!”¹¹⁸

Imagem 16: Uma tarde queremista nas ruas de Campina Grande.



Fonte: Fotografia recortada do Jornal A União, 21 de agosto de 1945.

Nas 7 páginas do jornal endereçadas à cobertura do evento, foi possível identificar o discurso completo de inúmeros personagens políticos da região, desde as cidades do Sertão, passando pelo Brejo e também da capital. Discursos estes que foram colocados na íntegra e que nada remontam ao queremismo. No entanto, na última página, de maneira muito discreta, o periódico expressa o discurso do então secretário Clovis Lima, aquele que fora apontado como o semeador do queremismo em Campina Grande naquela noite. Sobre a fala do político o jornal limitou-se a dizer que

BRINDE DE HONRA AO PRESIDENTE VARGAS

Em seguida, ergue-se o dr Clovis Lima, destacada figura do P.S.D, que, em incisivas palavras e depois de rápidas apreciações do momento nacional,

¹¹⁸ Jornal A União, 21 de agosto de 1945, p.5

traçou o perfil do eminente presidente Getúlio Vargas, convidando os presentes a erguerem um brinde de honra à pessoa do Chefe da Nação.¹¹⁹

Essas fotografias foram tiradas pelo fotógrafo do periódico a partir de uma sacada onde é possível visualizar uma multidão sem rosto, um claro apelo a ideia de “povo” ao qual o jornal sugere que tenham participado quinze mil pessoas. Por tudo que já fora dito, nós não poderíamos esperar que existissem fotografias que sugerissem um campo conflituoso em torno das eleições. No entanto, as disputas estavam acontecendo nessa sociedade paraibana e podem ser observadas de inúmeras formas. Por último, nessa mesma edição, o jornal noticia um suposto motim gerado por trabalhadores na fábrica de Rio Tinto. Segundo o jornal:

Numerosos grupos de operários irritados com certas medidas da empresa, depredou-se as casas de residência dos alemães ali domiciliados. Também foi invadida a casa senhorial dos irmãos Lundgren, sendo danificadas as instalações internas. [...] Não houve acidentes pessoais, sendo poupados igualmente os estabelecimentos fabris. (A UNIÃO, 1945, p.4)¹²⁰

Ainda segundo o jornal, já estaria agendada com setenta e duas horas do ocorrido uma reunião com o delegado do Ministério do Trabalho para que pudesse ser encontrada uma solução “afim de promover ali as medidas adequadas á normalização das condições do trabalho e à observância das leis sociais em vigor”¹²¹. Tais manifestações demonstram que embora havia muito tempo o proletariado estivesse desestruturado e o país estivesse passando por uma transição, não era motivo para inércia, pois a legislação social era lugar comum na experiência de vida dos trabalhadores.

Assim, *experiência* deixa de ser só uma palavra e transforma-se em um conceito que demonstra que a relação dos trabalhadores com a estrutura ao qual estão condicionados pode sofrer alterações à medida que a vida do trabalhador comum sofre mudanças depreciativas ou estagnações que o impedem de sobreviver. Ao expor uma crítica ao estruturalismo de Althusser, o historiador inglês Edward Palmer Thompson sugere que os homens e mulheres que experimentam as condições de trabalhos do modo de produção capitalista consegue agir contra a exploração mesmo que os níveis de ação possam ser desequilibrados na balança. Segundo o autor:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que

¹¹⁹ Jornal A União, 21 de agosto de 1945.

¹²⁰ Jornal A União, 21 de agosto de 1945.

¹²¹ Jornal A União, 21 de agosto de 1945.

experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182)

Longe de Rio Tinto, do outro lado do estado, na cidade de Monteiro, uma manifestação de quereristas paraibanos foi apontada pelo jornal pernambucano *Diário do Pernambuco*, periódico que também circulava nas cidades da Paraíba. No dia 23 de setembro de 1945 o jornal faz o seguinte apontamento:

O QUEREMISMO NA PARAÍBA: FRACASSO DUM COMÍCIO PROMOVIDO EM MONTEIRO

RECEBEMOS DA CIDADE DE MONTEIRO, Est. Da Paraíba: "Em meio a mais completa indiferença povo chegou esta cidade hoje caravana continuísta chefiada pelo secretário de Agricultura. Marcado para dezessete horas grande comício larga e antecipadamente anunciado. Este deixou de realizar-se, redundando em inteiro fracasso, visto o povo espontaneamente ter deixado a feira, regressando aos sítios e fazendas muito antes da hora marcada para oradores deitar falação. Não obstante os esforços dos promotores da vinda de caravana e seguidos dobrados da banda de música contratada para aquele fim, a população permaneceu firme em seu desinteresse pela anunciada concentração quererista. Ficando a tribuna previamente preparada como uma espécie de caixão mortuário dos governistas".

A manifestação quererista realizada pouco mais de um mês antes da deposição de Getúlio Vargas demonstra a tentativa do jornal em desqualificar a manifestação como sendo dispersa e pouco aderida pela população. Segundo o jornal, o comício teria ocorrido por iniciativa do então secretário de Agricultura da Paraíba, que era justamente José Joffily Bezerra¹²², o mesmo que deu nome à vila ao qual se comemorou a inauguração do abastecimento de água e onde o quererismo teria sido lançado diante de 15 mil pessoas em Campina Grande.

É possível contestar a afirmação de que a população não demonstrava apreço pela figura ditador, pois embora não existam registros fotográficos do momento, retornando ao jornal *A União* do dia 28 de agosto podemos identificar uma manchete

¹²² José Joffily Bezerra de Melo nasceu em Campina Grande (PB) no dia 25 de março de 1914, filho de Antônio Bezerra de Melo, funcionário público, e de Maria Joffily Bezerra de Melo, professora. Com a redemocratização do país em 1945, elegeu-se em dezembro desse ano deputado pela Paraíba à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD), do qual foi um dos fundadores em seu estado. Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, manifestou-se em defesa da propriedade estatal do subsolo e das quedas d'água, tese que se transformou no artigo 152 da nova Constituição. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato legislativo ordinário e ainda nessa legislatura presidiu a Comissão Permanente de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joffily-bezerra-de-melo>

em relação a um determinado comício ocorrido em que se fala de uma verdadeira “vibração cívica em Monteiro, intensamente aclamado o nome do Presidente Getúlio Vargas” para em seguida associá-lo mais uma vez à candidatura do general.

Dois meses antes, o chefe da chamada “Ala Estudantil Geral” da Paraíba – composta por 514 membros – João Alberto Mousinho, enviara carta à Getúlio Vargas fazendo seus apontamentos acerca do que percebera nas movimentações políticas do estado. Segundo ele:

Realizei junto meus companheiros comícios todos os bairros e municípios deste estado e verifiquei que será indiscutivelmente vitoriosa a candidatura do eminente General Eurico Gaspar Dutra e que o povo paraibano está com Vossência para todos os efeitos, com tanto que o nosso querido Brasil não caia nas mãos daqueles que querem sacrifica-lo pelos enteresses pessoais. Na Paraíba atualmente não se ouve mais nem falar no candidato que não conhecemos. Só três nomes são proferidos consecutivamente, a todo instante em toda parte: GETÚLIO VARGAS, EURICO GASPAR DUTRA E RUY CARNEIRO. Ontem tive a oportunidade de assistir na 1817 nesta capital o comício oposicionista. [...] Ao multidão que assistiu ao comício delirava com vivas a Ruy Carneiro e a Vossencia e quase acabavam o comício quando o elemento oposicionista chamou Vossencia de maior criminoso da Patria. Escandalosamente vaiado pela multidão o Dr. Boto¹²³ perdeu por completo o equilíbrio das palavras que proferia.

De acordo com a narrativa, é possível identificar um conflito na manifestação, em que os adeptos do varguismo teriam saído em defesa das ofensas proferidas contra Getúlio Vargas. O tipo de associação ligando os manifestantes (sejam os organizadores, ou os participantes) como sendo pessoas arruaceiras que se organizam de modo a promover desordem ou manifestação inexpressiva pode ser percebido como um verdadeiro fenômeno ocorrido no século XX pelos grupos dominantes, ou mesmo pelos intelectuais embriagados de concepções liberais.

Segundo Muller (2012), ao nos debruçarmos sobre a produção acadêmica sobre trabalhadores e os protestos sociais dessas multidões até 1950, nos deparamos com “a falsa impressão de efemeridade e de insignificância desses conflitos”. Isso fez com que fosse cristalizada uma imagem pejorativa desses protestos. Ainda segundo o autor

Esses protestos sociais foram caracterizados como obra de bandidos, criminosos, vagabundos, arruaceiros, prostitutas, ou de desocupados e pessoas sem residência fixa. Enfim, culpavam-se aqueles que não se enquadravam na lógica da nova sociedade em consolidação. Nessas

¹²³ Antônio de Aguiar Boto de Meneses nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 26 de julho de 1897, filho do desembargador Gonçalo de Aguiar Boto de Meneses e de Maria da Piedade Boto de Meneses. Em abril de 1945, quase ao fim do Estado Novo, participou da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), quando foi nomeado membro da comissão de estudos jurídicos, uma das que ficaram encarregadas de elaborar o primeiro projeto de estatuto do partido. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-aguiar-boto-de-meneses>

análises, buscava-se desqualificar a conquista do espaço público pelo homem comum e mostrar a sua ação como perigosa à sociedade, uma vez que, desse ponto de vista extremamente conservador, ela poderia abalar a ordem natural das coisas e levar à ruína o edifício social (MULLER, 2012, p.217).

Embora tenha havido toda uma propaganda ideológica em torno da candidatura de Eurico Gaspar Dutra, as ideias dos trabalhadores comuns podem aparecer de maneira direta ou indireta em fontes escritas por meios de comunicação não *hegemônicos*, como é o caso do cordel. Um folheto localizado no acervo Átila Almeida pode expressar algo que não conseguimos exprimir dos periódicos: o que motivou os trabalhadores paraibanos a optarem por Getúlio Vargas mesmo em uma ditadura? Nesse sentido, é importante ressaltarmos o valor da Literatura de Cordel como fonte.

Escrever um folheto de cordel, por mais que pareça um ato individual, requer uma reciprocidade que é identificada pelo leitor que se enxerga e se sente representado no escrito. *Vida e tragédia do presidente Getúlio Vargas*, de 1954, confeccionado após o suicídio do presidente, atingiu a marca de 260 mil exemplares vendidos somente na sua primeira edição¹²⁴, algo que indica que uma parcela significativa considerava o cordel um importante veículo de comunicação.

Admitindo a literatura como uma possibilidade de alargamento das fontes possíveis ao historiador, Candido (2008) aponta que

A arte, e, portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica; indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. Gratuidade tanto do criador, no momento de conceber e executar, quanto do receptor, no momento de sentir e apreciar. Isto ocorre em qualquer tipo de arte, primitiva ou civilizada (p.63).

Assim, o folheto denominado “Nós queremos é Getúlio”¹²⁵ se trata da expressão do trabalho de Rodolfo Coelho Cavalcanti¹²⁶ e não há data de confecção no impresso, porém é valioso no sentido de identificarmos as principais ideias que permeavam o pensamento dos adeptos da candidatura de Getúlio Vargas:

Nós queremos é GETULIO

¹²⁴ A respeito ver: HAURÉLIO, Marco. Breve História da Literatura de Cordel. p.77

¹²⁵ CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. Nós queremos é Getúlio. [s/l, s/n, s/d].

¹²⁶ Rodolfo Coelho Cavalcanti nasceu em Rio Largo (AL) em 1919. Adolescente, percorre parte do Norte e Nordeste, atuando como camelô, palhaço de circo, dentre outras atividades. Desde essa fase, já se faz notar como bom versejador, participando de pastoris, cheganças e reisados. Instala-se em Salvador (BA), em 1945, firmando-se como defensor e líder da classe de poetas. Publica folheto dedicado ao governador Otávio Mangabeira, que libera poetas, cantadores e folheteiros da proibição de comercializarem seus produtos em praças públicas. Publicou principalmente em Salvador e Jequié; formou uma vasta rede de agentes distribuidores em todo o Nordeste, editou também na Prelúdio (SP).

Vou explicar a razão
Quem não gostar realmente
Deste Digno Cidadão
Eu acho melhor não ler
Mas se gostar pode crer
Leia com toda atenção.

Nós queremos é GETULIO
O maior dos brasileiros
Para que a nossa Pátria
Pela a mão dos estrangeiros
Não seja ludibriada
Vendida negociada
Em troca de mil cruzeiro

Nós queremos é GETULIO
Para acabar com a Ganancia
Para que a LIBERDADE
Venha sem segurança
E a nossa Democracia
Venha mais com garantia
Sem a raiz da vingança

Nós queremos é GETULIO
Porque é uma criatura
Que merece o nosso voto
A sua candidatura
É uma realidade
Do contrario, uma verdade
Estamos numa DITADURA

Nós queremos é GETULIO
Para o livro terminar
Vos digo sinceramente
Sem Êle posso jurar
Que a nossa DEMOCRACIA
É apenas fantasia
Que se tornou popular

Nós queremos é GETULIO
Para acabar com a fome
Com as nossas necessidades
A miséria nos consome
Por isto queremos Êle
Não tem este, nem aquele
Que represente o seu nome

Nesta primeira parte do folheto é perceptível como são evocados alguns elementos que caracterizaram o período varguista e, sobretudo o Estado Novo. Getúlio Vargas, o “mais digno cidadão brasileiro” é retratado como o único capaz de garantir a não venda do Brasil aos interesses internacionais, corroborando com todo o discurso nacionalista estabelecido durante o período que esteve à frente do país.

Ao estabelecer uma relação de “DITADURA” com a ausência de Getúlio Vargas no pleito, o autor vai inverter a retórica exercida até então pelos grupos oposicionistas, pois o impedimento da candidatura do ditador é que se configuraria como uma verdadeira ditadura, ilegítima e contrária à vontade popular. Assim, para que a democracia não seja uma simples “fantasia”, somente o nome de Getúlio Vargas poderá resolver a situação, pois não há “este ou aquele” que o represente, uma clara crítica à candidatura de Eurico Gaspar Dutra e todo discurso em torno da unicidade entre ambos. Na segunda parte do folheto o autor escreve que

Nós queremos é GETULIO
Para que o agricultor
Seja também amparado
Tenha conforto, leitor
Sua casa pra morar
Tenha ao menos o seu lar
Em troca do seu labor

Nós queremos é GETULIO
Pra acabar com bandalheira
Destes tipos de "coroneis"
Que põe a mão na algibeira
E mandam o trabalhador
Fazer força meu leitor
Pagando qualquer besteira

Na segunda parte do folheto há duas principais para a permanência do homenageado no poder: a primeira seria a extensão de toda legislação trabalhista que havia sido colocada em vigência para os operários fabris e que, portanto deveria ser estendida aos trabalhadores do campo, condição que só ocorreria com Getúlio Vargas e, em segundo lugar, uma crítica ao *modus operandi* dos donos das terras que exploram o trabalhador tirando trocados da algibeira (pequeno bolso nas camisas sociais, típica vestimenta do campo) e oferecendo esmolas em troca de lucro.

Enquanto a corrida presidencial acontecia nas ruas, nos jornais, ela também ocorria nos bastidores da política paraibana. No mês de setembro, um mês antes da deposição de Getúlio Vargas, o então interventor Ruy Carneiro enviara uma carta¹²⁷ a Alberto Andrade de Queiroz — futuro ministro da fazenda do governo democrático de Getúlio Vargas em 1952 — reclamando da posição de Epitacinho, seu então

¹²⁷ Arquivo: Getúlio Vargas

Classificação: GV c 1945.09.20; Data: 20/09/1945; Qtd.de documentos: 1 (6 fl.) Carta de Rui Carneiro a Andrade Queirós relatando a campanha oposicionista articulada pelo filho de João Pessoa contra seu governo e seus aliados políticos na Paraíba e comunicando a possibilidade daquele formar o Partido Popular Sindicalista. João Pessoa (Vol. XLVII/24b).

adversário político. Acusando-o de aproveitar-se do momento político para o uso pessoal, o interventor Ruy Carneiro escreve que "aquele individuo não cansa de tentar despertar desconfiança em torno da minha orientação política no Estado." O interventor segue apontando que faz a campanha de Eurico Gaspar Dutra a mando do presidente Getúlio Vargas, e acusa o filho de João Pessoa de tentar criar um movimento conspiratório depois de não conseguir alcançar prestígio desejado nas fileiras do PSD. Diz ainda que soube que andou, com seus agentes, "colhendo assinaturas para uma lista, e que obtinha usando o nome do Presidente. Presume-se que essas listas vão servir para o registro do Partido Popular Sindicalista, o que se filiou o individuo a que me refiro."¹²⁸

De acordo com Mello (1998) é possível identificar que o PSD era formado por uma classe média paraibana composta por médicos, diretores de repartição e até mesmo pequenos proprietários rurais, "enquanto os adeptos do ex ditador Vargas organizaram o Partido Popular Sindicalista (PPS)". (MELLO, 1998, p.9)

Os atritos entre Epitacinho e a interventoria não cessariam até a deposição de Getúlio Vargas, pois seguiu tentando organizar o Movimento Queremista através de uma articulação política com os prefeitos das mais diversas cidades e, acreditamos, sob o aval do ex-ditador. No dia treze de setembro de 1945, Epitacinho enviara telegrama à Getúlio indicando que "Depois ter percorrido todo o alto sertão aqui estou desde ontem tendo satisfação encontrar com os demais municípios maior entusiasmo nome do preclaro chefe. Atenciosos cumprimentos¹²⁹". Embora Getúlio propagasse sua saída e alimentasse o retorno à democracia, o fato é que nos bastidores da política nacional certamente alguns nomes agiam na tentativa da sua continuidade. Essa percepção pode ser identificada através da comunicação epistolar entre ambos.

No mês da deposição de Getúlio Vargas esse movimento ainda continuava sendo especulado. No dia 7 de outubro de 1945, ou seja, vinte e dois dias antes da queda do ditador, Epitacinho comunicara ao presidente sobre o movimento "pró-constituente" na Paraíba, deixando claro uma possível adesão por uma parte dos prefeitos municipais e acusando Ruy Carneiro de conspirar contra tal movimento. A carta enviada de um hotel na capital pernambucana tem o seguinte teor:

Meu grande presidente

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ SPR - 39899/1945.

Já escrevo do Recife, minha "França-livre" onde acabo de entrar em contato com os meus "iguais."

Pelo que soube a Paraíba na minha ausência não desmentiu o seu passado. Continua firme em torno do nosso chefe. O movimento pró-constituente empolgou todo o interior e tomando conta da capital. Os "brigadeiristas" murchos.

Do que acabo de saber sobre nos últimos dias da semana que passou nova conferência do interventor com os líderes do [ilegível] e depois disso os situacionistas reuniram-se em palácio comparecendo ao conclave quasi todos os prefeitos do interior, ocasião que o interventor declarou que caso viesse a constituinte ele se demitiria por não concordar com o "golpe"... e desejava saber quem o acompanharia. Felismente essa atitude causou nojo e repulsa de alguns que ainda são homens e não piolhos... mas não deixou de evidenciar que ele só ficará com o senhor no seguro... É mais uma demonstração do que tenho dito. E não quis deixar de po-lo ao par de mais essa.

Sigo amanhã para a terrinha e vou confiante. Creia-me o seu dedicado
Epitácio¹³⁰

Por se tratar de uma carta de interesse pessoal, é justo problematizarmos as intenções particulares de Epitacinho ao evidenciar uma alta adesão dos prefeitos a sua dissidência recém-formada, porém, o fato é que dois meses antes das eleições Getúlio Vargas estava ciente de que havia um movimento que buscava condicionar sua candidatura. Nesse caso, interessa menos as farpas pessoais trocadas entre o interventor e Epitacinho. O futuro senador se despede informado do retorno à Paraíba, porém, o Estado Novo estava mais próximo do fim do que se imaginava. Naquele mês, o dia 29 de outubro marcou o fim da primeira "Era Vargas" e a continuação dos conflitos nas ruas, na imprensa, e na política nacional.

3.2 - O FIM DO QUEREMISMO: A DEPOSIÇÃO DE GETÚLIO VARGAS E AS ELEIÇÕES EM 2 DE DEZEMBRO

No regime de partidos políticos em que estamos vivendo é necessário e indispensável que as grandes massas que trabalham se congreguem e se unam cada vez mais para que, sem luta de classes, antes, estabelecendo e conversando a harmonia entre elas, possam defender mais eficazmente os seus verdadeiros anseios e os seus mais legítimos direitos
(Getúlio Vargas)

¹³⁰ Arquivo: Getúlio Vargas; Classificação: GV c 1945.10.07; Data: 07/10/1945; Qtd.de documentos: 1 (4 fls.). Carta de Epitácio Pessoa a Getúlio Vargas sobre a repercussão do movimento pró-Constituinte na Paraíba e comunicando a reação contrária do interventor desse Estado em relação a essa campanha. Recife (Vol. XLVII/30).

Com a proximidade das eleições, qualquer ação promovida por Getúlio Vargas era encarada com desconfiança por parte dos setores de oposição, o medo de um novo golpe por parte do ditador ligava o alerta para que 1945 não tivesse o mesmo desfecho de 1937.

O apoio para que Getúlio permanecesse no poder começou a incomodar de uma maneira mais contundente quando essas manifestações passaram a ocorrer com mais frequências e nos diversos cantos do país. No Rio de Janeiro, o início do mês de outubro foi marcado por uma manifestação que reuniu mais de cento e cinquenta mil pessoas, com o propósito de comemorar o décimo quinto aniversário da “Revolução de 1930”.

Percebendo o forte apoio que vinha das ruas, Getúlio Vargas buscou realizar mais uma manobra política naquele mesmo mês de outubro, antecipando as eleições estaduais que ocorreriam somente em meados de 1946 para o mesmo dia das eleições presidenciais através do Decreto-lei nº 8.063; àquela altura, o gesto foi interpretado como uma tentativa de exercer influências nas interventorias dos estados, buscando consolidar suas aspirações golpistas.

As circunstâncias se tornaram extremas quando Getúlio Vargas depôs o então chefe de polícia do Rio de Janeiro, João Alberto Lins de Barros, diante de uma negativa do agente para que houvesse uma manifestação em favor ditador. Para o seu lugar, decidiu a nomeação do seu próprio irmão, Benjamin Vargas, acirrando de vez o clima de desentendimento com os setores de oposição e as Forças Armadas do país.

No dia 29 de outubro, Getúlio Vargas fora informado pelos militares que a sua deposição havia se tornando unanimidade entre as três forças do Exército, de tal modo que sua deposição teria se tornado inevitável, inclusive com o apoio dos partidos políticos que disputariam o pleito em dezembro, UDN e PSD. Enquanto isso, manifestações continuavam ocorrendo. A pessoense Ana Câmara Silva, em carta enviada, declara que “o que se está operando no país, não é mais do que uma traição dos homens ingratos e injustos. Tudo em benefício do povo, V.Excia tem dado sobejamente.”

Não é demais lembrar que nesse momento já não havia mais setores da opinião pública, da burguesia, ou mesmos intelectuais, que ainda estivessem apoiando uma manutenção do regime de Getúlio Vargas, o apoio era eminentemente popular, e a

missivista segue dizendo “será inglória essa campanha por que mais alto do que esses impulsos demagógicos, falam os atos, o amparo, a assistência, a garantia dos direitos que V.Excia tem oferecido, através de Decretos judiciosos em proveitos das classes que tudo lhe faltava¹³¹.”

Ao ser comunicado de decisão, tratou de redigir nota que falasse diretamente ao coração do povo brasileiro, algo costumaz naqueles quinze anos à frente da presidência. Começou o texto apontando que “Em todos os momentos decisivos de minha vida pública sempre procurei pairar acima das paixões e choques personalistas, pensando somente no bem da Pátria”. Não esconde a sua frustração de ser obrigado a sair do posto de líder do país, mas sustenta que “A História e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidades”. Por fim, expressa sempre seu recado direto aos trabalhadores “[...] não guardarei ódios, nem prevenções pessoais. Os trabalhadores, os humildes, aos quais nunca faltei com o meu carinho e assistência, o povo, enfim, há de me compreender”

A substituição do poder foi realizada e assumiu o posto de líder temporário do Executivo, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. De acordo com Macedo (2008):

Embora considerado apolítico, o presidente interino tomou decisões que favoreciam, quase sempre, os interesses da UDN. A cerimônia de posse de Linhares foi exemplar nesse sentido. Apesar da multidão presente ter sido composta por pessedistas e udenistas, foram estes últimos os que mais se destacaram, acenando com lenços brancos e gritando “Brigadeiro! Brigadeiro!”. E o novo Chefe do governo respondia também com um lenço branco nas mãos, o simbolo da campanha brigadeirista. (p.99)

Na Paraíba, a deposição de Getúlio Vargas foi marcada por euforia por parte dos adversários políticos, assim como muita tristeza por parte dos getulistas. Em Campina Grande foi possível perceber uma grande repercussão em torno da queda do ditador, “enquanto os udenistas vibravam e comemoravam com foguetões e libações, os pessedistas ficavam na expectativa das consequências, matreiros, como convém”. O saída do ditador implicou no imediato afastamento dos interventores que haviam sido indicados por ele em todo o Brasil. Na Paraíba, Ruy Carneiro foi afastado e assumiu interinamente o Desembargador Severino Montenegro. (Sylvestre, 1980, p.36)

É importante dizer que os termos “*queremista*”, “*getulista*”, “*petebista*” emboram

¹³¹ SPR - 44008/1945.

expressem, na teoria, razões distintas, do ponto de vista prático é confuso determinar como essas identidades se separam em 1945. O queremista é aquele que participa ativamente dos movimentos em prol da continuidade de Getúlio Vargas à frente do país, ou mesmo aquele que expressa esse desejo. O getulista é o cidadão que se identifica com Getúlio Vargas e sua política, quase sempre o apreço é nutrido desde 1930. Por fim, petebista é aquela pessoa ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro, grupo criado com o aval do próprio ex-ditador, com o propósito de continuar sua agenda trabalhista no “novo” Brasil democrático.

De acordo com Epiácio Pessoa Cavalcanti Albuquerque em carta endereçada à Getúlio no ano de 1948, não era justo falar em Partido Trabalhista Brasileiro na Paraíba “pois lá o que existe é o Queremismo e não PTB”¹³². No entanto, indentificamos isso como somente uma forma de expressão, pois foi possível apontarmos que há sim instalação do diretório do PTB na Paraíba pelo menos desde março de 1946.

Ao noticiar a respeito das desavenças na cidade de Campina Grande diante da deposição de Getúlio Vargas, Josué Sylvestre também aponta os adeptos do varguismo como membros do Partido Trabalhista Brasileiro, detalhando como ocorreu as manifestações em razão da deposição de Getúlio Vargas, ocorridas no centro da cidade:

Já os jovens militantes do Partido Trabalhista, à frente Ulrico Cavalcante, Leonel Medeiros, Moisés Paulino e outros, aproveitando-se da escuridão que cobria a cidade, àquela época sem qualquer iluminação elétrica em suas ruas, prepararam faixas e bandeiras e flâmulas pretas e indiferentes às patrulhas dos batalhões do Exército, afixaram aqueles pedaços de fazenda no Grande Hotel, no Grupo Solon de Lucena, no Edifício dos Correios e em outros prédios públicos e particulares. O material e os ativistas do PTB eram transportados num velho caminhão de Manoel Paulino de Moraes, ardoroso getulista. Na manhã do dia 31, o centro da cidade estava coberto de luto graças à iniciativa dos adeptos de Getúlio.” (p.36)

Alguns meses depois, recluso em São Borja, porém nunca deixando de articular os arranjos da política nacional que garantiriam seu retorno à presidência da república, dessa por voto direto, em 1950, Getúlio Vargas enviara carta ao diretório da capital no dia 05 de agosto de 1946, por ocasião do feriado de “fundação” da atual cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

A partir da carta, é possível identificar que mesmo ausente do poder, continuara

¹³² PESSOA, Epiácio. Correspondência de 10/10/1948, Rio de Janeiro, FGV, microfilmagem, rolo 10, foto 0149 a 0150-A.

seu papel político, dessa vez com o fortalecimento do PTB, lançando mão de um retórica que buscava unir a “harmonia de classes” com o sacrifício dos mártires paraibanos:

AOS TRABALHADORES DA PARAÍBA

No ensejo da instalação da seção paraibano do Partido Trabalhista Brasileiro, é-me grato dirigir-me diretamente aos trabalhadores da terra de João Pessoa para levar-lhes a minha palavra de exortação e de aplauso. A paraíba traz, agora, o poderoso contingente de suas energias cívicas para fortalecer a organização partidária que se fundou sob a inspiração de ideais superiores e que já constitui uma força maciça de renovação social, destinada a defesa dos interesses do proletariado. No regime de partidos políticos em que estamos vivendo é necessário e indispensável que as grandes massas que trabalham se congreguem e se unam cada vez mais para que, sem luta de classes, antes, estabelecendo e conversando a harmonia entre elas, possam defender mais eficazmente os seus verdadeiros anseios e os seus mais legítimos direitos.

O Partido Trabalhista Brasileiro, que hoje se afirma como uma nova forma de valorização e emancipação humanas, ah de atuar no berço heróico de Vidal de Negreiros e João Pessoa - símbolos vivos da intrepidez e do espírito libertário do seu povo - como o instrumento de execução das mais acalentadas aspirações dos trabalhadores.

Na certeza de que não faltarão aos postulados de paz e justiça social, à base dos quais se estruturou o Partido Trabalhista Brasileiro, o apoio e a compreensão dos paraibanos, apraz-me enviar-lhes, na data em que se celebra a sua emancipação política, os votos que formulo pelo progresso e pela grandeza do seu povo e a segurança da minha inalterável fidelidade à causa do trabalhador em nossa Pátria.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1.946¹³³

Getúlio Vargas obtivera resposta, através do recém criado diretório do Partido Trabalhista Brasileiro, onde os diretores comunicam à Getúlio Vargas que “grande maioria do estado pede insistentemente vinda de V.Excia em nossa Paraíba.” Comunicando ainda que Antônio Almeida, secretário do partido, logo se encontraria com o presidente. A carta é finalizada renovando o apelo e apontando que “O povo paraibano que pede este sacrifício por intermédio dos diretórios PTB Santa Rita/Rio Tinto¹³⁴”.

Não à toa, os diretórios de Santa Rita e Rio Tinto representam também os espaços onde estavam instaladas parte das indústrias da capital e, obviamente, onde a presença dos trabalhadores fabris se concentrava em maior número. Alguns meses antes, esses mesmos trabalhadores tiveram que decidir qual projeto de governo iriam apoiar no poder do Executivo, uma vez que a opção do voto em Getúlio Vargas já não

¹³³ Arquivo: Getúlio Vargas; Classificação: GV rem. s 1946.08.05; Data: 05/08/1946 a 29/10/1948
Qtd.de documentos: 4 (16 fl.)

¹³⁴ Arquivo: Getúlio Vargas; Classificação: GV c 1946.12.09/3; Data: 09/12/1946; Qtd.de documentos: 1 (2fl.)

poderia ser considerada.

Na Paraíba, fica claro que internamente, nos bastidores da política, as fontes já nos revelaram que a campanha em torno da figura do general Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi amplamente realizada com o apoio da máquina pública, de setores da oligarquia, assim como da imprensa oficial, tudo isso sob liderança do então interventor, Ruy Carneiro, mesmo com o fato do ex-ministro da Guerra do regime varguista tenha sido um responsável por orquestrar o golpe que depôs Getúlio da presidência.

No entanto, esse apoio nunca havia sido externado de maneira direta através de Getúlio Vargas, sobretudo após anuência de Eurico Gaspar Dutra com a deposição do ex-ditador. Naquele momento, os quadros do Partido Trabalhista Brasileiro buscavam incessantemente convencê-lo de que a vitória de Eduardo Gomes, representaria a vitória do maior inimigo do brasileiros, isto é, sua elite incapaz de compreender os anseios dos trabalhadores.

Mantendo-se em silêncio como de costume, Getúlio Vargas somente se pronunciou sete dias antes das eleições, através de uma nota lida num comício do PSD por Hugo Borghi, uma das principais lideranças do PTB. O dia 25 de novembro ficaria marcado como um momento de reviravolta nos resultados das eleições que ocorreriam uma semana depois. A nota dizia que

Brasileiros!

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Vêjo o Partido Trabalhista perseguido pelos representantes de uma das facções políticas a que cabe manter a ordem e assegurar as garantias dos cidadãos. Esse partido sobre o qual se fundam tão grandes esperanças, está ameaçado de fragmentar-se, quando unido e coesa poderá desempenhar função decisiva na luta. [...] O momento não é de nomes, mas de programas e princípios. O Gal. E.G.D, candidato do PSD, em repetidos discursos, e ainda agora em recentes declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele merece portanto os nossos sufrágios! [...] Estarei ainda do lado do povo contra o Presidente, se este não cumpriras promessas do candidato. Agredido, injuriado, traumatizado pelo atrito dos ódios e das paixões políticas, venho para dizer-vos que esqueci tudo isso e encontrei forças para renovar-me, no amor pela minha pátria [...]¹³⁵

Uma vez que o apoio fora formalizado em cadeia de rádio, os agitos logo foram tomando conta de todos o país, Getúlio Vargas enfim havia se posicionado, porém o

¹³⁵ Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. FGV/CPDOC – Correspondências. Manifesto de Getúlio Vargas, 25 de novembro de 1945. in MACEDO, Michele Reis de. Trabalhadores e Cidadania no Brasil: O movimento queremista e a democratização de 1945, p.115

tempo era curtíssimo até o dia das eleições, mas uma fala do brigadeiro Eduardo Gomes influenciaria de uma vez por todas a fase final das eleições: ao falar sobre os quemistas em um comício com apoiadores, referiu-se aos trabalhadores como “maltas de assalariados”, insinuando que participavam das manifestações pró Getúlio Vargas por dinheiro, e por isso não necessitaria de seus votos.

No dicionário, “malta” é sinônimo de “marmiteiro”, e ao dizer que não precisaria dos votos do grupo, automaticamente o termo foi utilizado pela oposição como um claro sinal de que o representante da UDN estava dispensando o voto do trabalhador brasileiro, isto é, parcela significantes dos sufragistas.

Àquela altura, o envolvimento entre Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas como sinônimos de um só projeto já era sentido na Paraíba, portanto só tivera passado por uma intensificação. Alfredo Queiroz, campinense, morador da rua Miguel Couto, número 229, no centro da cidade aponta que “apraz-me comunicar minha inteira adesão à candidatura ilustre General Eurico Gaspar Dutra, brasileiro digno continuar obra construtora do Governo Vossência¹³⁶.”

De acordo com os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Paraíba tinha um pouco mais de um milhão de habitantes, mas contava com apenas cento e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro (175.634¹³⁷) pessoas aptas ao voto, o que correspondia a 11,25% da sua população. A quantidade pequena de possíveis votantes em relação ao número geral de habitantes está justificada pelos critérios de exclusão que já foram postos aqui anteriormente, diminuindo consideravelmente a participação da população nas eleições.

Sobre os candidatos, é possível identificar que tinham características distintas. Na Paraíba, 142.780¹³⁸ paraibanos foram às urnas votar, onde quatro candidatos alcançaram votos. O candidato menos votado foi o ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, Telles Rolim¹³⁹, com apenas 10 votos. Em seguida, o

¹³⁶ SPR - 28276/1945

¹³⁷ A respeito ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf.

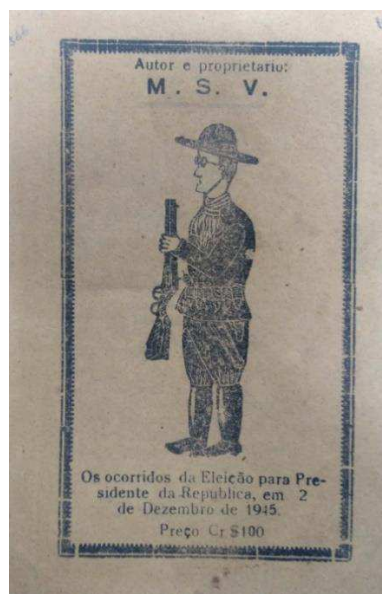
¹³⁸ A respeito ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf.

¹³⁹ Mário Rolim Teles nasceu em 1887. Foi um dos maiores fazendeiros do país. Radicado em São Paulo, dedicou-se à cultura cafeeira, tendo presidido por duas vezes a Sociedade Rural Brasileira. Esteve por algum tempo ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP). Com a desagregação do Estado Novo (1937-1945), fundou o Partido Agrário Nacional (PAN), organização de âmbito nacional criada com o objetivo de lançar sua própria candidatura à presidência da República no pleito de dezembro daquele ano. Conseguiu apenas o último lugar com 10.001 votos, computados basicamente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em São Paulo. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teles-mario-rolim>

representante comunista Yeddo Fiuza¹⁴⁰ chegou a receber 5.719 votos. Por fim, restando somente os dois principais nomes daquela eleição, percebemos a vitória do candidato Eduardo Gomes (UDN) na Paraíba, obtendo 76.028 votos, contra 61.023 votos do candidato de Eurico Gaspar Dutra, representante da aliança entre PSD e PTB.

O clima de disputa e acirramento das eleições pôde ser descrito de maneira jacosa através de um folheto de cordel escrito acerca do pleito daquele ano. O título do folheto é *Os ocorridos da Eleição para Presidente da Republica, em 2 de Dezembro de 1945*, escrito por um autor que não pudemos identificar, mas assina com as iniciais M.S.V. Vejamos:

Imagem 17: capa do folheto



Fonte: Biblioteca Átila Almeida

¹⁴⁰ Diplomado pela Faculdade de Engenharia de Porto Alegre, foi na capital gaúcha que estabeleceu seus primeiros contatos pessoais com Getúlio Vargas. Após a Revolução de 1930, com a ascensão de Vargas à chefia do Governo Provisório, foi nomeado prefeito de Petrópolis (RJ). Em decorrência do processo de redemocratização iniciado no país a partir de 1945, foi legalizado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil. Nesse mesmo ano, Fiuza, amigo do militante comunista Carlos Costa Leite, foi procurado pelo PCB, que havia decidido lançar um candidato próprio à presidência da República. Mesmo não sendo adepto do comunismo, Fiuza aceitou o convite. Defendendo em sua campanha as liberdades democráticas e uma maior distribuição de renda, foi derrotado, no pleito de dezembro de 1945, pelo candidato indicado pela coligação formada pelo Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, general Eurico Dutra. Conseguiu cerca de 570 mil votos, cerca de 10% do eleitorado de então. A respeito ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/iedo_fiuza

Os ocorridos da eleição

Peço licença primeiro
A toda população
pra falar na eleição
Deste paiz brasileiro,
Da parte do brigadeiro
Só faltou foi haver luta,
Eu que estava a escuta
Gravei tudo na memoria
Sabendo que a vitoria
Era de Eurico Dutra

Foi a grande votação
No dia dois de Dezembro,
Ainda hoje me lembro
Houve muita confusão,
Vi gente nessa eleição
Perguntando o dia inteiro
Por quem vota companheiro?
Muito se aborrecia
Por fim sempre respondia
Voto com o brigadeiro

Vi um rapaz se lastimar
Na praça uma tarde
Somente porque não tinha
Uma rôpa pra votar,
Mas o brigadeiro dar
Respondeu um companheiro
Porém é que o primeiro
Para se fazer de chato
Ganhou a ropa e sapato
E não votou com brigadeiro

Vi gente nessa eleição
Que vinha de Sertãozinho
Dizendo pelo caminho
Eu só volto á avião
Disse um tem caminhão
Outro dizia não tem
Disse outro que não convem
Agente nessa (inleição),
Pra num vim cus pé no chão
E' mió voltá nu trem.

De Pirpirituba veio
Uma mulher sacudida
Com a rôpa toda rompida
Todo mundo achando feio,

E ela disse: (eu num seio
Votá em todo lugar)
Mandaram ela se sentar
Para ali se escrever
mas a mão pegou tremer
Ela saiu sem votar

Mesmo em Guarabira, tinha
Uma moça despozada
Se fazendo de engraçada
A pobre desta mocinha
Na eleição ela vinha
Gritando com desespero
E passou o dia inteiro
Dizendo: neste lugar
Quem salva é dotô Osmá
Pru caso do brigadeiro

Uma moça pra votar
Pedi um vestido fino
A um cidadão granfino
Mas ele não quis lhe dar
Disse: (ela vá comprá
Um sapato pu meu pé
Pruquê se o sinhô num dé
Eu num venha pá inleição)
Disse ele: não, dou não
Vote lá com quem quisé.

A moça não ganhou nada
E disse a um cavalheiro
Que um senhor brigadeiro
Dexô a envergonhada
E ela muito zangada
Queria abrir até luta,
Disse uma senhora: escuta
Se tu queres acertar
Cuida logo em ti alistar
Pra votar com Eurico Dutra

Deuse um caso interessante
Uma mulher bem "noturna"
Foi botar chapa na urna
Errou botou na estante
Naquele mesmo franfante
Lhe chamou um cidadão
Venha: dona pro salão
Sua chapa endireitar
Ela respondeu de lá
Dizendo: num vô mas não

Eu vi um rapaz solteiro
Dizendo (eu vo cumê
Inté a barriga inchê
Cum o boi do brigadeiro).
Lhe disse um companheiro
Mas com ele você vote,
Mas ele como um timóte
Disse: isso tá custoso
Quem quisé nacê viçoso
Naça lá no pé de pote.

Vi gente nessa eleição
Gritando com tanta fé
Um dizia: bate com o pé
E outro bate com a mãe
Brigadeiro é campeão
Com dias depois os quais
Vendo as provas legais
Que o brigadeiro perdeu
Quem gritava esmoreceu
Calou-se não gritou mais

Tambem vi uma mocinha
Com o retrato do brigadeiro
Correndo com desispeiro
Da Sala para conzinha,
Pelo meio da rua ela vinha
Cantando e soltando grito
E dizendo (eu tenho dito
Que voto com o brigadeiro
Qui é um moço sortêro
Pois ele é bom e bonito)

Um sujeito estravagante
No dia da eleição
Queria abrir discução
Com um digno comerciante
E outro tipo pedante
Sem ter autorização
Fazendo fiscalisação
Causando assim atropelo
Este tal tinha o cabêlo
Desse da marca alemão.

Disse uma moça a um cidadão
No meio de todo povo
(la fiz um vestido novo
Para vim pra inleição.)
No dia da votação

Esta mocinha donzela
Um rapaz juntinho dela
Pra fumar, fosforicou
Uma faísca vuou
Queimou o vestido dela

Dizem que um uzineiro
Quasi acaba seu tezouro
Com boi gordo, vaca e touro
Pro povo do brigadeiro
Mas ficou em desispeiro
Quando encontrou uma nota
Na urna, com esta loróta:
Se o brigadeiro triunfar
Quem for pobre vai ganhar
Dois mil reis na pejóta

Em Guarabira chegou
Uma moça "brigadeira"
Pra votar com desispeiro
Na urna o titulo botou
Quando o juiz encontrou
Na urna deu uma tapa
Quase que desgraça o mapa
Em grande cólera se fez
Que rasgou de uma só vez
Envelope, titulo e chapa

Uma mulher foi comer
Na casa dum "brigadeiro"
E disse a um cavalheiro:
Meu bucho hoje vai inchê
Eu hoje quero sabê
Pru que num tomo um alento
Depois da janta um momento
Chamaram-na pro salão
Ela respondeu: vô não
Pois cumi qui num aguento.

Vi outro brigadeirista
Lá na rua do Solon
Dizendo alto em bom som
botei meu nome na lista
Morro e não sô dutrista
Nem a pudê de cacête
Fui agora ao gabinete
Ileitorá e votei
E cum meu voto butei
Eduardo pro Catete

Um velho disse: (culéga
Meus trei voto a ele eu dei
E seio que miorarei
Vô surti minha budéga
Pruquê quem um voto néga
Ao majo brigadeiro
Num pode sê brasilêro
O duta perde feião
E ele ganha a inleição
Aqui e no mundo inteiro

Eu conheci um senhor
Do sobrenome (Corcundo)
Que a vida era o mundo
Em procura de eleitor
Dizendo eu tenho valor
E depois dessa eleição
Eu vou ser tabelião
E meu filho vai ser prefeito
Quem acompanhar meu preito
Vai ter minha proteção

Prometeu um casamento
A uma mulher amigada
E ao pae dessa camarada
Prometeu um sofrimento
Outro por prometemento
Comprou um ponto falido
Mas o (Corcundo) fingido
Deixou foi tudo folado
E no fim o resultado
Foi ficar todo iludido

O povo brigadeirista
Quase todo em geral
E' aquele pessôal
Que votou com perrepista
E irá ser comunista
Este povo com cinismo
Por não ter patriotismo
Diz em toda ocasião
Que na próxima eleição
Só vota com o comunismo

Vivem ai maltratando
Governo e autoridade
Falam dos padres a vontade
E aos mesmos chalerando
E na ausencia falando
De quem tem religião

Não serão todos, sim, não
E' estes caras de lódo
Por iso que estes todo
Tem que parar na prisão.

Viva o chefe de nação
Vive governo e prefeito
E todos que forem eleito
Com a maior votação,
Fique quiéto a oposição
Calada sem dizer nada,
Se não quer sofrer massada
Não pratique arrelia
Pois eu tenho por garantia
O governo e toda armada.

O folheto acima relata o clima de disputa instaurado naquelas eleições, onde diferença de votos entre os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Eurico Gaspar Dutra (PSD) não possuiu dos dez mil votos, com vantagem para o primeiro.

A narrativa que é feita com humor, traz consigo versos recheados de anticomunismo, reproduzindo inclusive associações entre o comunismo e o desprezo à religião. Para o autor, o desejo era que os comunistas, chamados cara de lódo, voltassem a prisão, ironicamente justo no ano em que o Partido Comunista do Brasil (PCB) havia voltado à legalidade e os seus militantes haviam sido soltos pela ditadura varguista.

Para Eduardo Gomes (UDN), de nada adiantou a vitória na Paraíba, o resultado daquela eleição¹⁴¹ seria a vitória do adversário pessedista, que obteve 3.251.507 votos, ou 55,39% do total, enquanto o brigadeiro somou 2.039.341 votos, ficando com 34,74% do eleitorado. Por fim, Iedo Fiúza (PCB) recebeu 569.818 votos, correspondente a 9,71% das intenções, seguido por Mário Rolim Teles (PAN), com apenas 10.001 e 0,17% do total.

Eduardo gomes venceu em apenas quatro estados da federação: além da Paraíba, Piauí, Ceará e Rio de Janeiro. A vitória da UDN na Paraíba representou também a vitória das oligarquias ligadas ao argemirismo e ao americismo, ex-adversários políticos que formaram alianças e puderam medir forças no estado contra o varguismo.

¹⁴¹ Ao todo os números são: Votos nominais: 5.870.667; votos brancos: 70.328; votos nulos: 65.214; total: 6.006.209.

Chegado ao fim as eleições, se é possível dizer que o queremismo não obteve seu desejo inicial, que era a permanência de Getúlio Vargas à frente do país, ao menos conseguiu estabelecer suas pautas no meio do debate político nacional, onde sua principal conquista acabou sendo a entrega do Ministério do Trabalho ao Partido Trabalhista Brasileiro durante o governo Eurico Gaspar Dutra, em troca do apoio ocorrido nas eleições. O movimento "queremos Getúlio com ou sem constituinte" foi absorvido pelas fileiras do PTB a mando de Getúlio Vargas e de certo modo representaria a partir dali uma reconfiguração na política paraibana e nacional.

As necessidades circunstanciais da política nos mostram que adversários políticos se tornam aliados, desfazem desavenças e faz surgir novas alianças. De acordo com Gurjão (2020), o processo de redemocratização "na medida que eliminou o aparato burocrático do Estado Novo, favoreceu efetivamente a recomposição das oligarquias locais". No entanto, ao analisar essas recomposições, infere que "o conteúdo desses partidos não apresentava qualquer substância programática, orientando, portanto, sua prática política de acordo com os interesses momentâneos que circunstancialmente coincidem ou contrapõem os diferentes grupos oligárquicos." (p.254-255)

Emboa o tempo fosse do surgimento de uma nova retórica ligada à democracia e aos direitos de escolha, o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização não representou o surgimento de um novo Brasil, mas sim a instauração de novos arranjos políticos que pertimiram a sustentação dos antigos grupos e o surgimento de novas vozes que fariam eco anos mais tarde.

4 – Considerações finais

Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra. [...] Bonaparte queria passar como o homem mais obligeant da França e transformar toda a propriedade, todo o trabalho da França em obrigação pessoal com ele. Gostaria de roubar a França inteira a fim de poder entregá-la de presente à França, ou melhor, a fim de poder comprar novamente a França com dinheiro francês, pois como chefe da sociedade de 10 de Dezembro, tem de comprar o que devia pertencer-lhe. (MARX,2011, p.124-125)

Para o encerramento do trabalho, guardamos algumas considerações que merecem atenção. Algumas hipóteses haviam sido enunciadas desde o início do texto. Em primeiro lugar, desconsideramos o viés de manipulação da classe trabalhadora por parte do regime varguista, considerando que esse tipo de análise se mostra insuficiente para pensarmos os trabalhadores em um momento marcado por conflitos e mudanças políticas no cenário nacional. Em segundo lugar, levantamos a hipótese de ter havido manifestações queremistas na Paraíba, fruto do processo de transição do Estado Novo para o Brasil dito democrático.

No primeiro capítulo, intitulado *Trabalhadores e Estado Novo no Brasil: um debate histórico e historiográfico*, pudemos tecer algumas considerações sobre como os trabalhadores foram analisados historiograficamente durante o século XX no Brasil e nos posicionamos sobre qual corrente teórica nosso trabalho estaria alinhado. Assim, diante de tudo que fora exposto, optamos por uma análise que pauta o varguismo e a figura de Getúlio Vargas como sendo um personagem que assumiu a liderança do país diante de uma crise de representatividade que o país atravessava com o fim da república liberal-oligarquica, onde o Estado passou a ter papel fundamental a partir do ano de 1930.

Nos afastamos da perspectiva maniqueista de enxergá-lo como uma figura política “boa” ou “ruim” para pensá-lo como um sujeito ligado à estrutura política do país e, portanto, dependente da convivência das classes dominantes, mas ao mesmo tempo reunindo poder suficiente para “jogar” com os interesses das elites, assim como da classe trabalhadora. Exerceu um papel de bonaparte à brasileira e diante da autonomia relativa do Estado frente às diferentes frações da sociedade, exerceu sempre um papel de protetor dos interesses da burguesia, ainda que por vezes o período tenha legado algumas conquistas à classe trabalhadora.

No segundo capítulo, intitulado *Uma via de mão dupla: a relação entre Estado Novo e classe trabalhadora na Paraíba (1944-1945)* nós pudemos perceber como a

hipertrofia do Estado se fez presente no cotidiano dos paraibanos. As solicitações enviadas ao Palácio do Catete tinham diversos motivos, mas quase sempre estavam ligadas as más condições de vida, ao desemprego, às doenças, às arbitriedades cometidas pelas empresas, mas também ao reconhecimento dos direitos trabalhistas e o desejo da continuidade destes. Por sua vez, o Estado atendera somente parcialmente aos anseios da população, quase sempre através de um arcabouço legislativo que regiam as decisões. Fizemos um passeio pelas condições estruturais que permeavam àquela Paraíba, de tal modo que pudemos encontrar razões que justificavam tais solicitações, a maioria delas fruto das angustiantes mazelas do dia a dia.

No terceiro e último capítulo intitulado *O queremismo em ação: do fim do Estado Novo às eleições de 1945*, chegamos ao clímax da dissertação, onde pudemos adentrar às ações de rua, aos bastidores da política paraibana, além de explorarmos às eleições de 1945, identificando que a vitória do candidato Eurico Gaspar Dutra provavelmente só ocorreu pelos desdobramentos das alianças promovidas entre Getúlio Vargas e o PSD. Na Paraíba, esse apoio esteve ligado aos arranjos oligaquicos, seja da família Carneiro ou Pessoa Cavalcanti, tradições núcleos políticos do estado.

O queremismo, portanto, pode ser caracterizado como um movimento que nasceu em 1945, mas por razões que antecedem aquele ano. O apoio ao varguismo naquele momento era um *apoio condicionado*, como o foi durante todos os anos anteriores. A defesa ao projeto getulista de nação é também a defesa das leis sociais que haviam se tornado realidade após 1930, ainda que tenham custado a ausência de direitos políticos durante os quinze anos. Rechaçamos a ideia de que a transição democrática tenha representado um momento de alienação dos trabalhadores que queriam Getúlio com ou sem constituinte.

Sobre o apoio condicionado, as solicitações analisadas durante o segundo capítulo dão conta que mesmo às vésperas do fim do Estado Novo, a aliança entre classe trabalhadora e o varguismo presumiam ganhos para ambos os lados. Não eliminamos o caráter persuasivo dos aparelhos de propaganda administrados pelo Estado, mas entendemos que o queremismo tem o seu engajamento não movido pelo amor, mas pela fome; não movido pelo progresso, mas pelo desemprego; tampouco pelo carisma. A anuência à Vargas foi um projeto de sobrevivência, provocado pela

desilusão de que a UDN pudesse representar os anseios da classe trabalhadora.

Por fim, destacamos que a historiografia brasileira vem cada vez mais buscando produzir trabalhos que versem sobre trabalhadores e suas relações em determinado tempo histórico. Para que esse trabalho pudesse ter sido realizado, contamos com as importantes contribuições de intelectuais como Angela de Castro Gomes, Felipe Demier, Edward Palmer Thompson, Marcelo Badaró Mattos, além de todos os pesquisadores que já deram suas contribuições à historiografia paraibana, como é o caso de José Luciano Queiroz Aires, Eliete Queiroz Gurjão, Josué Sylvestre, Martha Falcão, entre outros.

Todas essa influências foram de grande valia para a construção da nossa narrativa, certos de que as respostas encontradas neste trabalho representam uma colaboração à historiografia paraibana, seja pelo tema, ou pelas fontes que foram exploradas. A expectativa é de que novos trabalhos possam surgir no campo da História Social, com a clara ciência de que o debate não está esgotado, carecendo que outros historiadores possam também convidar “os de baixo” para sentar-se à mesa da História.

5- FONTES

Arquivos

- Fundação casa de José Américo
- Biblioteca Átila Almeida
- Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)
- Arquivo Nacional (AN)
- Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- Núcleo de Pesquisa e extensão em História Local (NUPEHL)

Periódicos

- A União
- Diário de Pernambuco
- A noite

Correspondências

- Centro de Documentação e Pesquisa (CPDOC/FGV)
- Arquivo Nacional (SIAN/AN)

Entrevistas

- Ruy Carneiro (depoimento) Rio de Janeiro FGV/CPDOC – História Oral, 1982.
- Celso Mariz (depoimento) Rio de Janeiro FGV/CPDOC – História Oral, 1982.

Estatística

- Censo Demográfico IBGE de 1941 até 1945. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf.
Acesso em 10 de abril de 2020.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. Cenários de um espetáculo político: **poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2013. Tese de doutoramento, UFPE. 396p.

BARBOSA, Arthur Manoel de Andrade. Justiça do trabalho e classe operária na Paraíba: **a relação entre o capital e o trabalho (1941-1945)**. Dissertação de mestrado (PPGH/UFCG). 2020. 191p.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Em busca de cidadania política: **o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)**. Dissertação (mestrado). Pós-graduação em História Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, 2006.

ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti de. João Pessoa: **o sentido e vida de uma época**. 1979. 2ª edição. Livraria Acauã. Paraíba. 176p.

ALMEIDA, José Américo de. **1945**. Rio de Janeiro: Epasa, 1945. 191p.

CASTRO, João Paulo Binato de. "We want Getúlio" : **o movimento quememista nos arquivos do departamento de estado norte americano (1945)**. TCC. Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2015.

DEMIER, Felipe. O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): **um ensaio de interpretação histórica**. Editora Mauad. 2013. Rio de Janeiro.

DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: **lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo**. In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. , p. 125-156.

FERREIRA, Jorge Luiz. Trabalhadores do Brasil: **o imaginário do povo**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997. 132p.

FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: **debate e crítica**; 2001, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo do nacional-estatismo: **do início do anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda Republica (1930-1945)**. 9ª ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. A palavra impressa: **uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de Campina Grande (1913-1953)**.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. in: **Mitos, Emblemas e Sinais**, Editora São Paulo, 1989.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. [1ª edição de 1988].

GOMES, Angela de Castro. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Varia História, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 55-68.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias Paraíba (1889-1945)**. 2ªed. João Pessoa: Editora do CCTA. 2020. 291p.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive (marxists.org), 2005. s/p

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere – Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. III.

HAURÉLIO, Marco. **Breve História da Literatura de Cordel**. p.77

LIGNANI, Henrique de Bem. Populismo, revisões e revisionismos: **a compreensão das relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil de 1930-1964**. Revista Convergência Crítica. Dossiê: Histórias e Boemia, n.12, 2018

NETO, Lira. Getúlio (1930-1945): **do governo provisório à Ditadura do Estado Novo**. 1ªEd. São Paulo.

MACEDO, Michelle Reis de. Trabalhadores e Cidadania no Brasil: **O movimento queremista e a redemocratização de 1945**. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, José Octávio de Arruda. Rio tinto: **estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. 2019. 26p.

MOMBACH, Clarissa: **O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira**. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo – Dossiê nº 10, Setembro de 2012

MORAES, Vinicius de. **O operário em construção**. In: Poemas brasileiros sobre trabalhadores. Belo Horizonte. FALE/UFMG. 2011

MULLER, Ricardo Gaspar. E.P Thompson: **política e paixão**. Chapecó. Argos, 2012. 358p.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. A História Política por meio da Imprensa: **o anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947)**. EDUFGC.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. 2017. Objetiva. Rio de Janeiro, 560p

QUELER, Jefferson José. Os sentidos do quererismo: **disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945**. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). 2015.

SYLVESTRE, Josué. Lutas de vida e de Morte: **fatos e personagens da história de Campina Grande 1945-1953**. 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Rio de Janeiro, 1986

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: **A árvore as liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Vergara, Luiz. Fui secretário de Getúlio Vargas: **memória dos anos de 1926-1954**. Editora Globo, 1960.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.